



UNIVERSIDADE DO MINDELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DIREITO E CIDADANIA DOS IDOSOS EM
SÃO VICENTE - CABO VERDE**

Joceline Dilma Ramos Duarte Medina

Mindelo, 2018



Universidade Do Mindelo

Departamento De Ciência Humanas, Jurídicas E Sociais

Curso De Licenciatura Em Ciência Política E Relações Internacionais

Direito e Cidadania dos idosos em São Vicente – Cabo Verde

Autora: Joceline Dilma Ramos Duarte Medina

Orientadora: Mestre Arminda Andrade Lima dos Reis

Mindelo, 2018

Autora: Joceline Dilma Ramos Duarte Medina

Título: Direito e Cidadania dos idosos em São Vicente – Cabo Verde

Declaração de Originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

A Candidata,

Joceline Dilma Ramos Duarte Medina

Mindelo, 6 de julho de 2018

"Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais"

EPIÍGRAFE

“ A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe da mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.”

Nelson Mandela

Resumo

Direito e cidadania dos idosos em São Vicente – Cabo Verde é um tema cujo estudo foi desenvolvido com idosos da ilha de São Vicente. O estudo teve como principal objetivo conhecer os direitos dos idosos e a sua relação com o exercício da cidadania, tentando compreender na vivência dos idosos se eles sentem que os seus direitos são respeitados.

Foi um estudo de tipo quantitativo/descritivo com a elaboração de um questionário. Os dados recolhidos apontam que 96% dos idosos sentem que os seus direitos são respeitados e 4% pensam que não, enquanto 54.5% sente que há uma ou mais instituições que garante os direitos dos idosos e 44.6% pensam que não.

Os dados recolhidos permitem constatar que precisa-se trabalhar mais na questão dos idosos e assim intervir para melhorar a qualidade de vida destes.

Palavras - chave: Direito, Cidadania, Envelhecimento, Idosos

Abstract

Law and citizenship of the elderly people in São Vicente - Cape Verde is a subject which study were developed with old age population of the island of São Vicente. The study had the main goal to know the rights of aging people and it's relation with the exercise of citizenship, trying to understand if the elderly does feel in their daily life that their rights are been respected.

The methodology applied was quantitative and descriptive in nature, with the elaboration of a questionnaire. Based on the analysis of the collected data the results points out that 96% among the elderly people does feel that their rights are been respected , 4% think the opposite, while 54.5% feel that there is one or more institutions that guarantee the rights of elderly people and 44.6% don't think so.

The results allow us to certify that we need to work with the old population so we can improve their life quality.

Key -Words: Law, Citizenship, Elderly, Aging

Dedicatória

Dedico este trabalho de conclusão de curso a Deus, fonte de toda a sabedoria, bondade, amor, força e luz agradecendo-lhe por me ter dado vida e saúde, por ter colocado pessoas em minha vida que me ajudaram, sem os quais não seria possível concluir mais esta etapa.

A minha família, ao meu namorado Guillaume Lanuto, agradeço por todo o apoio tanto emocional, psicológico, financeiro, vocês foram a base que me deu suporte para continuar a avançar. Obrigada. Amo-vos profundamente.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por sua presença constante em minha vida dando-me alento nos momentos mais difíceis. Obrigada por tudo.

Aos meus pais, Silvino e Risolinda Medina agradeço por suas sábias palavras, por terem acreditado em mim, por todos os sacrifícios que consentiram, por todo o apoio agora também na minha formação superior. Aos meus irmãos Jorge Medina, Sílvia Medina, Silas Medina, Suzana Medina, agradeço pelas palavras de motivação e amizade incondicionais.

Um agradecimento especial ao meu irmão Silas Medina pois sem a sua ajuda preciosa em momentos chave, teria sido bem mais difícil a realização do trabalho.

Ao meu namorado Guillaume Lanuto um muito obrigada por toda a ajuda, por toda a calma que me foi transmitindo em momentos de maior tensão.

A minha orientadora Mestre Arminda Reis pela orientação impecável, sempre disponível e paciente, um muito obrigado.

Um expressivo agradecimento a todos os idosos que participaram neste trabalho. Fui inspirada por vossa sabedoria, candura e resiliência. Trago-vos no pensamento.

Agradecimentos também ao pessoal de secretaria da Universidade do Mindelo, ao Edério da Graça, Hercules Fernandes, André Sanches, agradeço pela ajuda, a coordenadora do curso de Ciência política e Relações Internacionais Mestre Risanda Soares, ao Professor Graciano Nascimento, enfim a todos os professores que durante quatro anos transmitiram - me seus conhecimentos.

A todos os Diretores e Presidentes de instituições pela autorização para aplicação dos instrumentos e apoio sempre que precisei. Enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Muito obrigada a todos.

ÍNDICE

CAPITULO I – INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Justificativa do tema	1
1.3. Pergunta de partida	2
1.4. Objetivos da investigação	2
1.5. Hipóteses.....	2
CAPITULO – II- ENQUADRAMENTO TEORICO	4
2.1. Envelhecimento	4
2.1.1. Principais conceitos e definições.....	7
2.1.2. O Envelhecimento biológico.....	10
2.1.3. O Envelhecimento psicológico e cognitivo.....	11
2.1.4. Envelhecimento contexto social e familiar	14
2.1.5. Envelhecimento e velhice.....	16
2.1.6. Envelhecimento da população em Cabo Verde.....	17
2.1.7. Contexto Sociocultural e Económico.....	18
2.1.8. Caracterização sociodemográfica da População idosa de Cabo Verde.....	19
2.1.9. Efetivo e proporção das pessoas idosas na população residente.....	20
2.1.10. Evolução da População Idosa em Cabo Verde (1990-2000-2010)	22
2.1.11. Evolução do índice de envelhecimento (1990-2000) e do índice de longevidade em Cabo Verde.....	22
2.1.12. Estrutura da população idosa em Cabo Verde	22
2.1.13. Estado Civil.....	23
2.1.14. Alfabetização.....	23
2.1.15. A saúde dos Idosos	24
2.1.16. Análise do indicador de dependência económica	25
2.1.17. O meio de vida dos idosos	26
2.2. Direito	26
2.2.1. Conceito	26
2.2.2. Algumas definições de Direito	27
2.2.3. Direito e sociedade.....	30
2.2.4. O Direito e a moral	31
2.2.5. O Direito e a ética	34
2.2.6. O Direito e a justiça	36

2.2.7. O Direito e a Segurança	37
2.2.8. O Direito e os Direitos Humanos.....	38
2.2.9. Direito a condições mínimas de existência.....	42
2.2.10. Direitos dos idosos.....	42
2.2.11. Legislação Geral	43
2.2.11.1. Legislação em Cabo Verde	46
2.2.11.2. Contexto Político e Legal.....	47
2.2.12. Violência doméstica contra o idoso	50
2.3. Cidadania	51
CAPITULO III – METODOLOGIA	60
3.1. Percurso Metodológico	60
3.2. Tipo de Estudo	60
3.3. Aspetos Éticos e Legais	61
3.4. Instrumentos de recolha de informações	61
3.5. Abordagem: Quantitativa.....	62
3.6. Público-alvo	62
3.7. Análise estatística	62
CAPITULO IV – FASE EMPÍRICA	63
4.1. Análise de dados	63
4.2. Cruzamento de variáveis.....	76
4.3. Discussão de resultados	78
V. CONCLUSÃO.....	80
VII. Referências Bibliográficas.....	83
ANEXOS.....	85

Índice de Tabelas

Tabela 1: Resumo da Legislação relativa construída a partir de (<i>in</i> INE, 2000).....	49
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Género dos participantes no estudo	63
Gráfico 2: Idades dos participantes no estudo	64
Gráfico 3: Com quem vivem os idosos	64
Gráfico 4: Participantes que possuem cuidadores	65
Gráfico 5: Participantes do estudo que não possuem cuidadores	65
Gráfico 6: Resultados dos participantes que sentem-se abandonados	66
Gráfico 7: Resultado dos participantes que sentem-se solitários	66
Gráfico 8: Participantes com maior acesso aos serviços de saúde	67
Gráfico 9: Participantes com dificuldades no acesso aos serviços de saúde	67
Gráfico 10: Satisfação com o atendimento na área de saúde	68
Gráfico 11: Organizações ou Instituições que garantem os direitos dos idosos	68
Gráfico 12: Participantes que não conhecem instituições ou organizações que garantem os direitos dos idosos.....	69
Gráfico 13: Participantes que se sentem respeitados pela sociedade	69
Gráfico 14: Participantes que têm o direito a prioridade respeitado	70
Gráfico 15: Locais onde é respeitados o direito a prioridade	70
Gráfico 16: Criação de espaços próprios para idosos	71
Gráfico 17: Condições de acessibilidade em organizações e instituições	71
Gráfico 18: Dificuldades nas instituições por não existir acessibilidade.	72
Gráfico 19: Insatisfação dos participantes quanto as condições dos transportes públicos	72
Gráfico 20: Participantes que não possuem liberdade para tomar suas decisões	73
Gráfico 21: Oportunidades de lazer na comunidade	74
Gráfico 22: O que os participantes consideram ser mais importante	74
Gráfico 23: Relações sociais dos participantes.....	75
Gráfico 24: Participantes que não se sentem socialmente úteis	75
Gráfico 25: Participantes que conseguem adaptar-se às mudanças sociais	76
Gráfico 26: Participantes que não conseguem adaptar-se às mudanças sociais	76

Glossário de Termos e Abreviaturas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

INE – Instituto Nacional De Estatística

OMS – Organização Mundial de Saúde

BO – Boletim Oficial

ACATI – Associação Cabo-verdiana para a Terceira Idade

SPSS – Statistical Package for Social Sciences

ECV – Escudos Cabo-verdianos

RNDH – Relatório Nacional de Direitos Humanos

CAPITULO I – INTRODUÇÃO

O presente capítulo passará pelo enquadramento do tema até a sua justificativa, pergunta de partida, objetivos da investigação e hipóteses.

1.1. Enquadramento

A escolha do tema surgiu quando estudei a disciplina Cidadania e Direitos especiais e surgiu o desejo de aprofundar o tema ligado aos idosos, também derivado ao interesse em estudar esta faixa etária, um grupo vulnerável, por vezes negligenciado, então o tema surgiu antes de mais pelo desejo de conhecer mais profundamente a realidade social dos idosos em Cabo Verde, mais concretamente em São Vicente, que foi tema do estudo. Surgiu pela também excelente relação que tive com meus avós, entretanto falecidos, mas de quem guardo muito boas recordações.

A motivação pessoal desempenhou assim um grande papel na escolha do tema, assim como a curiosidade científica.

1.2. Justificativa do tema

A questão da cidadania e garantia dos direitos dos idosos está cada vez mais sendo analisada em todas as sociedades principalmente nas culturas ocidentais, devido ao aumento da esperança de vida e por esta não acompanhar muitas vezes a qualidade de vida. Verificamos que as exigências sociais são elevadas, implicando assim maior conhecimento dos direitos e também da participação social.

O tema Direito e Cidadania direcionada ao idoso é pertinente na medida em que o Século XXI será certamente o século do idoso pelo menos no mundo ocidental.

O envelhecimento da população é um fenómeno observado na maioria dos países dos quais Cabo Verde não foge a regra. Este processo portanto interessa a todos mesmo aos mais novos, que amanhã também serão velhos, pois o modo como a sociedade cuida dos seus idosos reflete seus valores morais e sociais.

O tema torna-se também pertinente pela carência de instituições e técnicos reconhecidamente especializados na prestação de cuidados a terceira idade. Importa portanto investigar, conhecer e propor medidas para esta faixa etária.

1.3. Pergunta de partida

A pergunta de partida é importante para um trabalho de investigação e no decorrer da investigação, abordamos questões relacionados a mesma.

Neste sentido, a questão levantada é a seguinte: ***Que desafios o idoso enfrenta em São Vicente Cabo Verde?***

1.4. Objetivos da investigação

O principal objetivo deste estudo é conhecer os direitos dos idosos e sua relação com o exercício da cidadania. Quanto aos objetivos específicos tem os seguintes:

- Compreender se os direitos dos idosos são garantidos;
- Perceber até que ponto os seus direitos estão alicerçados na Constituição da República;
- Identificar se os agentes envolvidos com a terceira idade garantem os direitos adquiridos;
- Compreender o papel dos idosos no exercício da cidadania;
- Averiguar se existe diferença entre a teoria e a prática dos direitos dos cidadãos da terceira idade.

1.5. Hipóteses

As hipóteses baseadas na revisão da literatura e analisadas no âmbito deste estudo são as seguintes:

Hipótese 1: Idosos já foram vítimas de violência doméstica.

Hipótese 2: Os idosos sentem-se respeitados.

Hipótese 3: Os idosos têm liberdade para tomar decisões em sua vida.

Hipótese 4: Os idosos têm fácil acesso aos serviços de saúde.

Hipótese 5: Os idosos sentem-se úteis socialmente.

Hipótese 6: Os idosos não têm conseguido adaptar-se as mudanças ocorridas no mundo.

Hipótese 7: É respeitado o direito de prioridade aos idosos.

Este trabalho terá uma estrutura dividida em cinco capítulos: O primeiro capítulo inicia-se com a Introdução que apresenta a justificativa, pergunta de partida, os objetivos e as hipóteses da investigação. O segundo é o Enquadramento Teórico, onde abordar-se-à subtemas como, Envelhecimento, Direito e Cidadania como aspetos sociais, culturais e políticos da problemática da prática do direito e cidadania nos idosos. O terceiro capítulo, será a apresentação da Metodologia com a descrição de todo o processo metodológico que permitiu estudar os idosos e a sua vivência nos lares e não só. O quarto, a fase Empírica que apresenta o tratamento, análise e apresentação dos resultados encontrados durante a investigação. Por último o quinto que apresenta a conclusão, as referências bibliográficas e os anexos.

CAPITULO – II- ENQUADRAMENTO TEORICO

O fenómeno do envelhecimento da população tem sido alvo de grande interesse a nível mundial, visto que implica grandes desafios para os indivíduos desta faixa etária. Este capítulo contará com temas como Envelhecimento, Direito e Cidadania passando pelas definições dos conceitos a realidade vivenciada em Cabo Verde no que concerne ao envelhecimento.

2.1. Envelhecimento

As Nações unidas declararam o ano de 1999, ao findar do Século XX e do 2 ° milénio, como o ano dos idosos, sob o lema: *construir uma sociedade para todas as idades*. Nesse mesmo ano, e por essa ocasião, o Papa João Paulo II dirigiu uma carta aos anciãos, *guardiães de uma memória coletiva*, pedindo que se promova urgentemente uma *cultura de ancianidade* (Oliveira, 2010).

Oliveira (2010) deseja que esse desiderato se expanda no novo milénio e, em particular, neste novo século, devendo os responsáveis implementar, a respeito dos idosos, o princípio da *dignidade* (os cidadãos mais velhos devem gozar de todos os direitos); o princípio da *autonomia* (em todos os sentidos e circunstâncias, particularmente na reforma); o princípio do *desenvolvimento pessoal* (dar-lhes condições para o pleno desenvolvimento); o princípio do *acesso aos cuidados* (de saúde); e o princípio da participação (na política e outras atividades). Para tanto é necessário que os responsáveis políticos e sociais adotem medidas de verdadeira defesa e promoção da pessoa idosa, como retardar o tempo da reforma, se for o caso, desde que tal medida não traga outras complicações.

De acordo com Oliveira (2010) muitos homens célebres na filosofia, literatura, arte, na política produziram o melhor de si mesmo em idade avançada, como é o caso de Cícero que elogia a velhice no seu célebre livro *De Senectute*, citando por sua vez gerontes bem-sucedidos. Antes dele também outros filósofos floresceram em idade proveta e aludiram à velhice de modo elogioso, como Platão que teve intuições que ainda podem inspirar os psicogerontólogos de hoje, sobretudo quando descreve outros filósofos que atingiram a sabedoria. Na verdade, não nos resta outra alternativa senão aprender a gostar de envelhecer pois a outra possibilidade – morrer novos – é ainda menos atraente.

Fontaine (2000) considera que o envelhecimento diz respeito a todos nós, pode-se dizer que interessa a todos um pouco mais, a cada dia que passa nas nossas vidas.

Para Fontaine (2000) o envelhecimento é um conjunto de processos em que o organismo sofre após a sua fase de desenvolvimento. Para ele o envelhecimento não é sinónimo de velhice, sendo a velhice o estado que caracteriza um grupo de determinada idade, o das pessoas com mais de sessenta anos. Ele afirma que envelhecimento e desenvolvimento são conjuntos de fenómenos dinâmicos que evocam transformações do organismo de natureza biológica ou psicológica, em função do tempo.

Segundo Fontaine (2000) fala-se corretamente do envelhecimento como um estado que qualificamos como “terceira idade” ou “quarta idade”. Não obstante, o envelhecimento não é um estado, mas sim um processo de degradação progressiva e diferencial que afeta todos os seres vivos e o seu termo natural é a morte do organismo. É, assim, impossível datar o seu começo porque, de acordo com o nível no qual ele se situa (biológico, psicológico ou sociológico), a sua velocidade e a sua gravidade são extremamente variáveis de indivíduo para indivíduo.

O envelhecimento pode ser interpretado como uma “revolução”, conforme título de um Livro editado por Qualls e Abeles (2000) citado por Oliveira (2010). Apesar de muitas mazelas e perdas inevitáveis em todos os campos, o envelhecimento tem também características positivas, como a sabedoria, a maturidade emocional, a capacidade de usar estratégias pró-ativas capazes de dar maior significado à vida. Efetivamente, a perspectiva dinâmica e espiritual não pode estar ausente, como demonstra o livro editado por Thorson (2000) citado por Oliveira (2010) onde consta também a perspectiva teológica Howie, (2000) citado por Oliveira (2010). Outros autores referindo-se particularmente à sabedoria, falam da gerotranscendência (Joenson e Magnusson, 2001 citados por Oliveira, 2010).

A prática comum de designar as pessoas com mais de 65 anos de idade como “ velhas” começou na Alemanha na década de 1880, quando Otto Von Bismark escolheu essa idade como a idade de início de certos benefícios de natureza social. Nos EUA, a idade em que os benefícios completos da Segurança Social podem ser recebidos foi agora elevada para os 67 anos; embora isso represente principalmente uma resposta a

preocupações fiscais, a subida da fatura é também representativa do aumento da vitalidade e produtividade da população que está a envelhecer (*in* Spar, 2005).

A velhice, tão gentilmente denominada também por terceira idade, é a época da vida em que a estrutura corporal se vai alterando de uma forma mais visível e rápida. O ritmo a que estas modificações próprias do envelhecimento se vão fazendo notar é, no entanto, bastante variável (Spar, 2005).

Spar (2005) tem o entendimento que pela primeira vez na história, a maior parte das pessoas em sociedades como a nossa pode fazer planos em relação ao seu envelhecimento futuro.

Conforme Spar (2005) as alterações biológicas e psicológicas devidas ao envelhecimento ocorrem habitualmente de forma gradual, ao longo de anos ou décadas, e, em consequência, não existe uma idade determinada em que as pessoas possam ser consideradas velhas.

Para Almeida (2006) o homem demonstra uma certa dificuldade em aceitar o envelhecimento como um processo natural e quase seguramente inevitável. É bastante mais fácil para a espécie humana entendê-lo como um acumular de ações deletérias ao longo da vida. No entanto, o ciclo da vida de qualquer ser vivo encontra-se à partida inscrito e condicionado no seu código genético.

Almeida (2006) atenta que na sociedade ocidental em que vivemos, caracterizada pela competição, o idoso não beneficia sequer de um estatuto de sábio repositório das riquezas culturais, como acontece com os anciãos em outras sociedades. Ele é com frequência e injustamente tolerado pelos grupos etários e considerado por estes, um elemento tão-somente necessitado de uma ternura piedosa, de boas vontades e caridade social.

No entender ainda de Almeida (2006) a pessoa de idade tem de merecer dos serviços assistenciais e de saúde, bem como à sociedade em geral, uma consideração semelhante àquela que têm a maternidade e a infância, não se podendo admitir uma sociedade que valoriza o ser humano apenas enquanto é produtivo e depois o desvaloriza na terceira idade, considerando-o apenas um mero depositário de ternura piedosa.

2.1.1. Principais conceitos e definições

Conforme o INE (2000) (Instituto Nacional de Estatística) não existe um consenso quanto aos limites de idade dos grandes grupos etários que compõem a população idosa. Constatase que nem todos os organismos internacionais adotam os mesmos limites, os quais estão ligados ao sistema de ensino, entrada e saída da vida ativa, e sistema de reforma em vigor no País. A Organização das Nações Unidas considera população idosa, os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos; contudo no cálculo dos indicadores de dependência considera-se idosa a população com 65 e mais anos; o Concelho Europeu considera população idosa os indivíduos com 65 anos e mais. A mesma definição é utilizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico); o Eurostat, órgão estatístico comunitário, adotou nos indicadores de dependência e envelhecimento, as duas definições de população idosa, com vista a facilitar as comparações internacionais.

Montorio e Izal citados por Figueiredo (2007) entendem que o processo de envelhecimento e as mudanças a ele associadas constituem um dos temas de maior interesse no âmbito da investigação científica contemporânea. Sobre ele têm-se procurado respostas a distintas questões, nomeadamente, acerca de quais são as dimensões das mudanças, principais causas e consequências, as áreas passíveis de intervenção com o intuito de retardar ou mesmo travar o envelhecimento. Uma questão fundamental que ainda se encontra por resolver é que modificações associadas ao envelhecimento são típicas ou normais e quais são os processos atípicos ou patológicos.

Figueiredo (2007) considera que embora o processo de envelhecimento seja extremamente complexo e possa ser interpretado sob várias perspetivas, trata-se de um processo normal, universal, gradual e irreversível de mudanças e de transformações que ocorrem com a passagem do tempo. Consiste num fenómeno intimamente ligado aos processos de diferenciação e de crescimento, já que nele concorrem a interação de fatores internos como o património genético, e externos, como o estilo de vida, a educação, o ambiente em que o sujeito vive. Neste sentido, a principal característica do envelhecimento é a variabilidade inter e intra-individual, ou seja, existem padrões de envelhecimento diferentes tanto entre indivíduos com a mesma idade cronológica, como nas distintas funções de um mesmo indivíduo (fisiológicas, psicológicas, sociais, etc.).

Ainda Figueiredo (2007) afirma que existe a possibilidade de estabelecer um contraste frequente entre indivíduos com 70 ou mais anos, que desfrutam de vigor físico e de alegria de viver, traduzidas em interações sociais gratificantes e em atividades com resultados positivos assinaláveis, e indivíduos de 60-65 anos, precocemente envelhecidos, tanto a nível biológico como psicológico e social.

Do mesmo modo, de acordo com Figueiredo (2007) há que ter em conta que, num mesmo indivíduo, as mudanças que se produzem com a passagem do tempo numa determinada função ou capacidade psicológica ou fisiológica não predizem necessariamente modificações noutras características psicológicas ou sistemas fisiológicos, havendo, portanto, uma cadência diferenciada na ocorrência dos diferentes tipos de envelhecimento.

Segundo Montorio e Izal citados por Figueiredo (2007) na análise das transformações associadas à idade em cada dimensão do funcionamento (biológico, psicológico, e social) reside uma fonte de dificuldade que consiste na interação entre os distintos aspetos do funcionamento do indivíduo. Esta interação implica que, por exemplo, uma mudança no estado de saúde possa levar a uma diminuição do funcionamento cognitivo, ou que as perdas sociais (viuvez por exemplo) possam causar transtornos afetivos que, por sua vez, irão comprometer o estado de saúde do indivíduo. Assim perante uma determinada modificação é particularmente difícil separar a variância que corresponde aos fatores biológicos, psicológicos ou sociais.

Sequeira (2010) considera que o conceito de envelhecimento sofreu várias mutações ao longo dos tempos, evoluindo de acordo com as atitudes, crenças, cultura, conhecimentos e relações sociais de cada época.

A longevidade humana no entender de Sequeira (2010) é uma realidade incontestável contudo vive-se na ânsia de não envelhecer, pelo que compreender este processo natural, dinâmico, simultaneamente progressivo e irreversível constitui um acontecimento necessário e da maior relevância. É importante referir que o envelhecimento não se circunscreve apenas ao idoso, antes ocorre ao longo da vida – desde o nascimento até a morte. No entanto é nesta etapa da vida que se faz notar, com maior exuberância, o que chama a atenção para a importância do planeamento da vida, de forma a promover o envelhecimento bem-sucedido, em que o critério para o sucesso

reside essencialmente na autonomia física, psicológica e social do idoso (Baltes e Baltes, 1990; OMS, 2001 citados por Sequeira, 2010).

Segundo a OMS, velho é aquele que já completou 65 anos. Mas nos países em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidos poderia bem ser os 60 anos ou ainda menos, devido à média de vida ser mais baixa. Do mesmo modo, nos países mais desenvolvidos, graças ao apoio da medicina, da higiene e de outros fatores, em vez dos 65 anos poderia considerar-se os 70 ou 75 anos como passagem à velhice, em relação a média de esperança de vida (Oliveira, 2010).

De acordo com Oliveira (2010), do ponto de vista científico, os autores definem de modo diferente o que se entende por envelhecimento, mas no geral referem-se a um processo que devido ao avançar da idade, atinge toda pessoa, bio-psico-socialmente considerada, isto é, todas as modificações morfo-fisiológicas e psicológicas, com repercussões sociais, como consequência do desgaste do tempo. No entender de Robert (1994, p 31) citado por Oliveira (2010), o envelhecimento consiste numa “perda progressiva e irreversível da capacidade de adaptação do organismo às condições mutáveis do meio ambiente”. Trata-se de um processo complexo, diferencial (específico de cada pessoa), contínuo (embora com tempos diferentes), inelutável e irreversível.

Falar de velhos e de velhice, pode referir-se à idade cronológica (constante no Bilhete de Identidade), à idade biológica (saúde ou doença dos diversos órgãos e aparelhos, dependente da situação citológica, etc (Oliveira, 2010).

O envelhecimento da população deve levar a uma maior responsabilidade social e a uma maior solidariedade intergeracional, facilitando aos idosos maior participação cívica, (Arroteia e Cardoso, 2006 citados por Oliveira, 2010).

Richard e Mateev-Dirkx (2004) citados por Oliveira (2010) consideram que se não é fácil definir envelhecimento, pode-se apontar algumas características que mais frequentemente se imputam aos idosos: crise de identidade provocada por ele e pela sociedade; diminuição da autoestima; dificuldade de adaptação a novos papéis e lugares bem como mudanças profundas e rápidas; falta de motivação para planear o futuro; atitudes infantis ou infantilizadas, como processo de mendigar carinhos; complexos diversos, dada, por exemplo, a diminuição da libido e do exercício da sexualidade,

tendência à depressão à hipocondria ou somatização e mesmo tentações de suicídio; surgimento de novos medos (como o de incomodar, de ser um peso ou estorvo, de sobrecarregar os familiares, medo da solidão, de doenças e da morte); diminuição das faculdades mentais, sobretudo da memória; problemas a nível cognitivo (da memória, linguagem, solução de problemas), conativo e motivacional, afetivo e personológico.

2.1.2. O Envelhecimento biológico

O processo de envelhecimento biológico segundo Netto e Ponte (2000) citados por Figueiredo (2007), refere-se às transformações físicas que reduzem a eficiência dos sistemas orgânicos e funcionais do organismo, traduzindo-se numa diminuição progressiva da capacidade de manutenção do equilíbrio homeostático que, em condições normais, não será suficiente para produzir perturbações funcionais. Quando este declínio é muito significativo, ocorre uma importante redução da reserva funcional, colocando o idoso mais vulnerável ao surgimento de doenças crónicas que, podem levar a alterações na capacidade funcional ameaçando a sua autonomia e independência.

Fontaine (2000) considera que os efeitos do envelhecimento, por razões ainda obscuras, não são homogêneos. Antes de mais, as pessoas idosas são muito diferentes, porque não se é igual face ao envelhecimento. A decadência acompanha de perto o bem-estar e numerosas investigações dedicam-se atualmente a uma melhor compreensão desta heterogeneidade entre os idosos. Seguidamente, nem todos os órgãos e funções psicológicas envelhecem ao mesmo ritmo. Algumas pessoas mostram-se resistentes ao envelhecimento, chegando mesmo a mostrar melhor desempenho com a idade, ao passo que outras declinam ao sofrerem um processo patológico.

Birren e Zarit citados por Spar (2005) definem o envelhecimento biológico, senescência, é o processo de mudança no organismo, que com o tempo diminui a probabilidade de sobrevivência e reduz a capacidade biológica de auto regulação, reparação e adaptação às exigências ambientais.

Segundo Spar (2005) os gerontologistas modernos distinguem o envelhecimento primário, postulando que este reflete um limite intrínseco, possivelmente pré-programado a nível genético da longevidade celular, e envelhecimento secundário, devido aos efeitos acumulados das agressões ambientais, doenças e traumatismos.

O envelhecimento primário segundo Spar (2005) parece estar subjacente à longevidade máxima relativamente constante que se observa em quase todos os estudos de espécies animais, enquanto o envelhecimento secundário explica muito da variabilidade entre os indivíduos da mesma espécie. No entanto, a definição daquilo que pode considerar-se envelhecimento normal é particularmente complexa. Apesar de, no seio da comunidade científica, haver relativo consenso de que o envelhecimento não implica necessariamente deterioração ou doença, existem dificuldades para estabelecer limites entre envelhecimento normal e patológico.

Montorio e Izal citados por Spar (2005) sugerem que se perspetive a relação entre envelhecimento normal e patológico como contínuo. Num extremo, o envelhecimento pode claramente ser separado da doença, já que existem determinadas transformações que jamais poderiam ser consideradas como patológicas, independentemente da sua extensão (por exemplo, as rugas). No extremo oposto, o normal e patológico sobrepõem-se já que o normal acima de um certo limiar se considera patológico. Assim, por exemplo, um certo grau de descalcificação dos ossos na velhice não se considera doença até alcançar um determinado limite.

Almeida (2006) considera que a progressão na idade é sem dúvida, um fator de risco para a acumulação de processos patológicos no organismo.

Para Almeida (2006) a deterioração da estrutura físico-química dos seres vivos parece ser um acontecimento inexorável, porquanto o seu organismo possui um relógio biológico, condicionado geneticamente, que programa o envelhecimento celular e determina o ciclo de vida característico da espécie.

2.1.3. O Envelhecimento psicológico e cognitivo

De acordo com Almeida (2006) os problemas de cariz psicológico que mais frequentemente se colocam ao idoso são a dificuldade em identificar-se com um corpo envelhecido e a perda de independência, um desejo sexual que persiste e não se resolve e também a consciência do aproximar da morte. Se houver uma preocupação demasiada com qualquer destes problemas, pode então surgir uma obsessão, de que resulta a ampliação do sofrimento.

Para Sequeira (2010), as alterações corporais no idoso têm repercussões psicológicas, que se traduzem na mudança de atitudes e comportamentos, pois o envelhecimento é um processo dinâmico e complexo.

Do ponto de vista psicológico, segundo Sequeira (2010) avalia-se o equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, de modo a minimizar as perdas associadas ao processo de envelhecimento. O envelhecimento psicológico depende de fatores patológicos, genéticos, ambientais, do contexto sociocultural em que se encontra inserido e da forma como cada um organiza e vivencia o seu projeto de vida. Assim, fica claro que a manutenção de atividades significativas constitui um fator de equilíbrio psicológico por excelência.

Neri, (1999) citado por Sequeira (2010), considera que numa perspetiva do envelhecimento ao longo da vida, onde a qualidade de vida assume uma importância vital, a satisfação e/ou o bem-estar psicológico estão associados ao envelhecimento bem-sucedido.

Segundo Sequeira (2010) a qualidade de vida e o bem-estar psicológico incluem dimensões como a satisfação pessoal (sentido e significado da existência, as emoções, a sensibilidade, os sentimentos, e os desejos de acordo com a subjetividade de cada pessoa. Deste modo a história de vida, o sistema de valores e o contexto social, apesar da sua subjetividade são determinantes para um envelhecimento bem sucedido. A forma como cada um se vê e se sente inserido, com as suas características peculiares, é fundamental na sua interação com o meio e, conseqüentemente, na obtenção de um maior ou menor grau de satisfação e bem estar.

Baltes e Baltes (2000) citados por Sequeira (2010) apresentam um modelo psicológico de envelhecimento bem-sucedido, no qual o idoso saudável mantém a funcionalidade em domínios específicos que dão sentido e significado à sua existência, e através da qual garantem uma compensação relativamente às possíveis perdas associadas ao envelhecimento.

Sequeira (2010) entende que a sociedade, de forma mais ou menos explícita, afasta os idosos do processo produtivo, pelo que devem ser criadas plataformas de envolvimento dos idosos em projetos associados ao prazer e ao bem-estar.

Spar (2005) considera que em muitas medidas biológicas e psicológicas a variabilidade é maior em amostras de indivíduos idosos do que entre adultos mais novos. O fato de ser do sexo feminino, estar mais deprimido, mais doente e ter menor força muscular estava associado com uma variabilidade aumentada, ao passo que o nível educacional mais elevado estava associado com uma diminuição da variabilidade. A variabilidade pronunciada diminui a sensibilidade nos níveis mais elevados de muitas medidas utilizadas para se inferir as alterações patológicas e lança dúvidas sobre a pesquisa de tendências normativas singulares no envelhecimento. É provável que existam muitas trajetórias diferentes do envelhecimento normal, com tendências variáveis em diferentes subgrupos genéticos e socioculturais.

A investigação, segundo Figueiredo (2007), no âmbito da psicologia do envelhecimento tem recaído sobretudo em duas áreas: a personalidade e o funcionamento cognitivo. Por sua vez, no domínio do funcionamento cognitivo, tem-se privilegiado o estudo da inteligência, memória e aprendizagem. Um dos aspetos mais abordados tem sido o de conhecer até que ponto o processo de envelhecimento é responsável por possíveis mudanças nos distintos traços que constituem a personalidade. A estabilidade básica nos traços de personalidade parece ser sensível a acontecimentos e situações da vida. A maioria dos estudos sugere a existência de diferenças associadas à idade no tocante à forma de enfrentar o *stress*, isto a par com o fato de que alguns acontecimentos que as pessoas idosas experienciam são menos suscetíveis de mudança (por exemplo, uma doença crónica ou a viuvez), na velhice tende a empregar-se estratégias de ação instrumental direta. Esta evidência tem sido atribuída, por um lado, a efeitos geracionais, e por outro, à existência de uma forma de adaptação a novas situações próprias da idade avançada, em que há necessidade de se modificarem as estratégias de *coping* quando as anteriores deixam de ser úteis.

A evidência disponível segundo Figueiredo (2007) acerca da mudança/estabilidade da personalidade devido ao processo de envelhecimento indica uma tendência para a estabilidade com o passar do tempo, no âmbito da abordagem dos traços. Simultaneamente, é provável que as características da personalidade variem consoante as diferentes gerações na medida em que cada coorte se encontra num contexto particular de desafios e exigências nas sucessivas fases da sua vida, bem como através de análises da personalidade utilizando constructos mais dinâmicos.

Assim, e segundo Sequeira (2010) constata-se que o envelhecimento psicológico é um processo extremamente complexo e para o qual concorrem diversos fatores.

2.1.4. Envelhecimento contexto social e familiar

Paralelamente às alterações biológicas e psicológicas que ocorrem com o envelhecimento, associam-se as transformações a nível dos papéis sociais, exigindo capacidade de ajustamento ou adaptação às novas condições de vida considera Figueiredo (2007). A semelhança de outras fases do transcurso humano, a velhice é um período onde ocorrem algumas modificações, habitualmente representadas pela literatura gerontológica como perdas, e como sinais premonitórios de novas perdas (Figueiredo, 2007).

Figueiredo (2007) salienta que a perda de alguns papéis sociais não é necessariamente sentida pelo sujeito como algo de negativo, que acarreta inevitavelmente estados de tristeza e de insatisfação com a vida, mas que pode ser vivida como um simples desenrolar de transformações com as quais o indivíduo interage de modo satisfatório.

A velhice segundo Figueiredo (2007) caracteriza-se então pela mudança de papéis e frequentemente, pela perda de alguns deles, sendo a mais evidente a perda do papel profissional que ocorre no momento da reforma. Também nas esferas familiar e comunitária se dão algumas transformações.

Walker, (1999); Martin e Casasnovas, (2001); Sousa e Figueiredo, (2003) citados por Figueiredo (2007) consideram que a maioria das pessoas idosas encontra-se funcional e não apresenta limitações a nível da realização das atividades de vida diária. Porém tem demonstrado a estreita relação entre dependência e idade: ou seja, a percentagem de indivíduos que apresentam limitações na capacidade funcional aumenta ao se considerar coortes populacionais de idades mais avançadas, principalmente depois dos 75 ou 80 anos.

Figueiredo (2007) continua ainda dizendo que a medida que se envelhece, a impossibilidade de realizar de forma independente algumas atividades do quotidiano acontece devido a dois motivos que não se excluem: a dependência pode ser originada por uma ou, geralmente, por várias doenças crónicas; pode ser o reflexo de uma perda total das funções fisiológicas atribuível ao processo de senescência (Manton e col.,

1997, cit in Martín e Casasnovas, 2001 citados por Figueiredo, 2007). No primeiro caso, por exemplo, situam-se todos aqueles indivíduos cuja incapacidade funcional deriva de processos crónicos fortemente associados à idade: doenças cardiovasculares, tumores malignos, doenças do foro mental, doenças do aparelho musculoesquelético (artrite, osteoporose) e respiratório. A segunda razão relaciona-se com a perda de vitalidade que experimentam a maioria dos organismos com a idade.

Figueiredo (2007) sublinha o fato de que é importante perceber que ambas (doenças crónicas e processo de senescência) só surgem e provocam problemas de dependência nalgumas pessoas de idade avançada. A explicação para este fenómeno reside numa série de variáveis de carácter social e ambiental (para além dos fatores genéticos) que condicionam o surgimento e desenvolvimento dos fatores precipitantes da dependência, explicando a variabilidade interindividual existente.

Berger e Mailloux-Poirier, (1995) citados por Figueiredo (2007) consideram que no senso comum e, até na literatura prevalece a ideia de que o aumento da esperança de vida não tem sido acompanhado de um aumento da qualidade de vida e de saúde. De fato, a prevalência de doenças crónicas (por exemplo, cardiovasculares, hipertensão, reumatismo, diabetes, doenças mentais) também aumentou substancialmente e as suas consequências incapacitantes refletem-se mais quando a população vive mais tempo.

Kramer citado por Figueiredo (2007) reconhece que as mudanças nos estilos de vida proporcionam uma redução no risco de se vir a sofrer de doenças mortais. Contudo, advoga que tais transformações não se repercutem no início ou na progressão na maioria das doenças degenerativas associadas ao envelhecimento. Deste modo, sustenta que o principal efeito do avanço dos tratamentos médicos é o de prolongar a vida daqueles que sofrem de doenças crónicas, sem que isso resulte em ganhos de saúde consideráveis.

Para Savage citado por Figueiredo (2007) apesar de ainda não haver consenso, existem fortes probabilidades de que um aumento na esperança de vida signifique períodos mais longos de incapacidade e dependência para as pessoas idosas.

Segundo Sequeira (2010) na sociedade atual, o envelhecimento está de um modo geral associado a alterações significativas no âmbito da participação ativa do idoso. Os idosos, nesta fase do ciclo de vida, são alvo de alterações substanciais ao nível dos

papéis a desempenhar, no seio familiar, laboral e ocupacional, verificando-se uma tendência para a diminuição progressiva, de acordo com a idade.

As redes sociais¹, de acordo com Paul, citado por Siqueira (2010), vão-se alterando ao longo do ciclo vital em função do contexto familiar, do trabalho, da participação na comunidade etc. Com o envelhecimento, algumas pessoas significativas (familiares, amigos, companheiros) vão desaparecendo, pelo que é necessário reorganizar as redes de apoio informal, de forma a manter a independência e a participação social, pois as redes de apoio são indispensáveis para a saúde mental, satisfação com a vida e envelhecimento ótimo.

Relativamente à sua participação social, tendem a participar em redes sociais mais pequenas de acordo com Sequeira (2010) e a diminuir os contatos intersociais. Apesar de se circunscreverem a um palco mais reduzido, os idosos são socialmente ativos, de preferência com a família e com um grupo restrito de amigos (íntimos).

Oliveira (2010) considera que um dos principais problemas que atinge os idosos é a solidão. Um modo de a combater é participar em grupos.

Melo e Neto (2003) citados por Oliveira (2010) concluíram que um grupo de idosos que frequentavam um Centro social paroquial sofriam menos de solidão do que os que não frequentavam esse Centro, além de se manifestarem mais satisfeitos com a vida e também de serem mais ‘externos’ em termos de locus de controlo.

A nível social segundo Sequeira (2010), existem três conceitos que são importantes e que é necessário distinguir: as redes sociais, a interação social e o apoio social.

2.1.5. Envelhecimento e velhice

Segundo Cardão (2010) a velhice é uma etapa de vida marcada pela longevidade, que embora tenha o processo de envelhecimento como pano de fundo, com este não se confunde.

¹ Entendendo-se as redes sociais como o número de elementos e a estrutura da família, amigos, local onde residem (proximidade física). Indicam as características estruturais das possibilidades de relação com a pessoa.

Envelhecer não é ser velho, segundo Cardão (2010) é ir sendo mais velho dentro de um processo complexo de desenvolvimento entre o nascimento e a morte, inerente a todos os seres vivos. Ser mais velho implica, nesta perspetiva, a passagem do tempo e a quantidade de anos que se vive. Fica-se com a ideia segundo Cardão (2010) que afinal, a velhice, embora resulte do envelhecimento, não é mais que uma fase tardia deste processo, determinada pelo avanço da idade. A retenção desta ideia, não estando longe da realidade, servirá tão só para simplificar o envelhecimento, nomeadamente, nas fases tardias do ciclo de vida.

Infere-se então, que envelhecimento segundo Cardão (2010), e velhice não são conceitos sinónimos, uma vez que não só as pessoas idosas envelhecem.

As mulheres segundo Fontaine (2000) têm uma esperança de vida superior à dos homens e este fenómeno observa-se tanto nos países ricos como nos pobres.

Todos os níveis da sociedade segundo Fontaine (2000) são afetados por este fenómeno e no plano económico, tal traduz-se por um contínuo número de reformados.

No plano social, segundo Fontaine (2000) qualquer infraestrutura dos sistemas de proteção deve e deverá adaptar-se. No plano cultural, aparecem, e aparecerão, profundas modificações, a par do aumento do tempo de lazer. Nos planos médico, biológico e psicológico, os investigadores são e continuarão a ser levados, tanto por razões teóricas como práticas, a estudar de forma intensa o envelhecimento, a fim de melhor compreenderem os seus mecanismos. Num plano mais geral, o desafio fundamental reside em permitir às pessoas não só que morram o mais idosas possível, mas também que vivam uma velhice bem-sucedida.

2.1.6. Envelhecimento da população em Cabo Verde

De acordo Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O (2011), (ver anexo 1) os progressos realizados no país nas últimas décadas permitiram melhorias significativas nos principais indicadores sociais, nomeadamente na redução da taxa de mortalidade e no aumento da esperança de vida.

Não obstante os progressos alcançados, o contexto socioeconómico do país continua marcado pela pobreza e vulnerabilidades com reflexos e impacto, sobretudo, nas

condições de vida da população idosa que constitui uma classe altamente dependente. Com efeito, a pobreza atinge particularmente os idosos, tendo em conta que grande parte, por falta de meios de subsistência, não teve, durante o seu percurso de vida, oportunidade de garantir a sua proteção social na velhice e na doença. Assim, essa proteção social tem sido assegurada e financiada pelo Estado, (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O, 2011).

Consoante o Instituto Nacional de Estatística (INE 2000) nos últimos anos, o envelhecimento da população tem constituído um dos fenómenos de grande interesse a nível mundial, assim como os inúmeros desafios que afetam os indivíduos nesta fase de desenvolvimento. Este fenómeno social obriga a uma reflexão sobre questões como a idade de reforma, os meios de subsistência na velhice, o sistema de saúde, a qualidade de vida dos idosos, assim como o financiamento das pensões.

De acordo com o INE (2000), em Cabo Verde não existe nenhum estudo aprofundado sobre a condição sócio económica e cultural da população idosa. Contudo, diversa legislação tem sido publicada visando a criação de novas medidas e iniciativas relativas à promoção da qualidade de vida das pessoas idosas. Com o objetivo de responder às necessidades das pessoas idosas têm vindo a ser gradualmente implementadas medidas de ação estruturantes, respeitando os princípios de solidariedade, apoio à família e inserção social.

2.1.7. Contexto Sociocultural e Económico

Conforme a Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O (2011), a institucionalização das pensões sociais do regime não contributivo, no quadro da reforma da Proteção Social veio conferir uma maior dignidade aos idosos em situação de pobreza, bem como a oportunidade de melhorarem sensivelmente a sua situação socioeconómica. Contudo, as respostas são ainda manifestamente insuficientes para atender à multiplicidade dos problemas apresentados por esta faixa etária a nível dos diferentes estratos sociais, constatando-se igualmente a necessidade de se encontrarem novas soluções que contribuam para a melhoria significativa das condições de vida dos idosos em geral, tanto no domínio da saúde e da segurança alimentar, como nas condições económicas, sociais e de conforto.

Segundo Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O (2011), um número

significativo de idosos, residentes e na diáspora, beneficia de esquemas de segurança social dos países de emigração, sobretudo Europa e Estados Unidos.

A compreensão dos fenómenos inerentes ao envelhecimento da população passa pelo conhecimento aprofundado dos valores, comportamentos e atitudes, que caracterizam a sociedade e a cultura do cabo-verdiano. Os idosos ocupam um lugar privilegiado na sociedade cabo-verdiana; são respeitados pelo facto de serem detentores de valores culturais tradicionais e de constituírem a camada da população com grande experiência e maior vivência; desempenham um papel importante na educação dos netos e na execução de algumas tarefas domésticas (INE, 2000).

Baseado no princípio da solidariedade, que caracteriza a sociedade tradicional cabo-verdiana, a maioria dos idosos vivem no seio da chamada família ordinária, sob a proteção dos filhos ou de outros familiares que lhes dão todo o tipo de assistência (INE, 2000).

2.1.8. Caracterização sociodemográfica da População idosa de Cabo Verde

Repartição da população idosa por sexo e grupo etário

Cabo Verde enfrenta um processo de evolução demográfica, caracterizada pela redução dos níveis de mortalidade e de fecundidade e pela redução dos movimentos migratórios para o exterior (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

De acordo com os dados do último censo, entre os anos de 2000 e 2010 registou-se uma taxa de crescimento médio anual de 1,2%. Entretanto notou-se uma diminuição da proporção da população com menos de 15 e 64 anos (51% em 2000 contra 61,9% em 2010) o que irá contribuir para um aumento gradual da população idosa (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

Mantendo-se a atual tendência de evolução demográfica, prevê-se a duplicação da população cabo-verdiana, acentuando-se o aumento a nível da população idosa, particularmente no efetivo de população com 60 e mais anos (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

Tratando-se todavia de um país de emigração é de se considerar ainda a possibilidade de

retorno de emigrantes na faixa etária a partir dos 60 anos, o que poderá aumentar o efetivo residente de pessoas da terceira idade, (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

O recenseamento geral da população e habitação 2000 segundo o INE (2000) revelou que a população residente no país era de 431.989 pessoas. A faixa etária dos 60 anos e mais representa um efetivo de 37.116 idosos (8,6% do total da população residente). As mulheres idosas com um efetivo de 21.851 representam cerca de 10% da população feminina residente no país enquanto os homens idosos com um efetivo de 15.265 representam apenas 7%, ou seja do total de mulheres residentes, 10 em cada 100 pertencem à faixa etária dos 60 anos e mais e para os homens apenas 7 em cada 100 pertencem à mesma faixa etária. A proporção de idosos da terceira idade (60 a 79 anos), na população total é de longe superior à da quarta idade (80 anos e mais). A análise da informação por sexo evidencia que as mulheres idosas predominam tanto na faixa etária dos 60 a 79 como na de 80 e mais com respetivamente 8% e 1,8% contra 6,1% e 1,2% anos, ou seja do total de mulheres residentes 8 em cada 100 pertencem à faixa etária dos 60 a 79 anos e 2 em cada 100 pertencem à faixa dos 80 anos e mais e nos homens 6 em cada 100 pertencem à faixa dos 60 a 79 anos e apenas 1 em cada 100 pertencem à faixa etária dos 80 anos e mais.

Com o avanço da idade a percentagem de homens e mulheres idosas diminuiu consideravelmente devido principalmente ao aumento da mortalidade nesta faixa etária. Enquanto a percentagem de idosos na faixa etária dos 60 a 79 anos é de 82%, na faixa dos 80 anos e mais esta percentagem reduz para 18%. De salientar que a esperança de vida situa-se nos 72 anos. Verifica-se igualmente que para ambos os sexos a percentagem de idosos é superior na faixa etária dos 60 a 79 anos; nos homens a percentagem de idosos da terceira idade (83,2%) encontra-se ligeiramente acima da média nacional, enquanto a percentagem de mulheres encontra-se acima da média nacional na quarta idade (18%) (INE, 2000).

2.1.9. Efetivo e proporção das pessoas idosas na população residente

Da análise por concelho, destacam-se os concelhos de São Nicolau, Ribeira Grande e Boa Vista com maiores proporções de idosos, 15%, 14% e 13% (muito acima da média nacional 8,6%). As maiores proporções de idosos nestes concelhos devem-se em parte

ao fenómeno migratório que implicou perda da população principalmente em idade ativa (INE, 2000).

O caso de São Nicolau deve ser realçado porque é a que apresenta a maior percentagem de idosos por ilha (15%), não obstante o efetivo de idosos residentes ser de apenas 1981 idosos. Na matriz das migrações internas pode-se ver que esta ilha vem perdendo pessoas, principalmente em idade ativa enquanto a proporção de idosos tende a aumentar (INE, 2000).

Os concelhos do Sal e da Praia apresentam proporções de idosos abaixo da média nacional (5,6%) e (5,4%) respetivamente. Estes concelhos têm sido considerados destinos privilegiados dos movimentos migratórios de pessoas de outros concelhos á procura de melhores condições de vida. De 1990 a 2000 a população do Sal praticamente duplicou, sobretudo devido as oportunidades de emprego geradas pelo desenvolvimento do turismo nessa ilha (INE, 2000).

Relativamente ao concelho da Praia a baixa concentração de idosos relativamente aos outros grupos etários poderá dever-se à grande concentração de atividades económicas neste concelho que tem atraído sobretudo pessoas em idade ativa; nos demais concelhos a proporção de idosos é igual ou superior à média nacional, devido principalmente ao êxodo rural, motivado, sobretudo, pelas sucessivas secas que têm assolado o país. Pode-se ainda constatar que todos os concelhos da ilha de Santo Antão apresentam proporções de idosos que se situam acima da média nacional, com destaque para o da Ribeira Grande, 13,5% (muito acima da média nacional 8,6%); igualmente na ilha do Fogo os concelhos apresentam proporções (Mosteiros 9,3%, S. Filipe 9,2%) acima da média nacional (INE, 2000).

Analisando por sexo verifica-se maior incidência do sexo feminino em todos os concelhos, com maior destaque para São Nicolau onde de cada 100 mulheres 17 são idosas seguido da Boa vista e Ribeira Grande onde de cada 100 mulheres residentes 16 são idosas (INE, 2000).

Constata-se que em algumas freguesias as percentagens de idosos nelas residentes são bastante significativas; são os casos dos 15% de S. Pedro Apóstolo no concelho de Ribeira Grande - Santo Antão, 16,5 % de Nossa Senhora da Lapa – São Nicolau mas sobretudo para o caso da Freguesia de S. João Baptista na Boavista onde de cada 100

residentes, 21 tem 60 ou mais anos de idade. Na ilha de Santiago a Freguesia com maior proporção de idosos por população residente é a de S. Lourenço dos órgãos (11,4%) (INE, 2000).

Segundo o meio de residência verificamos que a percentagem dos idosos a viverem no meio rural é de 10,5% superior à média nacional 8,6% e superior a percentagem dos que vivem no meio urbano 7%. A nível nacional de cada 100 pessoas residentes no meio rural 11 têm 60 anos e mais enquanto no meio urbano 7 em cada 100 têm a mesma idade; verifica-se que a taxa de incidência das mulheres idosas é superior à dos homens idosos tanto no meio rural como urbano (INE, 2000).

2.1.10. Evolução da População Idosa em Cabo Verde (1990-2000-2010)

Na sequência do Recenseamento Geral da População e Habitação realizado de 16 a 30 de Junho de 2010, a população de Cabo Verde eleva-se a 491.575 habitantes. A quase totalidade da população recenseada era residente e presente no momento censitário (96,5%). No que diz respeito aos efetivos por género, os resultados mostram que não existe grande diferença entre os homens e as mulheres, com cerca de 50% para ambos os sexos. Por outro lado, nota-se grandes disparidades entre os dois meios de residência, com cerca de 62% da população vivendo no meio urbano contra cerca de 38% no meio rural. Os resultados mostram que a população cabo-verdiana é jovem. A idade média é de 26,8 anos e 50% da população tem menos de 22 anos. No entanto, a análise por grupo etário mostra que cerca de 1/3 (31,7%) da população cabo-verdiana tem menos de 15 anos de idade, 61,9%, entre 15 e 65 anos, enquanto 6,4%, 65 anos e mais (INE, 2000).

2.1.11. Evolução do índice de envelhecimento (1990-2000) e do índice de longevidade em Cabo Verde

A análise da evolução (1990-2000) do indicador índice de envelhecimento mostra que a nível nacional a percentagem de idosos aumentou ligeiramente no período em referência. Em 1990 por cada 100 indivíduos de 0 aos 14 anos existiam 13 idosos; em 2000 passaram a existir 15 idosos por cada 100 indivíduos de 0 aos 14 (INE, 2000).

2.1.12. Estrutura da população idosa em Cabo Verde

No que se refere à estrutura da população idosa residente por sexo, constata-se que as

mulheres predominam na população idosa representando 59% do total de idosos. É no grupo etário, 60 - 64 anos, que existe maior prevalência de mulheres (61% contra 39% de homens). À medida que se avança na idade a proporção de mulheres idosas é maior à dos homens devido principalmente ao fenómeno da mortalidade atingir mais homens do que mulheres (INE, 2000).

2.1.13. Estado Civil

Constata-se que os idosos, contrariamente às gerações mais novas da faixa etária 12- 59 anos, vivem maioritariamente em união (casados ou em união de facto) e que o casamento é a forma privilegiada de vivência conjugal, já que 44% das pessoas com 60 ou mais anos de idade são casadas (união de facto 13%). O fenómeno da viuvez no seio dos idosos é relativamente elevado (21%, se comparada com a proporção de pessoas da faixa etária 12-59 anos que se encontram na mesma situação, 1%). Constata-se uma maior incidência do fenómeno no sexo feminino, ou seja existem mais viúvas do que viúvos. Cerca de 30% das mulheres são viúvas e apenas 8% dos homens encontram-se nesta situação, com maior incidência para a quarta idade onde metade (48%) das mulheres é viúva. Tal facto deve-se ao fenómeno da mortalidade atingir mais homens idosos do que mulheres idosas. Analisando a informação por sexo observou-se que os homens contrariamente às mulheres vivem maioritariamente com o cônjuge (casados e/ou em união de facto) 78,2%, enquanto apenas 41,7% das mulheres adotam aquela forma de vivência familiar. O celibato definitivo é um fenómeno que atinge sobretudo as mulheres (22% contra 9% nos homens) (INE, 2000).

2.1.14. Alfabetização

A situação no aspeto cultural caracteriza-se por um baixo nível académico, que se deve a inexistência de políticas educacionais no período antes da independência. Com efeito, apesar dos programas de alfabetização desenvolvidos a partir de 1975 e que permitiram a muitos adultos, hoje idosos, adquirir algum nível de escolaridade, o Censo de 2010 apontava que 58,4 % dos idosos na faixa dos 60 a 79 anos nunca frequentaram qualquer nível de instrução, sendo as mulheres as mais atingidas. O ensino básico é o mais frequentado com 28,4 % e apenas 6,4% tem o nível secundário e pós-secundário, (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

2.1.15. A saúde dos Idosos

Na velhice, a deficiência é uma realidade quase incontornável. Enquanto a nível nacional a proporção de indivíduos portadores de deficiência é de apenas 3%, na faixa etária dos 60 anos e mais, 13 em cada 100 idosos sofrem de algum tipo de deficiência; sendo que 7% possuem pelo menos um tipo de paralisia, 5% são cegos ou surdos, ou são afetados por outra deficiência não motora, e 1% detém deficiências múltiplas (sofre de deficiências motoras e outras), (INE, 2000).

Existem importantes desafios no que toca à melhoria da saúde dos idosos, considerando que é nessa faixa etária que aparecem mais situações de doença, muitas vezes crónicas e incapacitantes, resultando em deficiências e doenças de foro psiquiátrico, (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

À medida que se avança na idade aumenta a proporção de deficientes; é por isso que na terceira idade a proporção de deficientes situa-se um pouco abaixo da média nacional (11%) enquanto na quarta idade essa proporção atinge os 20%. O sexo masculino é o mais atingido, com uma proporção de deficientes que ronda os 14% (contra os 12% sexo feminino); a proporção de deficientes na terceira idade do sexo masculino também é superior à do sexo feminino para a mesma faixa etária (13% homens contra 11% nas mulheres). Globalmente, o tipo de deficiência que predomina é a motora que atinge (7%) dos idosos, seguida da deficiência do tipo “outra” (5%). No entanto, na quarta idade o tipo de deficiência que passa a dominar é a “outra” (10%) (tanto nas mulheres (9%) como nos homens (10%)) (INE, 2000).

Regista-se que em cada 100 idosos, 31 deparam-se com alguma deficiência que dificulta a mobilidade, 43,3% apresentam problemas de visão; 23,3% são portadores de deficiência auditiva e 11% encontram-se em situação de dependência, dependendo do apoio de terceiros para satisfazer as suas necessidades básicas (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

A melhoria da condição de vida das pessoas idosas passa sobretudo pelo aumento do acesso à saúde. No entanto, a assistência médica e medicamentosa gratuita a que têm direito por lei, tem sido muitas vezes dificultada, devido sobretudo à não uniformização dos critérios de aplicação das taxas moderadoras nos serviços públicos hospitalares (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

2.1.16. Análise do indicador de dependência económica

A maior parte dos idosos vive no meio rural. Assim as repercussões decorrentes do processo de evolução demográfica e do contexto de pobreza estrutural do país não deixarão de se fazer sentir, em particular, no acréscimo das necessidades alimentares, de educação, de habitação, de saneamento básico, de saúde, de emprego, no agravamento das assimetrias regionais e, naturalmente, na qualidade de vida das populações, atingindo com maior intensidade os grupos mais vulneráveis da população, nos quais se incluem os idosos (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

A falta ou insuficiência de rendimentos de muitas famílias reflete-se na situação particular dos idosos que vivem abaixo do limiar da pobreza, tanto no meio urbano como nas zonas rurais, caracterizado por deficientes condições habitacionais e de conforto e fraco acesso aos serviços sociais básicos (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

De acordo com o INE (2000) a nível nacional, de cada 100 pessoas em idade potencialmente ativa existem 12 idosos potencialmente inativos. Nos homens este indicador é ligeiramente mais baixo, tendo em conta a idade da reforma ditada pela legislação laboral (10,9%) enquanto nas mulheres atinge os 13,4%.

A análise por Concelho mostra que em São Nicolau (23,2%); é onde existe um número maior de idosos potencialmente inativos por cada 100 pessoas com idade entre os 15 e os 64 anos; seguem-se-lhe os Concelhos de Ribeira Grande (19,6%) e Boa Vista (17,2%). O indicador atinge os níveis mais baixos no Sal (6,8%) e na Praia (7,2%). No quadro pode-se ainda verificar que, com exceção dos Concelhos de Tarrafal e S. Miguel, este indicador é sempre superior nas mulheres. Nos Concelhos onde este indicador atingiu os patamares mais elevados, foi sobretudo devido a existência de um número relativamente alto de mulheres idosas potencialmente inativas (INE, 2000).

Em Cabo verde algumas organizações não-governamentais, nomeadamente, a Cruz Vermelha, Caritas e outras instituições desempenham um papel importante na minimização dos problemas que afetam essa faixa etária. Os idosos contemplados por estas instituições embora em número ainda pouco significativo, dispõem de uma refeição diária, assistência médica e medicamentosa entre outros benefícios (INE, 2000).

2.1.17. O meio de vida dos idosos

O princípio da solidariedade que caracteriza a sociedade tradicional cabo-verdiana está bem patente, no qual 45% dos idosos vivem a cargo de familiares, residentes em Cabo-Verde (35%) ou no estrangeiro (11%). Pode-se também constatar que, cerca de 1/4 dos idosos ainda vive da força do seu trabalho e que, pouco mais de 1/5 vive de uma pensão; nesta última estão incluídos os idosos com pensão do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), da Administração Pública, das FAIMO, Pensão Social Mínima, etc. Cerca de 65% dos idosos que vivem do trabalho são analfabetos e para os que vivem de pensão a proporção de analfabetos atinge os 59%; pode-se pois deduzir que boa parte dos que se encontram nessas condições, auferem montantes tão irrisórios que mal dão para as necessidades básicas (INE, 2000).

Se a terceira idade parece ser a única definitiva, já que todas as outras etapas da nossa vida são apenas transitórias, deveremos então estar todos habilitados a proporcionar-lhe o máximo de qualidade. Valerá assim a pena viver, seja até que idade for (Almeida 2006).

2.2. Direito

2.2.1. Conceito

Amaral (2004) define a palavra Direito como o sistema de regras de conduta social, obrigatórias para todos os membros de uma certa comunidade, a fim de garantir no seu seio a justiça, a segurança e os direitos humanos, sob a ameaça das sanções estabelecidas para quem violar tais regras.

A definição de Direito tem dado azo a muitas perplexidades e divergências, não faltando quem afirme, ceticamente e na opinião de Chorão, (1991) a sua inviabilidade. Todavia só a partir desse conceito é possível assentar bases firmes à estrutura do conhecimento e o método de investigação e realização do Direito e a função que compete ao jurista, pois se este não sabe o que é o Direito, mover-se-à como que às cegas, na resolução dos problemas práticos da vida jurídica.

Muitas das dificuldades na definição de Direito ainda na opinião de Chorão, (1991) provêm de preconceitos idealistas, reducionistas e empiristas, que deformam a realidade

jurídica e não permitem captar dela senão aspetos parcelares, superficiais e extrínsecos contudo o estudo etimológico e a análise do sentido das palavras com que nos referimos ao Direito permite também uma aproximação à natureza íntima deste e serve, ao menos de base, a uma definição nominal.

Grande parte dos vocábulos com que visamos as realidades do mundo em Direito (*justiça, jurídico, juiz, jurisdição, jurisprudência, jurista, jurisconsulto*, etc) tem na sua raiz o termo *ius*.

A palavra Direito radica no étimo latino *ius rectum*, expressão que pode ser traduzida como “*aquilo que é justo*”. O conceito de justiça aparece assim indissociavelmente ligado a um ideal que pode nortear a conduta dos homens e configurar um valor que deve presidir nas sociedades humanas (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

2.2.2. Algumas definições de Direito

Amaral (2004) e outros autores variam muito acerca da melhor definição a dar do Direito (em sentido objetivo):

Assim para uns, o Direito é uma arte ou virtude – *jus est ars boni et aequi* ²(Celso, Ulpiano, Baldo); citados por Amaral (2004)

-Para outros o Direito é sinónimo de justiça – *jus nihil aliud sit quod ipsa justitia* ³(Mieres citado por Amaral, 2004)

- Para outros próximos dos anteriores, o Direito é uma coisa justa, por exemplo a lei justa, a decisão administrativa justa, o contrato justo, a sentença justa – *jus est ipse res justa* ⁴(S. Tomás de Aquino, Michel Villey) ou noutra formulação próxima dessa *jus est quod justum et aequum est* ⁵(Vallet de Goytisolso citado por Amaral, 2004).

Um grupo diferente de autores segundo Amaral (2004) define o Direito como um conjunto de regras de conduta social: mas dentro desse grupo – decerto o mais numeroso há variantes que cumpre conhecer. Para uns (os jusnaturalistas), o Direito é o conjunto das regras de conduta social extraídas pelos governantes do Direito Natural e,

² O Direito é a arte do bom e do justo

³ O Direito não é outra coisa senão a própria justiça

⁴ O Direito é a própria coisa justa

⁵ O Direito é aquilo que é justo e equitativo

portanto, conformes à justiça e à moral (S.Tomás de Aquino, Francisco Suárez; citados por Amaral, 2004).

Para outros, o Direito é o conjunto das regras de conduta social impostas pela vontade do soberano, independentemente do seu conteúdo justo ou injusto, moral ou imoral (Hobbes, Stammler, Hart, citados Amaral, 2004).

Para outros ainda o Direito é o conjunto das regras de conduta social engendradas pela consciência coletiva do povo (Sauer, citado por Amaral, 2004), ou pela classe dominante no intuito de explorar as classes dominadas (Karl Marx, citado por Amaral, 2004);

- Ainda entre aqueles que vêm no Direito um conjunto de regras, regularmente elaboradas, aprovadas e postas em vigor (kelsen), e os que consideram como verdadeiro Direito as regras que alcancem e mantenham uma aplicação efetiva na comunidade social a que se destinam, e com as modificações ou distorções que o uso ou o não – uso lhes introduzem na prática (Duguit, Jèze, citados por Amaral, 2004).

- Há ainda aqueles que adotam uma noção complexa, a “teoria tridimensional do Direito”, para quem o Direito é um fenómeno de articulação integrada entre valores, normas e fatos, considerando que a justiça é o fim do Direito, a conduta social é o seu objeto, e as normas são um meio para atingir um fim em relação ao objeto (Reale, citado por Amaral, 2004).

O Direito, de acordo com (Vieira, Henriques, Castilho, 2009) entendido como um sistema normativo regulador da vida humana em sociedade tem, na sua génese, uma orientação programática que mais não é que a de “balizar” as condutas individuais e a interação, de acordo com critérios de justiça e de segurança jurídica.

No entender de (Vieira, Henriques, Castilho, 2009) enquanto cidadãos e agentes que vivemos em relação com os outros e dependemos do funcionamento eficaz das instituições e um Estado, mormente daquelas a quem compete dirimir conflitos, sabemos que a justiça é um valor absoluto e difícil de concretizar e, frequentemente temos consciência de que, não raro, se cumpre a justiça. Daí que seja muito comum as partes em conflito clamarem por uma justiça que, na sua ótica, não foi alcançada numa determinada decisão, isto porque são titulares de interesses opostos e são sujeitos de uma relação à que, processualmente, chamamos de controvertida, na qual esses mesmos interesses aparentam ser irremediavelmente inconciliáveis.

Este será portanto e de acordo com Vieira, Henriques, Castilho, (2009) um dos grandes objetivos de qualquer Estado moderno: tornar compatíveis os diferentes interesses dos cidadãos e organizações, muitas vezes em absoluta oposição podendo estar já em aberta conflitualidade, latente ou manifesta, entre os particulares ou entre estes e outras entidades.

O Direito estadual assume, decisivamente, e na opinião de Vieira, Henriques, Castilho, (2009) uma função reguladora da vida em sociedade, para que ela se desenrole num ambiente de coexistência pacífica, num clima de ordem e paz social, permitindo, conseqüentemente, a concretização das legítimas aspirações dos indivíduos, bem como o progresso e o desenvolvimento económico-social e cultural de uma determinada sociedade. Ao falarmos de progresso e porque nada é estático ou imutável, o Direito, como qualquer outra ciência humana, não pode estagnar-se ou circunscrever-se a um conjunto de dogmas, mas não tem outra alternativa senão acompanhar a evolução dos tempos e das mentalidades, criando o quadro jurídico ou normativo para as situações que, por não se encontrarem disciplinadas, originam um “vazio” suscetível de lesar interesses dignos de tutela.

Num processo civilizatório que, nos dois últimos séculos é dominado por uma mutação acelerada, segundo Vieira, Henriques, Castilho, (2009) fala-se hoje de realidades que eram relativamente estranhas às sociedades que nos antecederam; na atualidade perfilam-se desafios que o Direito tem de assumir, pela via da regulação de novas relações, conferindo a tutela situações fatuais que reclamam e merecem, pela tipificação de novas atividades criminosas pelo combate e prevenção de fenómenos suscitados pela era digital e da globalização, pelo acesso massificado às tecnologias da informação e comunicação entre outros.

Conclui-se deste modo, e facilmente na opinião de Vieira, Henriques, Castilho, (2009), que a evolução tecnológica científica e social induz nas sociedades humanas, independentemente das suas diferenças culturais, religiosas e étnicas, que sempre existiram ao longo dos tempos – a denominada relatividade espacial e temporal – uma força propulsora dos respetivos Direitos, para que estes se adaptem com rapidez e eficácia, às novas realidades sociais, regulando-as e tornando-as legítimas ou, pelo

contrário, proibindo-as e penalizando os seus autores pela prática de determinadas condutas ou omissões.

Vieira, Henriques, Castilho (2009) concluem ainda dizendo que o mundo do Direito envolve-nos quotidianamente, desde o nascimento à morte, e seria impossível o convívio humano sem uma série de normas e princípios que regulassem e estabelecessem os limites da atuação de cada um, com vista a dar solução aos conflitos sociais.

No entender de Amaral (2004) as regras de conduta, ou normas jurídicas, a observar por todos os membros da sociedade – chamamos Direito.

Ao sistema de normas no entender de Vieira, Henriques, Castilho (2009) ou conjunto normativo que tem como finalidade instrumental a resolução dos conflitos ou de um problema social determinado, na área em que pretende intervir, com recurso à força regulada e disciplinada, mas sem o uso da violência chama-se Direito.

2.2.3. Direito e sociedade

O Direito, segundo Chorão (1991) supõe relações sociais; só existe onde houver vida social: *ubi ius, ibi societas*. A sociabilidade é pois, da essência da ordem jurídica, realidade intrinsecamente relacional.

O Direito na opinião de Vieira, Henriques, Castilho, (2009) é fundamental à vida em sociedade. Se quisermos definir uma sociedade, poderemos afirmar que ela é um grupo de indivíduos que se une, de forma duradoura, com o intuito de satisfazer interesses vários. Da coesão do grupo, os seus elementos retiram utilidades; da sua interdependência, resultam benefícios individuais e coletivos. É comum afirmar que o homem é um ser iminentemente “político”, não na aceção restrita de um ser vocacionado para a atividade política mas na mais ampla: como alguém que tende a viver em sociedade, que está predisposto a viver em grupo e não de forma isolada.

A análise do comportamento do homem, enquanto ser gregário segundo Fontes (2006), conduz-nos a reconhecer que este é dotado de uma natureza eminentemente social- *ubi homo ibi societas*. Esta forma de vida não dispensa uma autoridade social, conforme Amaral (2004) dotada de um poder diretivo. Tal autoridade estabelece as regras de conduta a observar por todos os membros do grupo; toma as decisões que forem

necessárias em nome de todos; impõe o respeito por aquelas regras e por estas decisões, levando a julgamento os infratores e aplicando-lhes as sanções pré-estabelecidas.

A sociedade humana exige uma vida de convivência e esta gera, necessariamente, um conjunto de regras. Assim, existe um conjunto mínimo de princípios e normas por que hão-de pautar-se os diferentes agentes sociais. A vida social não pode fazer-se sem uma disciplina e sem uma ordem para a segurança tanto dos indivíduos como da própria comunidade nacional e internacional (Fontes, 2006).

Conforme Amaral (2004) um dado da experiência comum, e que facilmente pode-se confirmar pela simples observação do que passa a nossa volta é que o ser humano vive em sociedade.

Podemos pensar de acordo com Amaral (2004) na terra onde nascemos: pode ter sido uma cidade, uma vila ou uma aldeia; mas foi com certeza um aglomerado humano, com muitas ou algumas famílias, cujos membros se conhecem, se falam e se entreadjudam.

Passa-se o mesmo no mundo inteiro segundo Amaral (2004): a ONU tem hoje cerca de 200 países membros, somando aproximadamente 6 mil milhões de pessoas. Uma parte vive em cidades ou zonas urbanas; outra vive em aldeias ou zonas rurais. Mas todos vivem em aglomerados humanos, coabitando, convivendo, cooperando.

Tudo isto porquê? Porque em consonância com Amaral (2004) a sociabilidade faz parte da natureza humana; a tendência de viver em sociedade, a necessidade do homem se juntar e organizar-se em comunidades. Aristóteles – o grande filósofo grego exprimiu muito correta e sinteticamente a condição humana, escrevendo: O homem é, naturalmente, um animal político.

2.2.4. O Direito e a moral

O vocábulo “moral” pode ser usado com diversos sentidos no entender de Vieira, Henriques, Castilho, (2009). Como adjetivo, poderá abranger um espectro alargado de estados espirituais ou mentais, por oposição a tudo que é físico ou corpóreo.

De acordo com Vieira, Henriques, Castilho, (2009) com base no étimo latino “*mores*” (costumes), a realidade Moral reporta-se a um dos domínios da Filosofia que se ocupa da problemática relativa à conduta do homem enquanto ser livre e confrontado com as regras e as normas que regem a sociedade onde se insere.

Para a Moral, em concordância com Vieira, Henriques, Castilho (2009), importa a decisão livre do homem os atos por este praticado, a sua conduta enquanto sujeito de um agir livre. Para a moral não há “coisas” afetadas de moralidade, entidades que possam ser qualificadas como moralmente boas ou más”. Em última hipótese, as coisas são amorais.

Conforme Vieira, Henriques, Castilho, (2009) só o homem e o seu comportamento, são passíveis de uma apreciação moral. É por este conjunto de razões que se condena, por moralmente inaceitável, que um prisioneiro de guerra seja objeto de tratamento desumano ou de sevícias físicas, ainda que tenha sido capturado em pleno teatro de guerra ou sobre ele recaiam fortes indícios de ter praticado atos igualmente condenáveis à luz da Moral, como um ataque bombista.

É, igualmente, por esta ordem de motivos, de acordo com Vieira, Henriques, Castilho, (2009) que nos repugna a prática de atos contra pessoas indefesas ou incapazes, como a violência sobre crianças, o infanticídio, as execuções sumárias e o genocídio.

De uma forma muito elementar, no entender de Vieira, Henriques, Castilho, (2009) podemos dizer que a Moral representa um conjunto de normas reconhecidas e aceites por um determinado grupo social, para uma dada época. É neste sentido que podemos falar de uma “moral burguesa” ou de uma “moral dos Gregos”. Não se circunscreve a uma “ciência dos costumes”; a Moral assume a natureza de um código normativo que trata do “dever ser” e não apenas do “ser”. Estuda o bem e o mal e enuncia um conjunto de regras de ação que o homem deverá seguir na sua conduta. A Moral, porque se liga intimamente ao que de mais pessoal existe no ser humano, é também ela, uma ciência humana que domina outras ciências, como a economia e a política.

A Moral para Vieira, Henriques, Castilho, (2009) parte da experiência fática do ser humano e centra o seu objeto nos mais diversos setores da vida individual e social, por serem permeáveis aos padrões da Moral, como é o caso da conduta individual, o inter-relacionamento pessoal, a vida familiar, as relações no trabalho, nas empresas e nas organizações, entre outros aspetos da vida em sociedade.

Em rigor consoante Vieira, Henriques, Castilho (2009) não se poderá afirmar que há “tratados sobre o Bem e o Mal”, guias exatos para qualificar uma conduta humana e

social como boa ou má; não obstante em todas as sociedades assume-se um conjunto de normas morais que, podendo ser distintas em função da cultura e grupo, norteiam o comportamento dos seus membros e, por esta razão, são apreendidas como regras obrigatórias, que se impõem e orientam o homem na sua conduta, nas suas opções e escolhas quotidianas, sem perder a sua condição de ser que pode e deve gerir a sua liberdade.

Resulta claro para Vieira, Henriques, Castilho, (2009) que o objetivo da Moral não coincide ou se sobrepõe ao do Direito. Não é propósito do Direito transformar os cidadãos em homens bons. Ao Direito importa, dominantemente, garantir que os indivíduos coexistam pacificamente, num clima de manutenção da ordem pública, dos bons costumes e com observância da lei, que a todos regula, impondo deveres e consagrando/tutelando direitos.

Para o Direito, fundamental será que cada indivíduo seja capaz ou tenha condições para realizar os seus objetivos pessoais, numa esfera de liberdade que tem os seus limites, uma fronteira para lá da qual começa a liberdade dos outros. Daí a distinção clássica entre o que é a liberdade e a libertinagem, a atuação humana que não conhece qualquer limite e provoca a devassa e a lesão dos direitos dos outros, (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

A liberdade e a comunicação, através da linguagem, de acordo com Vieira, Henriques, Castilho, (2009) assumem expressão de relevo na intersubjetividade com o “outro” sem o qual não existe o “Eu”. Por isso só tem deveres quem é livre. Se uma pessoa viciada, porque tem uma necessidade psicológica de proceder de determinada maneira, não tem liberdade, só uma pessoa livre é que pode experimentar a necessidade do dever; é a experiência do dever e da obrigação que põe questões muito sérias ligadas ao próprio sentido da nossa vida.

A liberdade em concordância com Vieira, Henriques, Castilho, (2009) em sentido psicológico deve ser entendida como capacidade de auto decisão, sendo certo que nenhum de nós tem essa capacidade a 100%, porque vivemos condicionados.

Apesar de tudo, e na opinião de Vieira, Henriques, Castilho, (2009) há sempre um fundo residual moral no Direito e nas normas jurídicas. Se analisarmos muitos dos preceitos normativos contidos no código penal, diploma que tipifica e prevê as sanções

para os crimes, verificamos que a proibição do homicídio, do furto, do roubo, entre outros atos delituosos, corresponde a este imperativo moral e cultural que já encontrava a sua expressão em códigos como o Decálogo Cristão (os dez preceitos religiosos e morais que, de acordo com o Antigo Testamento, Deus confiou à Humanidade, por intermédio de Moisés) que estabelecem, como Mandamentos, o dever de não matar, não furtar coisa alheia, não cobiçar a mulher do outro.

2.2.5. O Direito e a ética

A ética é um adjetivo substantivado segundo Vieira, Henriques, Castilho, (2009) que atenta a sua origem grega, tanto pode querer significar a maneira de proceder exterior, como a maneira de ser interior. No primeiro caso liga-se a ética ao comportamento e no segundo, fará sentido associar a ética ao carácter. No primeiro entendimento, caracterizar-se-á um comportamento como ético ou não ético segundo a sua conformidade ou não com regras ou padrões estabelecidos ou defensáveis em determinado momento e lugar.

Já na segunda aceção citando Vieira, Henriques, Castilho, (2009), dir-se-á que a ética de uma determinada pessoa vai neste ou naquele sentido ou tem este ou aquele padrão normativo, de acordo com a maneira de ser própria e a formação humana e cultural que essa pessoa tem.

Deste modo e de acordo com Vieira, Henriques, Castilho, (2009) é suposto esperar comportamentos e condutas éticas por parte de pessoas que tenham a sua maneira de ser moldada por princípios e valores enraizados na educação e enformados pela cultura e que, ao agirem, o fazem de determinada forma e de acordo com pressupostos prévios.

A maneira de ser da pessoa caracteriza a maneira de estar na vida e vice-versa, a qual, por sua vez, condiciona a forma de agir de cada um. Deste ponto de vista pode afirmar-se que a ética, enquanto significação referida ao carácter, envolve uma vinculação ao sujeito que é capaz de gerar comportamentos, atitudes ou condutas éticas (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

Neste contexto é óbvio que um sujeito desprovido de consciência ética dificilmente poderá gerar comportamentos tidos em si como éticos; se falta à pessoa uma

consciência normativa, poderá faltar também a capacidade para assumir, nas relações com os outros e com o mundo, atitudes éticas. Desta forma, poder-se-á afirmar que o sujeito, enquanto possuidor de uma consciência ou carácter ético e, por isso, dotado de uma certa maneira de ser, contribui para revelar uma concepção expressamente normativa da ética; por outro lado, as atitudes e os comportamentos exteriores do mesmo sujeito, enquanto maneira de agir ética, contribuem para revelar uma concepção puramente descritiva da mesma ética (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

Poderíamos, neste âmbito distinguir, sem separar o plano do ser (concepção normativa ou filosófica) e o plano do fazer (concepção descritiva ou sociológica); por outras palavras, o nível das ideias e o nível dos comportamentos; a educação, a cultura, a reflexão filosófica, isto é, a teoria, por um lado, e o comportamento, as atitudes, as decisões, ou seja, a prática, por outro, teremos duas faces de uma mesma moeda que teleologicamente se correspondem. Aristóteles caracterizava a ética como “sabedoria prática” e Epicuro pensava-a como “arte de viver” (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

A ética pode caraterizar e vincar uma forma de ser e de agir de modo a distinguir o ser e agir éticos de outras formas de ser e agir não éticas. Não parece existir uma realidade que seja mais ou menos ética; ou é ou não é. Tal como não existe uma pessoa mais ou menos séria - ou é séria ou não é séria - também não será concebível admitir o meio-termo na ética a tempo parcial (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

Não existe uma ética com períodos de suspensão, interrupção, muito menos, com prazo de validade ou prazo de prescrição; a ética não caduca; há pessoas com ética e pessoas sem ética, como há pessoas educadas e pessoas sem educação; há condutas éticas ou eticamente aceitáveis e condutas não éticas ou eticamente inaceitáveis (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

A ética será no entender de Vieira, Henriques, Castilho, (2009) antes de mais, uma forma de ser que se traduz numa forma de estar perante o “outro” e perante o mundo, numa relação de intersubjetividade e de diálogo, ao mesmo tempo em que é reconhecida a multidimensionalidade do sujeito em que se inscreve a sua aventura ética. Seria possível uma ética sem moral? De acordo com Vieira, Henriques, Castilho, (2009) seguramente que sim; aliás da mesma forma que é possível viver sem um braço ou sem

uma perna, viver-se-ia, mas na verdade, com bastante dificuldade com limitações razoáveis.

Ética e Moral podem ser usadas como sinónimos (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

2.2.6. O Direito e a justiça

De acordo com Chorão (1991) há uma convicção profundamente arraigada desde há milénios, na consciência humana, de que existe uma relação necessária e essencial entre Direito e justiça. Este é o princípio, o fim e o valor fundamental da ordem jurídica (*ordo iustitiae*).

Sendo a justiça, primariamente, uma virtude que consiste no hábito de atribuir a cada qual o seu direito (*ius suum cuique tribuere*), todavia, a ordem jurídica contenta-se com a realização do *justo objetivo*, isto é, com a satisfação do que é devido a cada um no domínio das ações e coisas exteriores, qualquer que seja o ânimo do agente.

A justiça é um valor humano e social. Sabe-se que a vida humana é regulada por diversas disciplinas que têm os seus critérios particulares de valoração; assim, se a valoração da economia se faz pelo critério da utilidade e o da estética pelo critério da beleza, a valoração do Direito faz-se pela justiça, enquanto valor, algo que, sendo juridicamente valioso, permite alcançar a noção da injustiça como desvalor. Ao representar um ideal de comportamento, a justiça tende a indicar como “deve ser” esse comportamento sem que tal implique que as ações humanas sejam necessariamente justas, (*ubi ius ibi societas*) (Vieira, Henriques, Castilho, 2009).

O Direito no entender de Vieira, Henriques, Castilho (2009) apenas se revela necessário onde existam pessoas (*ubi societas ibi ius* – onde existe sociedade, existe direito e vice-versa, *ubi ius ibi societas* – onde há direito aí há sociedade), a justiça é também, um valor social pois refere-se a comportamentos ou atos das pessoas, os quais afetam outras pessoas; a justiça não faz sentido onde só haja um sujeito; a sua dimensão social carece de uma projeção intersubjetiva, isto é, do carácter relacional do sujeito que desenvolve, perante os demais, comportamentos ou ações humanas justas ou injustas.

A justiça poderá consoante Vieira, Henriques, Castilho (2009) ser entendida de muitas formas e de acordo com as situações e as épocas, ou seja, a conceção de justiça difere no tempo e no espaço.

Segundo Perelman (1958) citado por Vieira, Henriques, Castilho (2009) existiram, historicamente, distintas formas de justiça:

1. O mesmo a cada um;
2. A cada um segundo o seu mérito;
3. A cada um segundo as suas obras;
4. A cada um segundo as suas necessidades;
5. A cada um segundo a sua classe;
6. A cada um segundo o que a lei lhe atribui.

Radbruch (1974) citado por Vieira, Henriques, Castilho (2009) entende que o direito, como um complexo de normas gerais visando a vida de relação que é a vida dos homens em comum, é a realidade que tem o sentido de se achar ao serviço da justiça.

2.2.7. O Direito e a Segurança

A justiça, enquanto valor jurídico, mantém uma relação constante com outros valores jurídicos. Ao Direito compete, na sua positividade, garantir não só as expectativas, em que cada um assenta as suas decisões e os seus planos de vida, mas também proporcionar a estabilidade da vida social e criar a confiança necessária e fundamental à segurança dos cidadãos, (Vieira, Henriques, Castilho 2009).

No entender de Vieira, Henriques, Castilho (2009) quando se fala aqui na segurança, esta é mais do que a segurança física; é a segurança jurídica correspondente à estabilidade das instituições sociais e ordenadora da garantia conferida aos cidadãos, em atenção aos valores económicos e sociais em circulação.

Ainda Vieira, Henriques, Castilho (2009) entendem que a segurança constitui, enquanto condição da sociedade concretamente ordenada, uma das aceções da justiça e representa uma “missão contida na própria ideia de Direito”.

Para Baptista Machado citado por Vieira, Henriques, Castilho (2009), a segurança é uma das exigências feitas ao Direito que pode conflitar com a exigência de justiça, achando-se as duas numa relação de tensão dialética (ora uma ora outra). No entanto a

justiça representa um ideal de hierarquia superior ao da segurança, podendo em muitos casos, a segurança sobrepor-se à justiça, por exigência da própria praticabilidade do Direito.

Numa aceção subjetiva, citando Vieira, Henriques, Castilho (2009) encarnada na forma de “certeza jurídica” a segurança pode ser estudada como a possibilidade dos cidadãos terem conhecimento prévio das consequências jurídicas dos seus atos, o que lhes permite governar a sua vida e orientar a sua conduta.

A segurança ou certeza jurídica possibilita assim no entender de Vieira, Henriques, Castilho (2009) estabelecer um clima de confiança na ordem jurídica fundada em condições razoáveis de possibilidade, o que constitui um pressuposto e função do Estado de Direito.

2.2.8. O Direito e os Direitos Humanos

Os direitos humanos são, pela sua própria definição, posições jurídicas universais, possuídas pelo homem enquanto tal, e não por pertencer a determinado grupo natural ou arbitrariamente associado. Neste sentido, independentemente do sexo, idade, saúde, raça, etc., todos os seres humanos possuem, em princípio, os mesmos direitos, ou não os podendo exercer, estariam sujeitos a afetações similares sobre eles incidentes. Trata-se de um corolário óbvio do princípio da igualdade, no qual se assentam as bases filosófico-morais dos direitos humanos (Relatório Nacional de Direitos Humanos, RNDH (2010).

A ideia de que os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade, apesar de relativamente prosaica, tem uma poderosa força simbólica, com implicações concretas no campo de interação e na forma como nos vemos a nós próprios e aos outros, enquanto indivíduos livres, com conceções próprias e formas particulares de realização pessoal, a quem devem ser garantidos espaços de autonomia e assegurado um mínimo existencial para as perseguir e concretizar, e que não podem ser nem beneficiados e nem discriminados injustificadamente, com base em categorias suspeitas de raça, religião, posição social, etc., (RNDH, 2010).

Os direitos humanos consubstanciam-se, de fato, numa das mais poderosas forças ideológicas e institucionais que moldaram o *ethos* da modernidade e gradualmente se consolidaram e projetaram por grande parte do Mundo, particularmente no Ocidente. Com efeito, desde as revoluções liberais dos Séculos XVII e XVIII, com o surgimento do Estado liberal inglês e a democracia norte-americana, com o reconhecimento dessa categoria de direitos pela Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que, gradualmente, mas com hiatos importantes, os direitos humanos se têm afirmado como um dos pilares indissociáveis do Estado de Direito Democrático e, de certa forma, da própria comunidade internacional (RNDH, 2010).

Não obstante, de acordo com o RNDH (2010) foi curiosamente na sequência de um dos mais evidentes retrocessos, que, aliás, não podem ser dissociados da própria modernidade, que eles se consolidam igualmente na esfera internacional, condição indispensável para a sua projeção além do número reduzido de países supramencionados. Destarte, o fim da II Guerra Mundial e as violações grosseiras aos direitos humanos, promovidas principalmente pela Alemanha (mas também, embora sem qualquer equivalência, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e por outras potências vencedoras) deixaram transparecer, de forma inequívoca, a necessidade de transformar princípios morais universais, decantados por filósofos e literatos, numa realidade positivada e palpável que pudesse conter a liberalidade de tratamento de Estados sobre indivíduos. Nasce, deste modo, a base do Direito Internacional dos Direitos Humanos, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, posteriormente desenvolvida pelo conjunto de documentos que compõem a atual *International Bill of Rights* (Carta Internacional dos Direitos Humanos), designadamente os dois pactos de 1966 e convenções destinadas a lidar com situações ou categorias especiais de pessoas (discriminação racial, tortura, mulheres e crianças).

O processo de democratização que vai atingir um conjunto crescente de países, com vagas sucessivas a chegar na década de setenta ao Sul da Europa, oitenta à América Latina e noventa a alguns países africanos e à Europa de Leste, darão um cunho (quase) universal à conceção de acordo com a qual a ordenação correta da sociedade deverá necessariamente estar amparada no binómio direitos humanos e democracia (RNDH, 2010).

Cabo Verde, por motivos óbvios, não escapou a este processo geral de democratização e afirmação interna dos direitos humanos, tendo concretamente optado por um regime multipartidário, aprovado uma Constituição aberta à consagração do grosso dos direitos humanos, enquanto direitos fundamentais, e vinculando-se aos principais instrumentos jurídicos internacionais de proteção da pessoa humana (RNDH, 2010).

Atualmente, mesmo sem qualquer estudo, quase intuitivamente, pode-se facilmente chegar à conclusão de que o país não terá problemas de violações massivas e generalizadas aos direitos humanos. Tal cenário indicar-nos-ia claramente a presença de uma reformatação do próprio regime jurídico instituído pela comunidade política. Agora, isso não significa que não possam existir determinados setores em que a realização dos direitos humanos continua a ser deficiente, requerendo uma atenção e monitorização especiais (RNDH, 2010). As razões para tanto podem ser múltiplas. Em alguns casos decorrem da própria dinâmica dos direitos humanos. É que apesar do seu núcleo estável, há uma tendência de expansão, à medida que determinadas categorias de pessoas começam a reivindicar direitos que anteriormente mantinham no recôndito espaço privado ou submetidos a uma repressão originária naturalizada impeditiva da sua expressão. Seriam os casos das reivindicações mais contemporâneas de minorias sexuais, idosos, deficientes físicos, minorias culturais e muitas outras; ademais, a realização de determinadas categorias de direitos humanos é naturalmente gradual, dependente de recursos económicos e financeiros e, portanto, sujeita à compressão decorrente das próprias condições orçamentais limitadas de países como Cabo Verde (RNDH, 2010).

Seria o caso do direito à saúde, segurança social ou, mais ainda, habitação, claramente constituindo, *a priori*, uma preocupação de concretização dos direitos humanos no nosso país. De se ressaltar que existem determinados setores em que o poder do Estado se manifesta de forma mais ostensiva e a subordinação do indivíduo mais evidente, portanto sendo mais suscetíveis de violações aos direitos humanos. Seriam os casos ligados à atividade das forças de segurança ou de execução de penas e sanções criminais, por exemplo; finalmente, existem determinadas fragilidades na concretização de determinados direitos humanos, resultado da ainda ténue cultura de direitos humanos existentes em Cabo Verde, e de algumas práticas socioculturais incompatíveis com os direitos humanos, que se podem levantar pelo menos ao nível das hipóteses. Exemplos vários podem ser dados, mas os mais comuns estão ligados aos direitos das mulheres e à violência doméstica e à exploração e abuso de crianças (RNDH, 2010).

Os direitos humanos, seja enquanto categoria moral de direitos, seja enquanto categoria positivada de posições jurídicas previstas por convenções ou costumes internacionais (os direitos internacionais de proteção da pessoa humana), pela Constituição (os direitos fundamentais) ou na legislação ordinária, deverão ser estudados a partir das suas diversas dimensões e valências (RNDH, 2010).

Num segundo momento, será incontornável verificar de que forma essas obrigações internacionais encontraram acolhimento no ordenamento jurídico interno. Sendo assim, é inevitável uma confrontação, ainda que sumária, com a Constituição da República de Cabo Verde de 1992. Notar-se-á facilmente que tanto do ponto de vista estrutural, quanto numa dimensão material, existe uma harmonização quase absoluta entre as duas esferas jurídicas de proteção da pessoa humana (RNDH, 2010).

Alguns indícios sustentam claramente essa conclusão. Primeiro, a Constituição da República, como em qualquer Estado de Direito Democrático, ampara-se em dois pilares morais: os direitos humanos e a soberania popular, indiciando claramente uma articulação fundacional entre as instituições da República e os direitos humanos; segundo, quase inevitavelmente, face à sua base de suporte, alguns dos princípios constitucionais estruturantes são igualmente princípios de direitos humanos: o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da igualdade, o princípio da liberdade e da autonomia individuais e o princípio da solidariedade; terceiro, a Lei Magna, em particular o sistema constitucional de direitos fundamentais, abre-se aos direitos internacionais de proteção da pessoa humana, quando a) permite a incorporação de direitos não previstos na Constituição desde que o estejam em convenções internacionais; b) prevê que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja utilizada como meio de interpretação e integração dos direitos fundamentais previstos na Constituição; c) admite que tribunais internacionais – inclusivamente de direitos humanos – criados por convenções de que Cabo Verde faça parte – sejam domesticados e considerados como fazendo parte da estrutura interna de tribunais; quarto contempla um catálogo extenso (embora não exaustivo) de direitos humanos, designadamente direitos civis e políticos, direitos económicos, sociais e culturais e determinados direitos e garantias destinados a proteger determinados grupos vulneráveis como crianças, idosos, mulheres e deficientes (RNDH, 2010).

Diga-se, todavia, que é preciso não se limitar à dimensão de existência de normas jurídicas ou de obrigações, mas ir além disso verificando igualmente a sua real eficácia, um problema de sociologia jurídica (RNDH, 2010).

2.2.9. Direito a condições mínimas de existência

Alguns instrumentos internacionais de direitos humanos, como o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, consagram um direito a condições mínimas de existência. Neste sentido, este direito fundamental social genérico inclui um direito à alimentação, um direito ao vestuário e um direito à habitação numa perspetiva evolutiva, uma vez que o Pacto fala de “melhoria” das “condições de existência”. Os Estados comprometem-se ademais a desenhar programas de cooperação e repartição equitativa dos recursos alimentares tendo em conta as necessidades mundiais. Esta última formulação demonstra que, do ponto de vista do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, o direito social que é protegido de forma mais abrangente e prioritária é o direito à alimentação básica ou, nos seus próprios termos, “o direito a estar livre da fome” (RNDH, 2010).

Do ponto de vista constitucional não há qualquer referência ao direito ao mínimo existencial. Todavia, esse direito pode ser derivado genericamente de um conjunto de princípios constitucionais, direitos sociais e até direitos, liberdades e garantias e sobretudo da concretização dos princípios do Estado Social e da solidariedade que alavancam o próprio sistema constitucional pátrio. Disso deriva o direito a uma proteção social mínima que garanta o básico do ponto de vista alimentar, habitacional, de saúde e de educação, vestuário, (RNDH, 2010).

2.2.10. Direitos dos idosos

Praticamente ninguém teria problemas em classificar os idosos como fazendo parte de um grupo vulnerável. São-no num sentido peculiar de decrescimento de algumas faculdades, físicas, sobretudo, e na sua participação económica. No entanto, ao contrário de outras categorias de pessoas especialmente protegidas com fundamentos similares, ainda que invertidos, como as crianças, o grau de proteção dos direitos dos idosos está

num estágio de desenvolvimento incomparavelmente mais atrasado, seja na esfera internacional, seja na interna cabo-verdiana (RNDH, 2010).

O direito à proteção e segurança sociais estão contemplados na Constituição da República de Cabo Verde e em vários instrumentos estratégicos, sendo um dos principais objetivos contribuir para a justiça e estabilidade sociais; garantir o acesso às necessidades básicas das camadas mais vulneráveis, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

Neste contexto, os idosos em situação de pobreza extrema estão enquadrados no esquema de proteção social do regime não contributivo, garantida através do Centro Nacional de Pensões Sociais. De um total de cerca de 23 mil beneficiários cobertos atualmente por este regime, 75% são idosos. O valor da pensão social, considerado ainda baixo às necessidades básicas dos idosos, tem contudo, sofrido melhorias ao longo dos tempos, situando-se atualmente em 5.000 ECV mensais (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

De igual modo, o Centro Nacional de implementações passou a apoiar os pensionistas com apoio medicamentoso e está a implementar um Fundo Mutualista destinado a cobrir os custos médico-medicamentosos (RNDH, 2010).

2.2.11. Legislação Geral

No plano universal os idosos não são recobertos por nenhum tratado especial. Isso não quer dizer que, por um lado, não existam tratados gerais ou materialmente específicos que não o façam (por exemplo, no domínio da proteção universal ou regional de mulheres e crianças) e, por outro, não existirem determinadas orientações não vinculativas, singelamente de *soft law*. São os Princípios das Nações Unidas sobre as pessoas idosas (Assembleia Geral, 1991). No geral, este instrumento não vinculativo arrola os seguintes princípios: princípio da independência (paras. 1-6), que garante às pessoas idosas um mínimo existencial em matéria de alimentação, vestuário, e cuidados de saúde, a possibilidade de trabalhar ou ter acesso a outras fontes de rendimento, a um meio que adaptado e facilitado à modificação das suas capacidades, e viver em casa o mais possível; o princípio da participação (paras. 7-9), de acordo com o qual as pessoas

idosas têm o direito de participar ativamente na definição e aplicação das políticas que dizem respeito diretamente ao seu bem-estar e a partilhar os seus conhecimentos com as gerações mais novas; de disponibilizar, de acordo com a sua vontade e interesse, os seus serviços à sociedade e de associar-se; princípio do cuidado (paras. 10-14), uma vez que devem ser cuidados e protegidos pela família e pela sociedade, tratamento sanitário e profilático acesso a serviços sociais e jurídicos destinados a reforçar a sua autonomia, bem como garantias similares para os casos em que estão recolhidos a casas de tratamento; o princípio do desenvolvimento pessoal, com base no qual elas, além de genericamente terem a possibilidade disso, especificamente devem ter acesso aos recursos da sociedade nos planos educativo, cultural, espiritual e matéria de lazer; princípio da dignidade (paras. 17-18), que diz que as pessoas idosas devem poder viver em dignidade e segurança sem ter que ser exploradas nem submetidas a sevícias físicas e psicológicas e que devem ser tratadas com justiça (RNDH, 2010).

Internamente, ao nível constitucional, há que se salientar a existência de um dispositivo específico cujo objeto são os idosos. Trata-se do artigo 77º, que estabelece um princípio de proteção especial do idoso e um conjunto de comandos aos poderes públicos de natureza política e jurídica, cabendo-lhe, além dos afloramentos naturais do princípio geral, fixar as medidas de política e a legislação adequada para esses efeitos. Seja como for, a orientação constitucional nesta matéria autoriza, e até determina, um tratamento diferenciado – de privilégio – que beneficia o idoso, e um dever concreto ao legislador e ao poder executivo de criar as condições para garantir a eficácia deste direito (RNDH, 2010).

Em muitos espaços societários e unidades habitacionais cabo-verdianos predominou, ao longo dos tempos, uma dinâmica interativa de tipo face-a-face, marcada pelo peso da vizinhança e da comunidade da aldeia na regulação de condutas e na preservação das boas práticas. Nesse contexto, os idosos foram vistos como uma espécie de guardiões da tradição, reconhecendo-se-lhes idoneidade, ascendência moral, legitimidade e autoridade para interferirem na gestão de práticas societárias, condicionando comportamentos de indivíduos e grupos (RNDH, 2010).

Hoje, a despeito do recuo das fontes coletivas e específicas de grupo, com a fragilização do poder da comunidade, da vizinhança e dos tradicionais agentes de socialização e do controle de condutas e práticas, parece inquestionável a influência que os idosos continuam a exercer no seio da família, seja moral seja materialmente, o que de *per se* constitui um antídoto contra quaisquer práticas que atentem ou ponham em causa a sua dignidade e integridade. Registe-se, a propósito, que em Cabo Verde, se a crescente decadência do paradigma familiar de tipo nuclear não tem engendrado situações de insustentabilidade familiar e, em estreita articulação com esta, à instabilidade social, isso se deve em boa medida ao importante papel desempenhado pelos idosos que, entrando na específica esfera de competências dos pais biológicos, assumem, no quotidiano, a responsabilidade tutelar das crianças, garantindo-lhes amparo e municiando-as dos recursos materiais e simbólicos indispensáveis à sua saúde física e mental e à construção de sua personalidade (Relatório Nacional de Direitos Humanos, 2010). Contudo, uma parte significativa vive sozinha ou em famílias desestruturadas e privadas do acesso ao conhecimento, ao saber, à informação e à comunicação (Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O 2011).

Se por esse viés, é de se ressaltar o contributo que os idosos vêm dando ao próprio campo dos direitos humanos, já que a sua intervenção contribui mesmo que indiretamente para a materialização de alguns direitos das crianças, também não se pode negar que casos de sobreocupação dos idosos, por vezes advenientes de situações de desresponsabilização dos parentes e até de coação moral sobre o idoso, e não de um exercício autoconsentido de solidariedade e de reprodução inter-geracional de oportunidades, pode influir negativamente na observância de boa parte dos direitos dos idosos, podendo, *in limine*, tipificar violência doméstica, já que, por vezes, o idoso cuida dos netos para poder continuar a merecer atenção dos filhos (RNDH, 2010).

Nesta base, importa encontrar marcos legais que possibilitem ao idoso afiliar-se e estar sob a alçada de um quadro formal, consagrado e específico de direitos e garantias, ao invés da sujeição ao voluntarismo de agentes que, embora próximos, podem funcionar como verdadeiras ameaças à observância de determinados direitos, nomeadamente os alusivos à sua dignidade, independência e autorrealização (RNDH, 2010).

Deve-se reconhecer que os poderes públicos têm procedido a uma importante alocação de recursos com vista à criação de condições mínimas de existência aos idosos. Disso são exemplos, o aumento da pensão social mínima e a instalação de lares de idosos em

alguns municípios do país. Todavia, os investimentos são inequivocamente modestos no que tange à montagem de um quadro legal de proteção integral à pessoa idosa que, salvaguardando os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, consagre outros tantos direitos, garantias e prerrogativas vinculados à sua peculiar condição de idoso (RNDH, 2010).

Políticas sociais dispersas e avulsas podem não responder com eficácia a esse imperativo de proteção, que requer que se recubra desde a integridade física, psíquica e moral do idoso à implantação de mecanismos compensatórios suscetíveis de garantir a sua independência, participação, dignidade e autorrealização (RNDH, 2010).

Nos diferentes espaços e órgãos visitados, quer públicos quer privados, é notória a inexistência de um entendimento tácito sobre, por exemplo, a necessidade de atendimento diferenciado ao idoso. Não há práticas institucionalizadas de priorização de atendimento ao idoso; não há espaços originariamente destinados ao idoso nos equipamentos coletivos de transporte de passageiros e nos diferentes serviços e instituições e nem há um sistema de monitorização da situação sociofamiliar do idoso, de que pudessem resultar medidas de prevenção e combate à negligência, maus-tratos, discriminação e Violência (RNDH, 2010).

2.2.11.1. Legislação em Cabo Verde

Em Cabo Verde não existe nenhum estudo aprofundado sobre a condição socioeconómica e cultural da população idosa; contudo, diversa legislação tem sido publicada visando a criação de novas medidas e iniciativas relativas à promoção da qualidade de vida das pessoas idosas. Com o objetivo de responder às necessidades das pessoas idosas têm vindo a ser gradualmente implementadas medidas de ação estruturantes, respeitando os princípios de solidariedade, apoio à família e inserção social (RNDH, 2010).

Na medida em que não existem instrumentos jurídicos universais de proteção ao idoso que vinculam o Estado de Cabo Verde, é difícil de ser encontrada uma norma especial a estabelecer um dever de proteção aos integrantes desse grupo vulnerável. Não obstante, como não podia deixar de ser, na sua condição de homem está contemplado pelas disposições dos tratados garantidores de direitos sociais, seja aqueles que têm uma

abrangência universal (Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais), seja aqueles que são regionais (Carta Africana, citado por RNDH, 2010).

Prevê o artigo 77º um direito de especial proteção do idoso em relação à sua família, sociedade e poderes públicos, devendo o Estado promover as condições económicas, sociais e culturais que facilitem aos idosos a participação condigna na vida familiar e social (RNDH, 2010).

A questão dos direitos dos idosos e, neste caso concreto, a sua proteção acaba por ser prejudicada, do ponto de vista do seu acompanhamento, pela ausência de instrumentos jurídicos específicos de proteção ao idoso (RNDH, 2010).

2.2.11.2. Contexto Político e Legal

A Declaração Nacional de política da População, apresentada pelo Governo em 1995, adotou um conjunto de recomendações, com o objetivo de realizar uma política para a terceira idade, sendo de destacar: i) “ a promoção da integração dos idosos no processo de desenvolvimento, em particular no campo da educação, informação, apoio e acompanhamento familiar”; e ii) definição e implementação de uma política de proteção e previdência social direcionada para a terceira idade” (INE, 2000)

Com a exclusão de algumas normas referentes à segurança e pensão social, designadamente, fixando pensões sociais para a velhice, não há muito de substancial no domínio da proteção jurídica interna dos idosos, (RNDH, 2010).

Ainda com o objetivo de proteger a população idosa foi aditado em 1999 à constituição da república, o artigo 77ª que concede aos idosos alguns direitos, nomeadamente: o direito à especial proteção da família, da sociedade e dos poderes públicos: “promover as condições económicas, sociais e culturais que facilitem aos idosos a participação condigna na vida familiar e social”; “sensibilizar a sociedade e a família quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os idosos, fomentando e apoiando as respetivas organizações de solidariedade”; “garantir aos idosos prioridade no atendimento nos serviços públicos e a eliminação de barreiras arquitetónicas e outras no acesso a instalações públicas e a equipamentos sociais” (INE,2000).

Embora não exista nenhuma legislação em Cabo Verde que defina com clareza a idade em que começa a velhice, as leis de aposentação, tanto da função pública como da previdência social, fixam o seu início em 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens. Os sistemas de aposentação vigentes no país (ordinária ou extraordinária,

voluntária ou obrigatória) abrangem os indivíduos que tenham completado 60 anos de idade e 34 de serviço ou que tenham atingido o limite de idade mesmo sem ter completado os 34 anos de serviço (INE, 2000).

O governo, no âmbito da sua política de combate à pobreza, assegura a proteção social à camada da população identificada como vulnerável de que a população idosa carente faz parte. Neste contexto, o governo instituiu a “Proteção social mínima “ através do Decreto-lei nº2/95 de 23 de janeiro que se destina a beneficiar a generalidade dos vulneráveis, assegurando-lhes prestações adequadas em termos de ajuda alimentar, no quadro da vigência do Programa Alimentar Mundial (PAM), assistência médica e medicamentosa nos estabelecimentos de saúde públicos e a concessão de uma pensão social mensal. Segundo o art.º 6 do mesmo Decreto-lei, tem direito à pensão o cidadão cabo-verdiano que apresenta um quadro social, individual ou familiar, particularmente vulnerável e que tenha mais de 65 anos de Idade; os trabalhadores por conta de outrem, cobertos pelo regime de segurança social, ao atingirem a idade de aposentação que é de 60 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens, passam a usufruir de uma pensão de velhice e de assistência médica e medicamentosa; (Decreto nº120/82 capítulo V secção II artigos 82 a 92 de 24 de Dezembro, INE, 2000).

É igualmente concedida aos segurados a possibilidade de inscreverem os seus ascendentes como beneficiários, quando aqueles não possuem nenhum tipo de rendimento. Dessa forma alguns idosos com familiares segurados podem ter uma assistência medicamentosa e um abono em numerário, (INE, 2000).

Ainda, no quadro dos objetivos de justiça social e das preocupações da segurança social para a terceira idade contidos no programa do governo, instituiu-se uma pensão social por velhice aos indivíduos de idade superior a 60 anos que tenham prestado pelo menos 10 anos de serviço nas frentes de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO, Decreto-lei nº 122/92 de 16 de Novembro de 1992, INE, 2000).

Os sistemas de proteção social são fundamentais para assegurar rendimentos a grupos populacionais que se encontrem fora do mercado de trabalho seja por causa da idade seja por serem portadores de alguma deficiência, seja ainda porque razões conjunturais,

como seja o desemprego de curta ou longa duração impedem a obtenção de rendimentos necessários para uma vida condigna (RNDH, 2010).

As pessoas que não possuem vínculo laboral e as que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica e, por conseguinte, não se encontram inscritos no regime contributivo devem, em regra, beneficiar do regime não contributivo. Situação idêntica é a dos trabalhadores em desemprego, uma vez que não existe, no país, um seguro ou subsídio de desemprego (RNDH, 2010).

Tabela 1: Resumo da Legislação relativa construída a partir de (in INE, 2000).

DIPLOMAS	RESUMO
Decreto-lei nº120/82 capítulo V secção II artigos 82 a 92 de 24 de Dezembro.	Institui a <u>Pensão de velhice e de assistência</u> médica e medicamentosa aos trabalhadores
Decreto-lei nº122/92 de 16 de Novembro de 1992	Instituiu uma <u>pensão social por velhice</u> aos trabalhadores das FAIMO
Decreto-lei nº2/95 de 23 de janeiro	Institui a <u>Proteção social mínima</u> que se destina a beneficiar os vulneráveis
Artigo 77ª da Constituição da República de Cabo Verde 1999	Reconhece o direito dos idosos à especial proteção da família, da sociedade e dos poderes públicos

Segundo o INE (2000) a legislação laboral Cabo-verdiana fixa em 65 anos, a idade de aposentação nos homens, salvo em casos de invalidez; por isso, é até certo ponto compreensível, que 54% dos homens que se encontram na faixa etária dos 60- 79 anos (na terceira idade) estejam ativos. As mulheres aposentam-se aos 60 anos. Daí, o facto da percentagem de mulheres ativas (31%) se situar bastante abaixo da média nacional. No entanto existem mais mulheres idosas desempregadas (3%) do que homens (2%). Na quarta idade cerca de 8% das mulheres são ativas. Sendo a atividade e a inatividade inversamente proporcionais, obviamente, a redução da primeira resulta no aumento da segunda; assim, se a percentagem de mulheres ativas é inferior a dos homens, logo, existe uma proporção de mulheres inativas (70%) superior à dos homens (51%). Na quarta idade a percentagem de mulheres inativas atinge os 92% (INE, 2000).

2.2.12. Violência doméstica contra o idoso

No geral, nos termos devidamente salientados, os idosos fazem parte de uma minoria silenciosa, com pouca capacidade de mobilização, sem órgãos da administração pública com atribuições diretas de proteção, e com poucas organizações não-governamentais diretamente envolvidas. Daí ser natural que alguns problemas que afligem as pessoas idosas em Cabo Verde, por vezes, não cheguem ao espaço público. Em todo o caso, a violência doméstica atinge potencialmente o idoso, particularmente em razão da necessidade, cultural e natural, da partilha do mesmo espaço com pessoas de gerações diferentes e dos eventuais litígios que disso possa resultar (RNDH, 2010).

O código Penal cabo-verdiano (2004) define no seu artigo 133º que “quem tiver à sua guarda ou cuidado, ou sob a responsabilidade de sua educação, ou ainda como subordinado no trabalho, menor ou pessoa incapaz ou particularmente vulnerável em razão da idade, doença, ou deficiência física ou psíquica, e lhe provocar habitualmente ofensas ao corpo ou na saúde, ou lhe infringir maus tratos físicos ou psíquicos, ou tratamentos cruéis, será punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, se pena mais grave não couber em virtude de outra disposição legal”.

O artigo 154º diz que “quem abandonar uma pessoa que não se encontra em situação de se proteger ou se defender em razão da idade, doença ou de seu estado físico ou psíquico, de forma a criar-lhe perigo efetivo de vida ou de grave ofensa à sua integridade, será punido com pena de prisão de 2 a 6 anos, sempre que ao agente coubesse o dever de guardar, vigiar ou assistir” (Código Penal cabo-verdiano, 2004).

A Constituição da República não contempla qualquer preceito específico da violência doméstica contra o idoso. Todavia, como já se teve a oportunidade de salientar, não deixa de se referir aos deveres de proteção para com ele, estando, ademais, a categoria abrangida pelo número 9 do artigo 82º (comando geral de punição da violência doméstica), (RNDH, 2010).

Não existem dados que mostrem o nível de violência perpetrado contra os idosos seja no espaço doméstico seja público. No entanto, considerando-se tratar de um grupo sociodemográfico vulnerável, sobretudo aqueles que não dispõem de recursos económicos e financeiros para fazer face às suas necessidades, tendo ainda em

consideração que as respostas públicas em termos de políticas para a terceira idade são ténues, parece ser provável que alguns idosos estejam sujeitos à situação de violência (RNDH, 2010).

De igual modo, o aumento do número de pessoas da terceira idade que são internadas nos centros de acolhimento, tanto em período integral quanto parcial, podem, em alguns contextos, indiciar situações de alguma exposição a situações de violência ou conflitualidade no seio familiar ou ainda a situações que podem atentar contra a dignidade humana e que se traduzem no abandono e na miséria (RNDH, 2010).

Há pois que ter presente no entender de Vieira, Henriques, Castilho (2009) que cada época se distingue das outras pela peculiaridade das sensibilidades, interesses, preocupações, e anseios que informam a existência coletiva.

Os fenómenos políticos, económicos, éticos e jurídicos devem ser analisados numa relação de interdependência, tendo em conta que a sociedade humana, e por isso também a experiência humana, é multidimensional, multicêntrica e multicultural.

2.3. Cidadania

Segundo Martins et alii (2009) as rápidas transformações da modernidade, em todas as esferas da vivência humana têm um quadro de incertezas generalizadas quanto aos reais destinos das sociedades presentes e futuras. Este fenómeno correntemente chamado de crise de modernidade interpela-nos a cuidar deste tesouro coletivo que é a humanidade, cada vez mais ameaçada por catástrofes naturais, pela crise económica, por conflitos armados entre as nações e pelo individualismo arraigado. Cuidar deste tesouro obriga a um agir coletivo, solidário e cooperativo de assumida consciência e princípios de cidadania universal.

Neste contexto, de acordo com Martins et alii (2009) é fundamental a firme aposta em modelos de educação que resgatem a consciência da ética coletiva da humanidade, favorecendo o desenvolvimento global da pessoa, o progresso social, a democratização da sociedade e a cultura da paz incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos, interventivos e plenamente comprometidos com os direitos e deveres da cidadania universal.

Consoante Martins et alii (2009) cidadania é o sentimento de pertença e de identidade a uma nação que se traduz na participação ativa em todos os domínios da construção e desenvolvimento nacional. Cidadania universal implica a perceção do cidadão do mundo e o sentimento de pertença que se traduz na atitude e no comportamento de pensar global e agir local.

Para Martins et alii (2009), a salvaguarda do direito ao voto, à alimentação, à habitação, à justiça, à cultura, à paz, à um meio ambiente saudável e à participação são fundamentais para o exercício de uma cidadania universal.

Citando Martins et alii (2009), a cidadania é definida como o gozo dos direitos e deveres civis, políticos e sociais do cidadão.

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade e os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos políticos garantem a participação na riqueza coletiva, entendem Martins et alii (2009). Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder executivo. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseia é a justiça social.

Cidadão, consoante com Martins et alii (2009), seria aquele que disfruta dos três direitos e, naturalmente, dos deveres que estes direitos subentendem.

Um cidadão de acordo com Heywood (1994) citado por La Paz (s/d) é um membro de uma comunidade política que é definido por um conjunto de direitos e obrigações. Cidadania portanto representa uma relação entre o indivíduo e o estado, em que os dois estão ligados por obrigações e direitos recíprocos.

Para Heywood (1994) citado por La Paz (s/d), cidadania é um estatuto legal e uma identidade; portanto há uma dimensão objetiva da cidadania: direitos e obrigações específicos que um estado investe nos seus membros e uma dimensão subjetiva: uma sensação de lealdade e pertença.

Segundo Carvalho (2008), o fenómeno da cidadania é complexo e historicamente definido. Ainda Carvalho (2008) afirma que o exercício de certos direitos como a

liberdade de pensamento e o voto, não geram automaticamente o gozo de outros como a segurança e o emprego.

O exercício do voto entende Carvalho (2008), não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população, a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente a resolução de problemas sociais, isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível, mas que tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico.

De acordo com Carvalho (2008) tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitado a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal e regular. São elas que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.

Consoante Carvalho (2008) é possível haver direitos civis sem direitos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado.

Em geral segundo Carvalho (2008) quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está falando. Se pode haver direitos civis sem direitos políticos, o contrário não é viável. Sem direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos. Os

direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno.

Conforme Carvalho (2008) existem os direitos sociais. Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo.

Em tese, para Carvalho (2008) os direitos sociais podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários.

Marshall (1950) citado por Carvalho (2008) sugere que a cidadania se desenvolveu na Inglaterra com muita lentidão. Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Não se trata apenas de sequência cronológica: ela é também lógica pois foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais.

Há no entanto, uma exceção na sequência de direitos notados por Marshall (1950) e citado por Carvalho (2008), trata-se da educação popular. Ela é definida como direito social mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos. Segundo Marshall (1950) citado por Carvalho (2008) nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.

No entender de Marshall (1950) citado por Carvalho (2008) o surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenómeno histórico. O ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental dentro da qual nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver no entender de Carvalho (2008) desvios e retrocessos, não previstos por Marshall (1950).

Conforme Carvalho (2008) o percurso inglês foi apenas um entre outros. A França a Alemanha, os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho.

Outro aspeto importante segundo Carvalho (2008) derivado da natureza histórica da cidadania é que ela se desenvolveu dentro do fenómeno também histórico, a que chamamos de Estado-nação e que data da Revolução Francesa, de 1789. A luta pelos direitos, todos eles, sempre se deu dentro das fronteiras geográficas e políticas do Estado-nação. Era uma luta política nacional, e o cidadão que dela surgia era também nacional. Isto quer dizer de acordo com Carvalho (2008) que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãos à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado. Da cidadania como a conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. As duas coisas também nem sempre aparecem juntas.

A identificação à nação pode ser, para Carvalho (2008) mais forte do que a lealdade ao Estado, e vice-versa. Em geral, a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua, e, sobretudo, lutas e guerras contra inimigos comuns. A lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política. A maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania. Em alguns países, o Estado teve mais importância e o processo de difusão dos direitos se deu principalmente a partir da ação estatal. Em outros, ela se deu mais à ação dos próprios cidadãos.

Segundo Carvalho (2008) existe hoje um consenso a respeito da ideia que vivemos uma crise do Estado-nação. Discorda-se da extensão, profundidade e rapidez do fenómeno mas não da sua existência. A internacionalização do sistema capitalista iniciada há séculos mas muito acelerada pelos avanços tecnológicos recentes, e a criação de blocos económicos e políticos têm causado uma redução do poder dos Estados e uma mudança das identidades nacionais existentes. As várias nações que compunham o antigo império

soviético se transformaram em novos Estados-nação. No caso da Europa Ocidental os vários Estados-nação se fundem em um grande Estado multinacional.

De acordo com Carvalho (2008) a redução do poder do Estado afeta a natureza dos antigos direitos, sobretudo dos direitos políticos e sociais.

Se os direitos políticos, para Carvalho (2008), significam participação no governo, uma diminuição no poder do governo reduz também a relevância do direito de participar.

Por outro lado citando Carvalho (2008) a ampliação da competição internacional coloca pressão sobre o custo da mão-de-obra e sobre as finanças estatais, o que acaba afetando o emprego e os gastos do governo, do qual dependem os direitos sociais.

Deste modo, segundo Carvalho (2008) as mudanças recentes têm recolocado em pauta o debate sobre o problema da cidadania, mesmo nos países em que ele parecia estar razoavelmente resolvido, mostrando assim a complexidade do problema. Todavia o enfrentamento dessa complexidade pode ajudar a identificar melhor as pedras no caminho da construção democrática, pois seguindo-lhe o percurso se estará desenvolvendo a própria cidadania.

De acordo com Lazzarini (1999) o fato de ser cidadão propicia a cidadania, que é a condição jurídica que podem ostentar as pessoas físicas e morais, e que por expressar o vínculo entre o Estado e seus membros implica de um lado, submissão à autoridade, e de outro o exercício de direito. O cidadão é membro ativo de uma sociedade política independente. A cidadania se diferencia da nacionalidade porque esta supõe a mera qualidade de pertencer a uma nação, enquanto o conceito da cidadania pressupõe a condição de ser membro ativo do Estado para tomar parte em suas funções.

Segundo Lazzarini (1999), a cidadania é uma qualidade e um direito do cidadão que, como tal, possui a condição jurídica que ostentam as pessoas individuais ou coletivas com relação ao Estado a que pertencem, e que importa em submissão à autoridade e às leis vigentes e no livre exercício de certos direitos.

O exercício do voto no entender de Lazzarini (1999) é missão primordial do Estado e de ninguém mais do que o Estado, porque, para tal mister ele se constituiu, a fim de, através de uma legislação adequada, instituições e serviços capazes de controlar, ajudar e regular as atividades privadas e individuais da vida nacional, possa cumprir a sua

precípua missão de tudo fazer para convergir à realização dos ideais do bem comum, na plena realização da cidadania.

Falar, portanto, em cidadania, como sustenta Milena Petters Melo (s/d) citada por Lazzarini (1999), é reafirmar o direito pela plena realização do indivíduo, do cidadão, dos entes coletivos e de sua emancipação nos espaços definidos no interior da sociedade. Os conceitos de cidadania, democracia e direitos humanos estão intimamente ligados, um remete ao outro, seus conteúdos interpenetram-se: a cidadania não é constatável sem a realização dos Direitos Humanos, da mesma forma que os Direitos Humanos, não se concretizam sem o exercício da democracia.

Para Lazzarini (1999) o homem é um cidadão que vive em uma determinada sociedade. O fato de ser cidadão propicia a cidadania. Esta é a condição jurídica que podem ostentar as pessoas físicas e morais, e que por expressar o vínculo entre o estado e seus membros implica de um lado, submissão à autoridade, e de outro, o exercício de direito. O cidadão é membro ativo de uma sociedade política independente.

Segundo Dagnino (1994) a expressão cidadania está hoje por toda parte, apropriada por todo mundo, evidentemente com sentidos e intenções diferentes. Se isso é positivo, num certo sentido, porque indica que a expressão ganhou espaço na sociedade, por outro lado, face à velocidade e voracidade das várias apropriações dessa noção, nos coloca a necessidade de precisar e delimitar o seu significado: o que entendemos por cidadania, ou o que queremos entender por isso.

Consoante Dagnino (1994) há duas dimensões que presidem a emergência dessa nova noção de cidadania e que devem ser lembradas para marcar o seu terreno próprio.

Em primeiro lugar, de acordo com Dagnino (1994) o fato de que ela deriva e portanto está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano - e aqui é interessante anotar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade - quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos - tanto o direito à igualdade como o direito à diferença - constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania.

Em segundo lugar, no entender ainda de Dagnino (1994) o fato de que, a essa experiência concreta, se agregou cumulativamente uma ênfase mais ampla na construção da democracia, porém, mais do que isso, na sua extensão e no seu aprofundamento. Nesse sentido, a nova noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real.

Como consequência dessas duas dimensões, Dagnino (1994) destaca um terceiro elemento que considera fundamental nessa noção de cidadania: é o fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática.

A questão da cultura democrática assume ainda segundo Dagnino (1994) um caráter crucial no Brasil e na América Latina como um todo. Esta é uma sociedade na qual a desigualdade económica, a miséria, a fome são os aspetos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais: o que pode-se chamar autoritarismo social.

Encontra-se profundamente enraizado na cultura brasileira de acordo com Dagnino (1994) e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respetivos lugares na sociedade.

Essa noção de lugares sociais constitui no entender de Dagnino (1994) um código estrito, desde a casa e a rua, a sociedade e o Estado, e é visível no quotidiano.

De acordo com Dagnino (1994) esse autoritarismo engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui sem dúvida um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica, desde logo, uma redefinição

daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas.

Para Dagnino (1994), sendo um pouco constrangedor e desconfortável falar disso atualmente, num contexto onde há um agravamento das desigualdades económicas, da fome, da miséria em que o autoritarismo social se transformou em *apartheid social*, em violência, em genocídio, é no entanto, talvez mais importante ainda, num momento em que a gravidade da crise económica acaba determinando o que considera um certo "reducionismo económico" na análise da questão da democracia, enfatizar essa dimensão cultural da cidadania. Mesmo porque, na opinião Dagnino, de outro lado, parece evidente o vínculo entre esse autoritarismo social enquanto matriz histórica de ordenamento da sociedade, e o quadro de miséria a que se chegou, sem falar da privatização desvairada do Estado e dos recursos públicos a que se assiste hoje como componente da crise política que se vive.

Fundamentalmente, segundo Dagnino (1994) significa uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, de modo a incluir o conjunto das práticas sociais e culturais, uma concepção de democracia que transcende o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais permeadas pelo autoritarismo social e não apenas pela exclusão política no sentido estrito. A referência será, portanto mais do que um regime político democrático, uma sociedade democrática.

CAPITULO III – METODOLOGIA

Este capítulo abordará a metodologia referindo todos os passos seguidos na elaboração desde trabalho desde o percurso metodológico terminando na análise estatística.

3.1. Percurso Metodológico

A realização deste trabalho dividiu-se em duas fases importantes que decorreram de Março a Julho de 2018. Na primeira fase elaborou-se o projeto do trabalho de conclusão de curso que começou com a escolha do tema e a respetiva justificativa. Ainda nesta fase foi também necessária a elaboração dos objetivos e a realização de uma breve revisão da literatura acerca do tema, com o objetivo de pesquisar informações e conhecimentos relacionados.

Na segunda fase fez-se a conclusão da fundamentação teórica iniciada no projeto do trabalho. A revisão teórica mostrou-se extremamente importante e permitiu determinar o nível de conhecimento atual ligado ao tema investigado. A pesquisa documental relacionada com o tema em estudo foi feita em bibliotecas da ilha de São Vicente, e também através *de sites da internet* e artigos em revistas científicas, em base de dados da internet tais como SCIELO e CONVIBRA, monografias e dissertações. Durante a pesquisa de documento optou-se por selecionar as bibliografias mais atuais e importantes.

3.2. Tipo de Estudo

Foi realizado um estudo transversal descritivo do tipo quantitativo, onde foi feita a análise estatística, garantindo assim a objetividade dos dados através de um questionário, (ver anexo 2).

O método descritivo permite caracterizar de forma precisa as variáveis envolvidas nesse estudo. Decorreu na ilha de São Vicente, iniciou-se o estudo em Fevereiro com o término em Julho de 2018.

Todos os sujeitos que participaram do estudo tiveram conhecimento através do termo de consentimento livre e esclarecido (ver anexo 3), que possuía todas as informações relevantes sobre sua participação.

3.3. Aspetos Éticos e Legais

Depois da elaboração do plano de trabalho, e da respetiva aprovação pela coordenadora do curso de Ciência Política e Relações Internacionais, foram feitos pedidos de autorização aos responsáveis das instituições onde iriam ser feitas a recolha dos dados: Lares de idosos do Campim e Ribeira Bote, sob a tutela da Câmara Municipal, (ver anexo 4) da Cruz Vermelha, (ver anexo 5) do lar Casinha dos Avós, (ver anexo 6) e da Associação Cabo-verdiana para Apoio à Terceira Idade (ACATI) (ver anexo 7), existentes na ilha de São Vicente. Perante as autorizações das instituições iniciou-se o contacto com os responsáveis dos lares e dos idosos.

Antes da aplicação do instrumento foi explanado aos sujeitos os objetivos do estudo, assegurando assim a clareza na explicação das perguntas, objetividade das instruções e preservando a confidencialidade dos dados, respeitando também o consentimento dos idosos em participar ou não do estudo ou ainda de parar a qualquer momento.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para recolha e tratamento de dados foi também apresentado a todos os sujeitos de forma a garantir os procedimentos éticos exigidos para este tipo de trabalho. No momento da recolha dos dados foi feita a leitura de todas as questões com o objetivo de facilitar a compreensão das perguntas. Os sujeitos responderam um a um cada questão.

A aplicação dos questionários foi feita pela investigadora assegurando assim a clareza na explicação das perguntas, objetividade das instruções e preservando a confidencialidade dos dados, respeitando também o consentimento dos idosos em responder ou não as questões.

3.4. Instrumentos de recolha de informações

A escolha de um instrumento de recolha de informações para um trabalho de investigação é indispensável. Optou-se por escolher um questionário como instrumento de recolha de informações por ser a metodologia quantitativa. Foi utilizado este instrumento por ser a mais indicada para este tipo de estudo. O questionário foi adaptado a partir dos questionários utilizados por Paschoal (2000) e Reis (2011) nos seus estudos. Este questionário inclui as seguintes variáveis: idade, sexo, escolaridade,

estado civil, rendimento económico entre outros, como também variáveis relacionados ao Direito e Cidadania dos idosos.

3.5. Abordagem: Quantitativa

O método de investigação utilizado foi o quantitativo pois utiliza a linguagem matemática para descrever os fenómenos, isto é, permite explicar os fenómenos com base na quantificação e categorização utilizando instrumentos precisos que garantem a objetividade e a aplicação de procedimentos correlacionais (Almeida e Freire, 2007 *in* Casagrande, 2014). A pesquisa quantitativa ou investigação quantitativa orienta-se para a produção de proposições generalizáveis e com validade universal decorrentes de um processo experimental, hipotético-dedutivo e estatisticamente comprovado (Vaz, 2007, citado por Dias, 2016).

Foi realizado portanto um estudo transversal descritivo do tipo quantitativo onde foi feita a análise estatística garantindo assim a objetividade dos dados através do questionário. De acordo com Diehl e Tatim (*cit.in* Gurgacz e Andrade) conforme Livramento (2014) a abordagem quantitativa considera que tudo pode ser quantificável o que significa traduzir em números e opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas.

3.6. Público-alvo

Participaram neste estudo 101 idosos de São Vicente Cabo Verde sendo 35 (34.7%) do sexo masculino e 66 (65.3%) do sexo feminino.

3.7. Análise estatística

A análise dos dados foram realizados com o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS Statistics 21) para a Windows 8. Inicialmente fez-se a construção da base de dados, e foram calculadas as estatísticas descritivas para caracterização da amostra deste estudo, nomeadamente o cálculo das frequências, média, moda, desvio padrão, valores mínimo e máximo.

CAPITULO IV – FASE EMPÍRICA

O capítulo sobre a fase empírica contará com a análise dos dados obtidos através do questionário, passando pelo cruzamento de variáveis até a discussão dos resultados.

4.1. Análise de dados

Participaram no estudo 101 idosos de São Vicente, Cabo Verde, sendo 35 (34.7%) do sexo masculino e 66 (65.3%) do sexo feminino (gráfico 1).

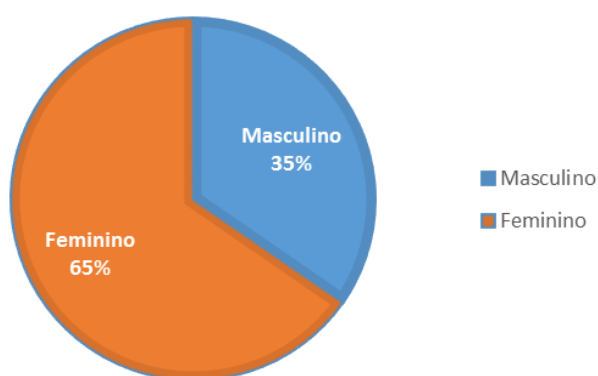


Gráfico 1: Género dos participantes no estudo (n=101)

Os participantes do estudo apresentam idades compreendidas entre os 65 e os 94 anos. A média de idades é de 78 anos sendo o mínimo de 65 e o máximo de 94 anos (ver anexo 8 tabela 2). Participaram no estudo 18 idosos (17.8%) com idade compreendida entre os 65 a 70 anos, sendo 15 (14.9%) entre os 71 a 76 anos, 39 (38.6%) entre os 77 a 82 anos, 20 (19.8%) entre os 83 a 88 anos, e 9 (8.9%) entre os 89 a 94 anos. De acordo com os dados acima apresentados pode-se verificar que a maioria dos participantes do estudo está situada na faixa etária entre os 77 e os 82 anos (gráfico 2).

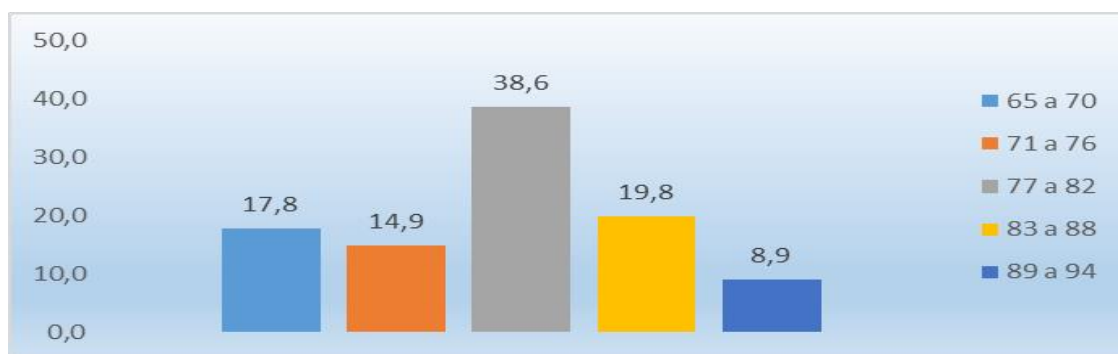


Gráfico 2: Idades dos participantes no estudo (n=101)

Relativamente à escolaridade, dos 101 inquiridos 61 (60.4%) afirmam ser analfabetos, 20 (19.8%) sabem ler e escrever, 19 (18.8%) têm instrução primária e somente 1 (1.0%) possui curso médio. Em relação ao estado civil, 10 (9.9%) são casados, 44 (43.6%) são solteiros, 35 (34.7%) são viúvos, 8 (7.9%) são divorciados e 4 (4.0%) vivem em união de fato. Quanto ao rendimento económico, existe uma diferença estatisticamente significativa entre os idosos que são pensionistas sociais e os que vivem da sua reforma, sendo ainda significativo o número de idosos que vive sem nenhum rendimento. Verifica-se que 68 (67.3%) dos idosos são pensionistas sociais, 14 (13.9%) são dependentes de familiares dentro e fora do país, 6 (5.9%) vivem da sua reforma, 13 (12.9%) vivem sem nenhum rendimento (ver anexo 8 tabela 3).

Dos idosos indagados em relação a pergunta com quem vive, 15 (14.9%) vivem sozinhos, 36 (35.6%) vivem com os filhos, 26 (25.7%) vivem com outros familiares, 22 (21.8%) vivem num lar de idosos, e em outros 2 (2.0%) vivem noutras condições (ver gráfico 3).

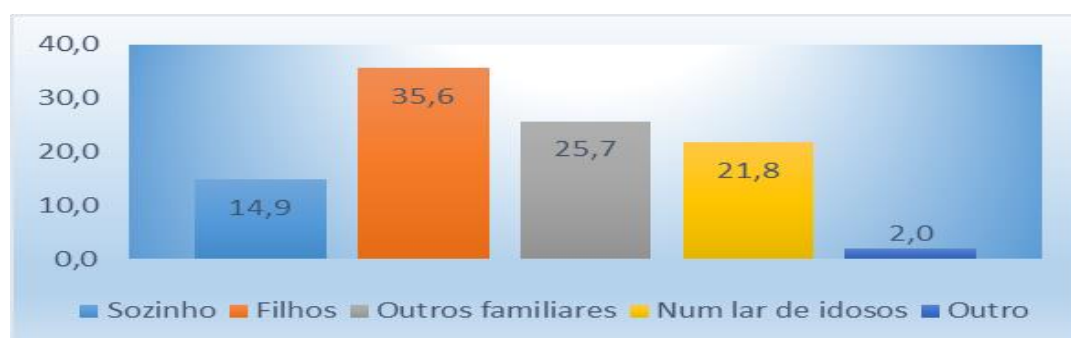


Gráfico 3: Com quem vivem os idosos (n=101)

Em relação a atividade laboral 93 (92.1%) não trabalham, mas 8 (7.9%) ainda trabalham (ver anexo 8 tabela 4).

Quanto a ter quem cuide de si, 77 (76.2%) dos inquiridos responderam que possuem quem cuide deles, e 24 (23.8%) responderam não terem ninguém zelando por eles (ver anexo 8 tabela 5).

Dos que responderam sim, 39 (38.6%) são cuidados pelos filhos, 16 (15.8%) por outros familiares, 3 (3.0%) por vizinhos ou amigos, 18 (17.8%) por instituições ou associações solidárias e 3 (3.0%) por outro, (ver gráfico 4).

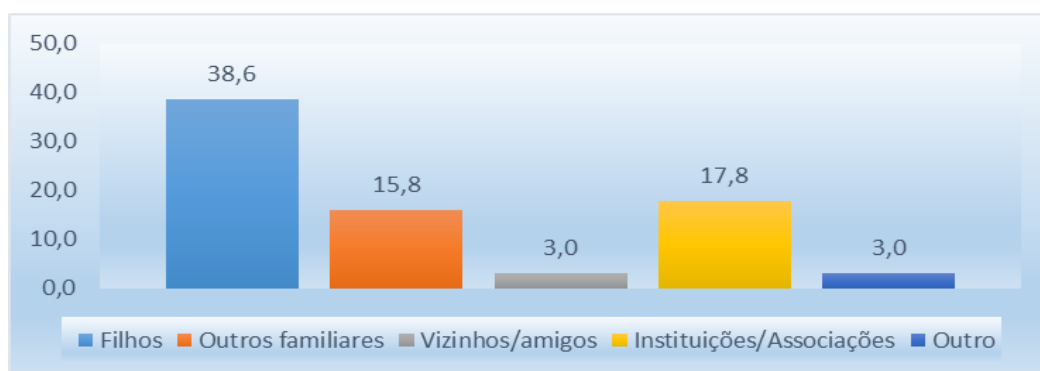


Gráfico 4: Participantes que possuem cuidadores (n=101)

Dos que responderam não, 1 (1.0%) não possui ninguém que zele por ele, enquanto 3 (3.0%) argumentam que os filhos e familiares não se interessam por eles, 3 (3.0%) dizem que os familiares moram longe, e 15 (14.9%) responderam que não são cuidados por outras razões quaisquer, (ver gráfico 5).

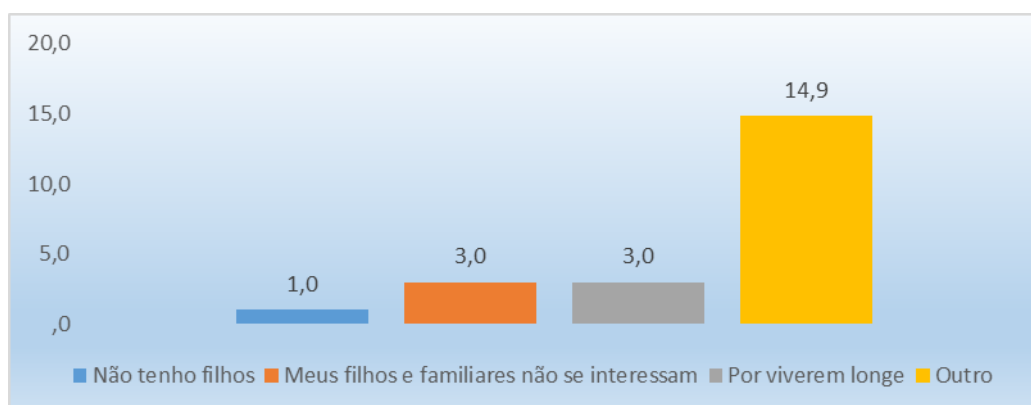


Gráfico 5: Participantes do estudo que não possuem cuidadores (n=101)

Dos sujeitos em estudo 1 (1.0%) afirma ter sido vítima de violência doméstica enquanto 100 (99.0%) declaram nunca ter sofrido de violência. Questionado sobre quem teria sido o (a) autor (a) da violência, disse ser outro (a), (ver anexo 8 tabela 6).

Os resultados encontrados no estudo em relação a questão de sentirem-se abandonados, 4 (4.0%) disseram que sentem-se desamparados, 97 (96.0%) responderam que não (ver anexo 8 tabela 7). Dos que confirmaram sentir-se abandonados, ao serem interpelados por quem se sentiam abandonados, 2 (2.0%) asseguraram se sentirem abandonados pelos filhos, e 2 (2.0%) por outro (ver gráfico 6).

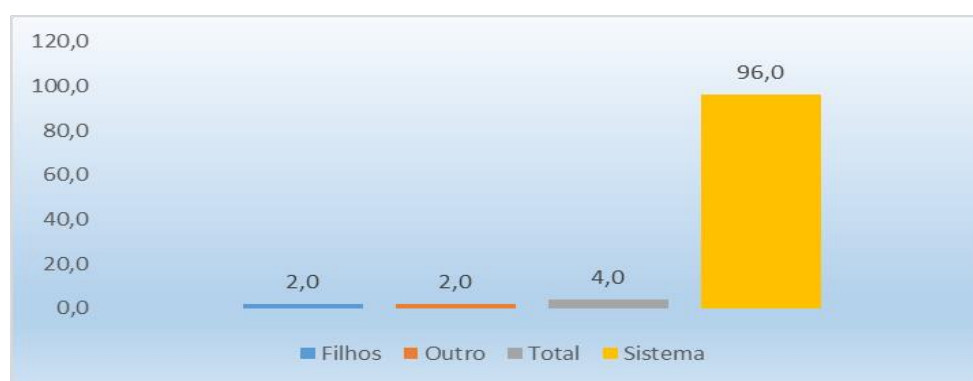


Gráfico 6: Resultados dos participantes que sentem-se abandonados (n=101)

Dos 101 sujeitos do estudo 13 (12.9%) atestaram sentir-se solitários, enquanto 88 (87.1%) asseguram não se sentirem sozinhos. Questionados do porquê se sentirem solitários 5 (5.0%) responderam que não têm com quem conversar, 1 (1.0%) disse que a vida não tem sentido, 1 (1.0%) disse não ser visitado por familiares e 4 (4.0%) apontaram outras razões (ver gráfico 7).

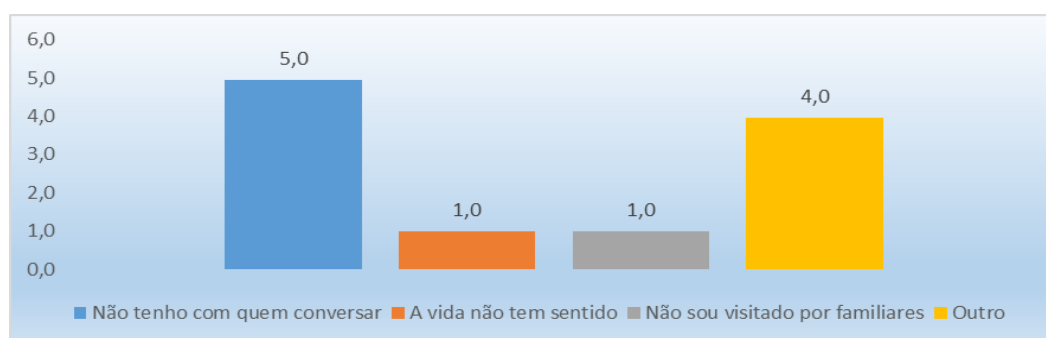


Gráfico 7: Resultado dos participantes que sentem-se solitários (n=101)

Os resultados apurados neste estudo apontam que 92 (91.1%) dos sujeitos consideraram terem fácil acesso aos serviços de saúde, mas 9 (8.9%) consideraram que o acesso não é nada fácil (ver anexo 8 tabela 8).

Aos que responderam sim 90 (89.1%) gozavam de mais acesso às consultas e 1 (1.0%) da realização de análises, (ver gráfico 8).

Dos que responderam não 1 (1.0%) considerou que não consegue deslocar-se, 5 (5.0%) consideraram os serviços de saúde de difícil acesso e 4 (4.0%) apontaram outros motivos, (ver gráfico 9).

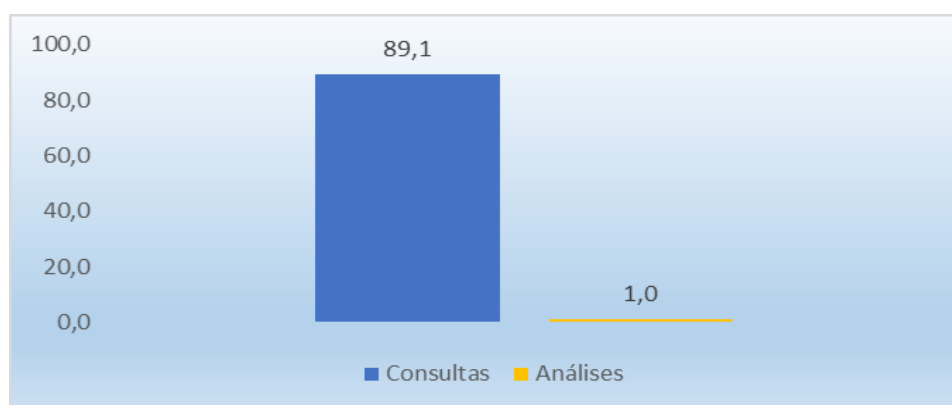


Gráfico 8: Participantes com maior acesso aos serviços de saúde (n=101)

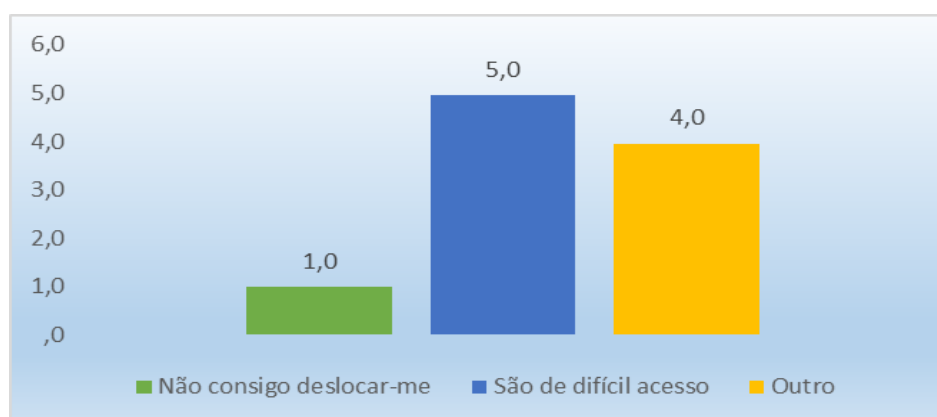


Gráfico 9: Participantes com dificuldades no acesso aos serviços de saúde (n=101)

Ao serem questionados quanto ao nível de satisfação em relação ao atendimento na área da saúde no local onde vivem, 97 (96.0%) consideraram-se satisfeitos com os serviços de saúde da localidade e 4 (4.0%) não se consideraram satisfeitos (ver anexo 8 tabela 9).

Dos que disseram, que não estão satisfeitos, 2 (2.0%) consideraram o serviço muito caro para a nossa realidade e 2 dos inquiridos (2.0%) consideraram que se fica muito tempo à espera de ser atendido nesses serviços (ver gráfico 10).

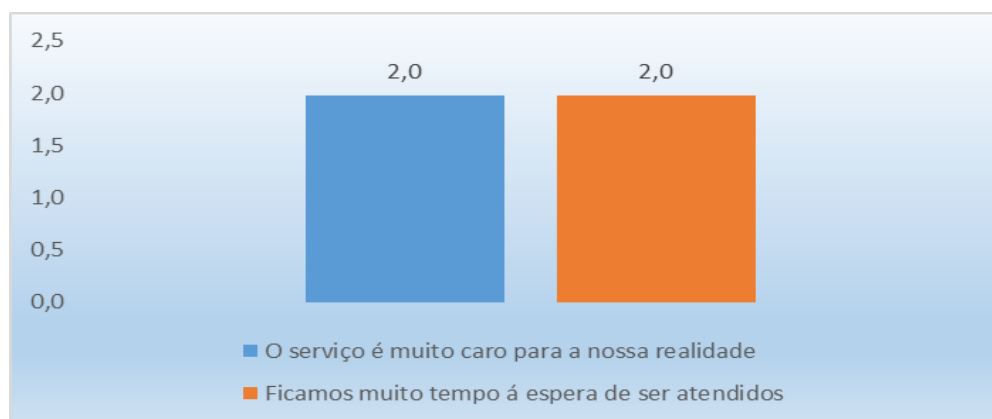


Gráfico 10: Satisfação com o atendimento na área de saúde (n=101)

Dos que participaram no estudo, ao serem interrogados relativamente a existência de uma ou mais organizações/instituições que garantam os direitos dos idosos, 55 (54.5%) consideraram que existem e 45 (44.6%) consideraram que não existem tais instituições ou organizações (ver em anexo 8 tabela 10).

Aqueles que consideraram responderam sim, 15 (14.9%), apontaram a Associação Cabo-verdiana para Apoio a Terceira Idade (ACATI), 11 (10.9%) apontaram a cruz vermelha, 10 (9.9%) apontaram a Promoção Social 19 (18.8%) apontaram a Câmara Municipal, e 1 (1.0%) apontou uma outra instituição, (ver gráfico 11).

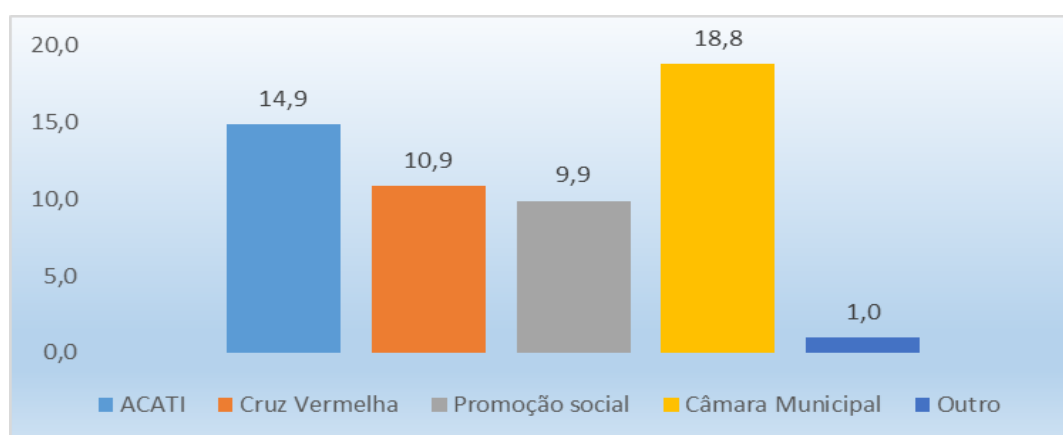


Gráfico 11: Organizações ou Instituições que garantem os direitos dos idosos (n=101)

Dos que afirmaram que não existem tais instituições, 23 (22.8%) não conhecem, 12 (11.9%) consideram que ninguém preocupa-se com os idosos, e 10 (9.9%) apontam outras razões, (ver gráfico 12).

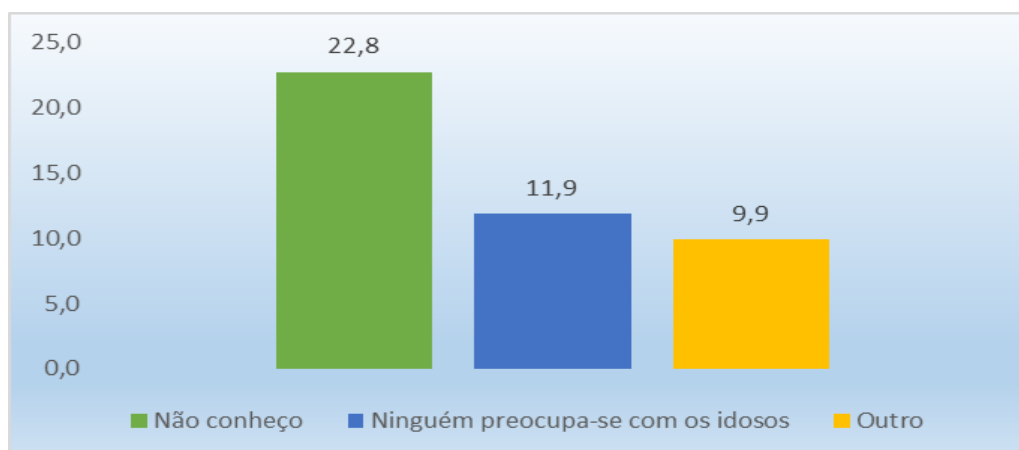


Gráfico 12: Participantes que não conhecem instituições ou organizações que garantem os direitos dos idosos (n=101)

Os resultados deste estudo, no que concerne a sentirem-se respeitados pela sociedade, 97 (96.0%) afirmaram sentirem-se respeitados e 4 (4.0%) responderam que são desrespeitados (ver anexo 8 tabela 11).

Ao serem inquiridos se sim, como sentem respeitados, 65 (64.4%) responderam que as pessoas as respeitam, 30 (29.7%) consideram-se respeitados pois as pessoas as cumprimentam, 1 (1.0%) acha que as pessoas a ouvem e 1 (1.0%) aponta outras razões, (ver gráfico 13).

Perguntados porque não se sentem respeitados 1 (1.0%) apontou que ninguém o escuta, e 3 (3.0%) apontaram outras razões (ver anexo 8 tabela 12).

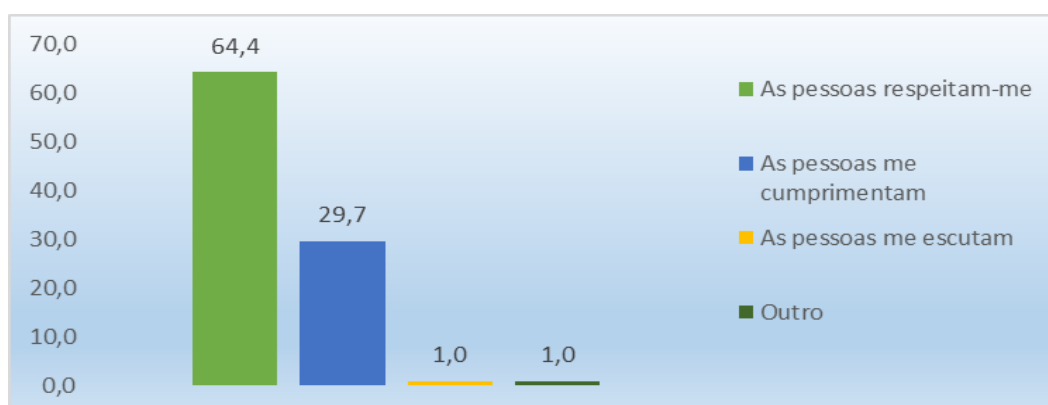


Gráfico 13: Participantes que se sentem respeitados pela sociedade (n=101)

Na questão, é-lhe respeitado o direito de prioridade, 84 (83.2%) confirmam que sim, e 17 (16.8%) confirmaram que ainda não lhes é respeitado esse direito (ver gráfico 14).

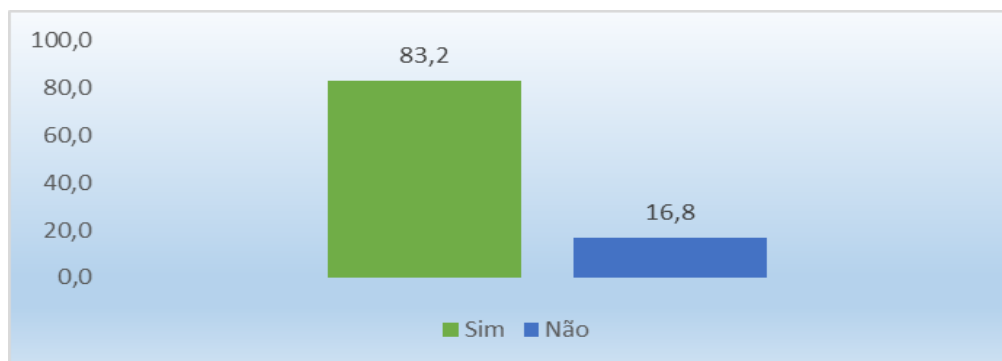


Gráfico 14: Participantes que têm o direito a prioridade respeitado (n=101)

Questionados sobre em que locais era-lhes respeitado o direito de prioridade, 34 (33.7%) respondeu nos bancos, 18 (17.8%) nos hospitais, 1 (1.0%) nas delegacias de saúde, 8 (7.9%) nos centros de saúde 3 (3.0%) nos correios 13 (12.9%) na Electra e 6 (5.9%) em outras repartições públicas (ver gráfico, 15).

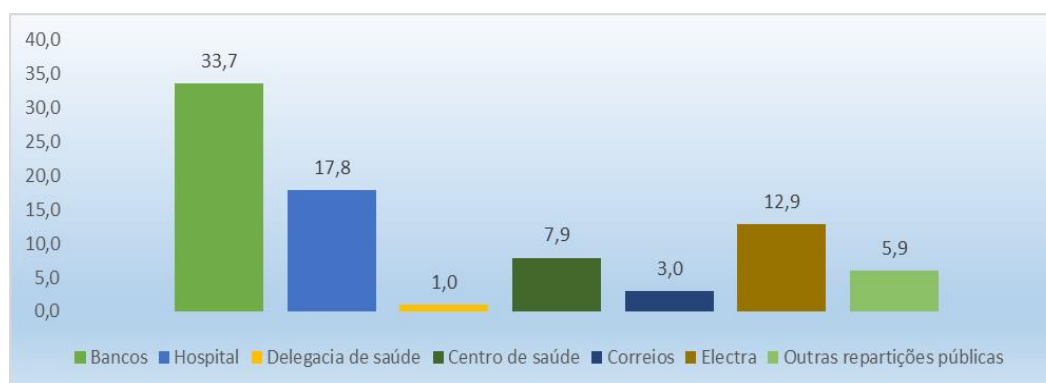


Gráfico 15: Locais onde é respeitado o direito a prioridade (n=101)

Em relação a considerarem boa ideia a criação de espaços próprios para idosos nos serviços públicos, dos questionados, 88 (87.1%) responderam que seria importante e 13 (12.9%) pensam que não existe essa necessidade (ver anexo 8 tabela 13).

Perguntados qual seria a razão que justificasse a criação desses espaços na pergunta anterior, 27 (26.7%) disseram que seria bom ter um espaço com assentos confortáveis,

enquanto 56 (55.4%) afirmam que é necessário um espaço com cadeiras com assentos só para idosos e 1 (1.0%) apontou outras razões quaisquer (ver gráfico 16).

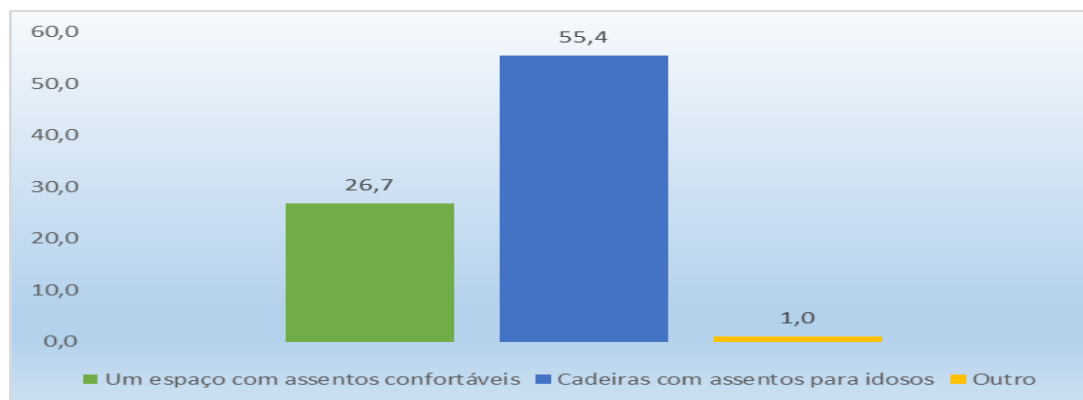


Gráfico 16: Criação de espaços próprios para idosos (n = 101)

Dos sujeitos inquiridos 82 (81.2%) consideraram que as organizações ou as instituições públicas possuem condições de acessibilidade, já 19 (18.8%) consideraram que não existem essas condições criadas para essa faixa etária (ver gráfico 17).

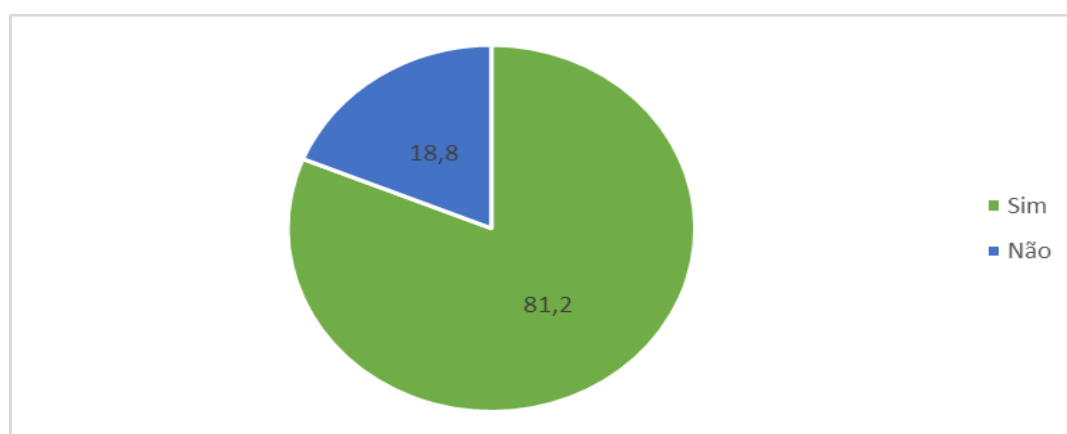


Gráfico 17: Condições de acessibilidade em organizações e instituições (n = 101)

Dos interrogados quanto a não existirem essas condições de acessibilidade, 5 (5.0%) acham, que as instituições não possuem rampas, enquanto 15 (14.9%) afirmam que possuem escadas e 1 (1.0%) aponta outras razões (ver gráfico 18).

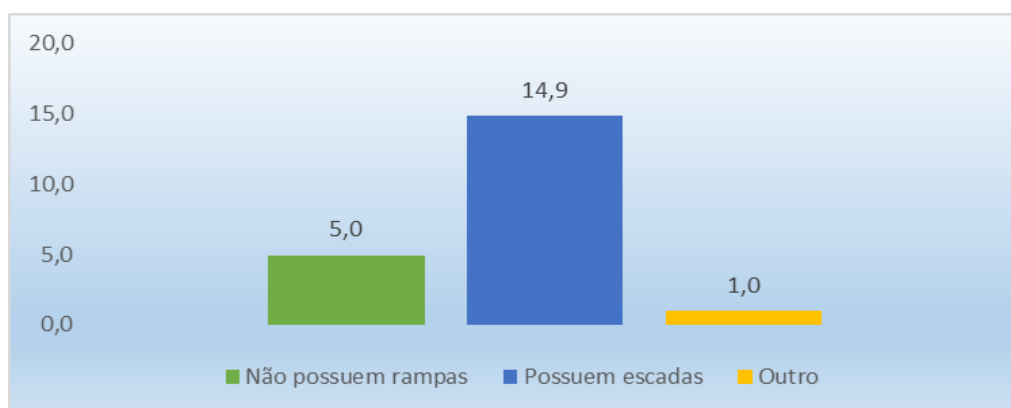


Gráfico 18: Dificuldades nas instituições por não existir acessibilidade (n = 101)

Relativamente a satisfação em relação as condições dos serviços de transporte público oferecido no local de habitação, 90 (89.1%) estão satisfeitos e 10 (9.9%) não estão nada satisfeitos com o serviço oferecido pelas empresas de transportes públicos (ver anexo 8 tabela 14).

Dos que não se encontram satisfeitos 5 (5.0%) consideram que os transportes públicos não esperam pelos idosos nas paragens, 1 (1.0%) considera que eles não possuem condições de acessibilidades de forma a facilitar a sua entrada nesses meios de transporte, a mesma percentagem 1 (1.0%) considera que eles são desconfortáveis e causam mal-estar físico e 4 (4.0%) apontam outras razões quaisquer (ver gráfico 19).

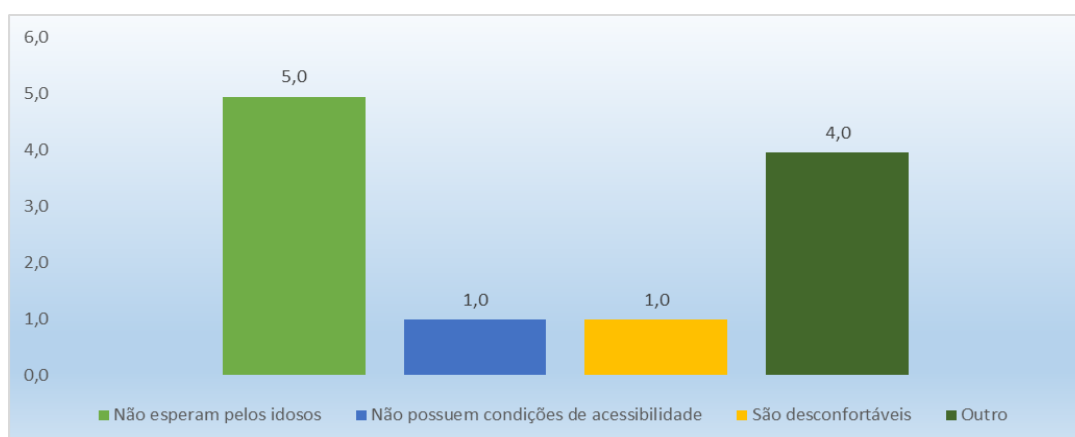


Gráfico 19: Insatisfação dos participantes quanto as condições dos transportes públicos (n = 101)

Dos idosos indagados sobre a liberdade para tomar as suas próprias decisões em sua vida, 88 (87.1 %) consideram que tem liberdade para tomar as próprias decisões e 13 (12.9%) pensam, que não possuem essa liberdade (ver anexo 8 tabela 15).

Ao serem questionados do porquê de não possuírem essa liberdade, 3 (3.0%) responderam que não porque dependem dos filhos, 4 (4.0%) porque vivem num lar e as decisões são tomadas por outrem, 2 (2.0%) porque dependem de outros familiares e 6 (5.9%) apontam outras razões (ver gráfico 20).

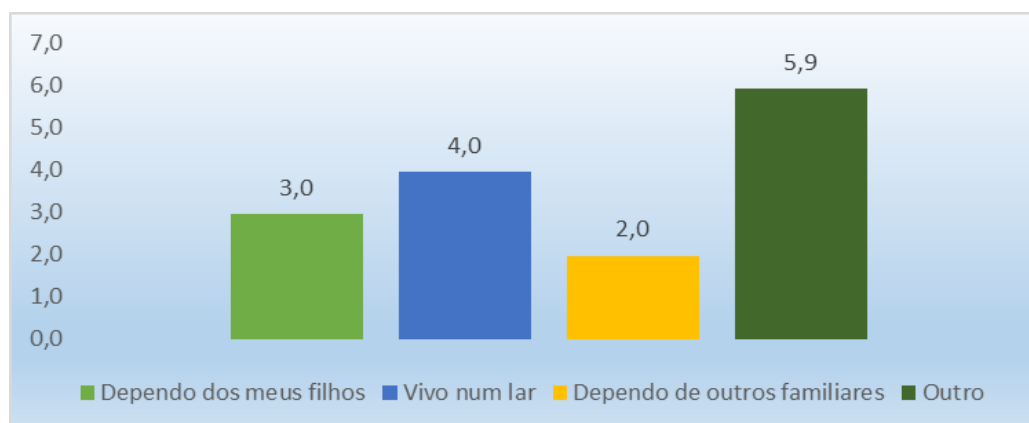


Gráfico 20: Participantes que não possuem liberdade para tomar suas decisões (n=101)

Inquiridos sobre a sua satisfação quanto as oportunidades de lazer na sua comunidade 57 (56.4%) responderam que estão satisfeitos com aquilo que lhes são oferecidos, e 42 (41.6%) responderam que não estão nada contentes (ver anexo 8 tabela 16).

Os que responderam que não estão satisfeitos, 26 (25.7%) consideraram que essas oportunidades de lazer não existem, 8 (7.9%) consideraram essas oportunidades como não sendo interessantes, 2 (2.0%) consideraram não terem condições de deslocar quando surgem essas oportunidades de ir a esses eventos de animação de idosos e 7 (6.9%) apontaram outras razões (ver gráfico 21).

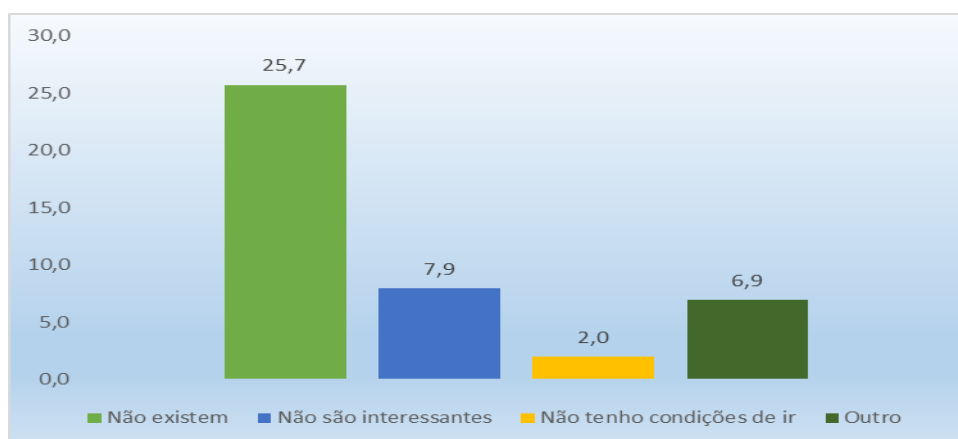


Gráfico 21: Oportunidades de lazer na comunidade (n=101)

Questionados sobre o que é mais importante para eles, 54 (53.5%) consideraram que é ter controlo sobre a própria vida e 47 (46.5%) consideraram que é ter a capacidade para tomar suas próprias decisões (ver gráfico 22).

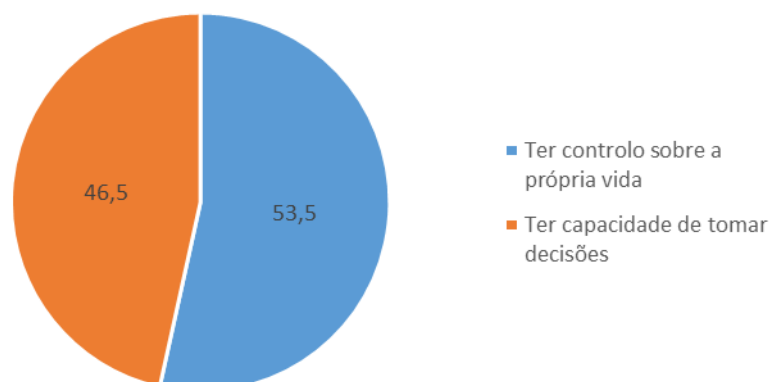


Gráfico 22: O que os participantes consideram ser mais importante (n=101)

Na questão relacionada as relações sociais, 70 (69.3 %) dos inquiridos consideraram ser visitados ou visitarem seus familiares, 20 (19.8%) é visitado ou visita amigos e vizinhos, 6 (5.9 %) participam de festas, reuniões e grupos da terceira idade, 3 (3.0 %) afirmaram ter lazer e recreação e 2 (2.0 %) apontam outras relações sociais (ver gráfico 23).

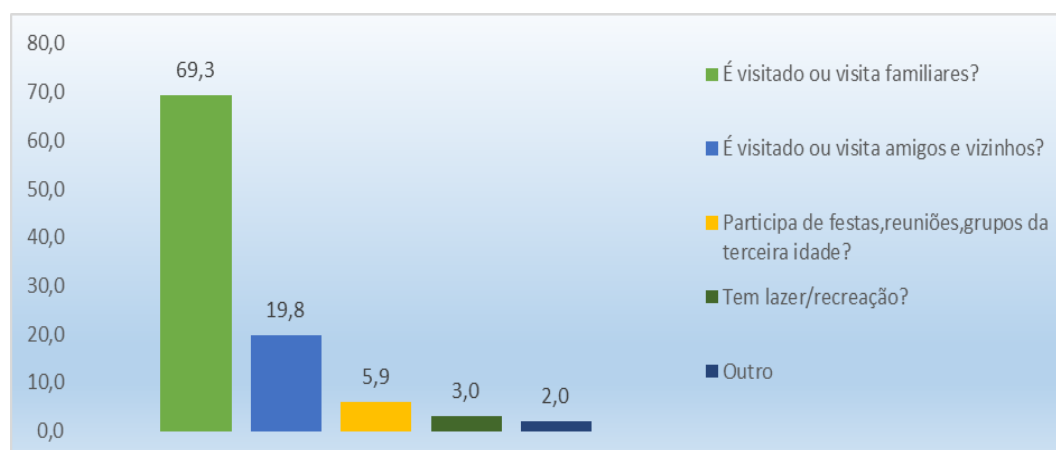


Gráfico 23: Relações sociais dos participantes (n = 101)

Ao serem perguntados se sentem-se pessoas úteis socialmente, 89 (88.1%) acreditam que são de alguma forma úteis e 12 (11.9%) não se sentem úteis socialmente (ver anexo 8 tabela 17).

Aos que responderam não, foi-lhes perguntado do porquê de não se sentirem úteis. Desses interrogados 10 (9.9%) responderam ser pessoas doentes, 1 (1.0%) considerou que ninguém quer saber dos idosos e 1 (1.0%) apontou outras razões (ver gráfico 24).

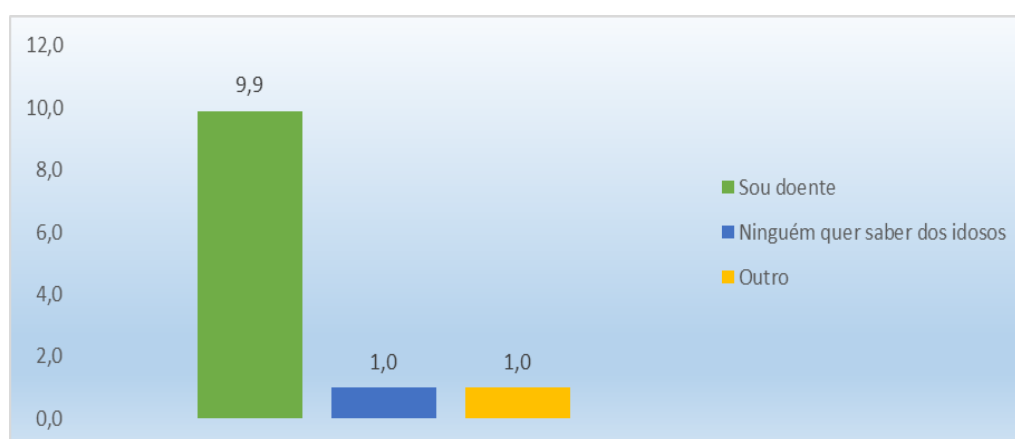


Gráfico 24: Participantes que não se sentem socialmente úteis (n=101)

Dos sujeitos inquiridos quanto a terem conseguido adaptar-se às mudanças ocorridas no mundo 31 (30.7%) disseram que sim e 70 (69.3%) consideraram que não, (ver anexo 7 tabela 18). Inquiridos os participantes sobre a quais dessas mudanças sociais ocorridas no mundo têm conseguido adaptar se, 23 (22.8%) consideraram o telemóvel o mais fácil de se adaptar, 1 (1.0%) considera ser o computador e 7 (6.9 %) as novidades musicais (ver gráfico 25). Questionados do porquê de não se adaptarem a essas mudanças que

vem ocorrendo no mundo, 28 (27.7%) consideraram não entender nada de novas tecnologias, 3 (3.0%) disseram que nunca foram ensinadas a usá-las, 35 (34.7%) disse ter vivido toda a sua vida sem elas e 4 (4.0%) apontaram outras razões (ver gráfico 26).

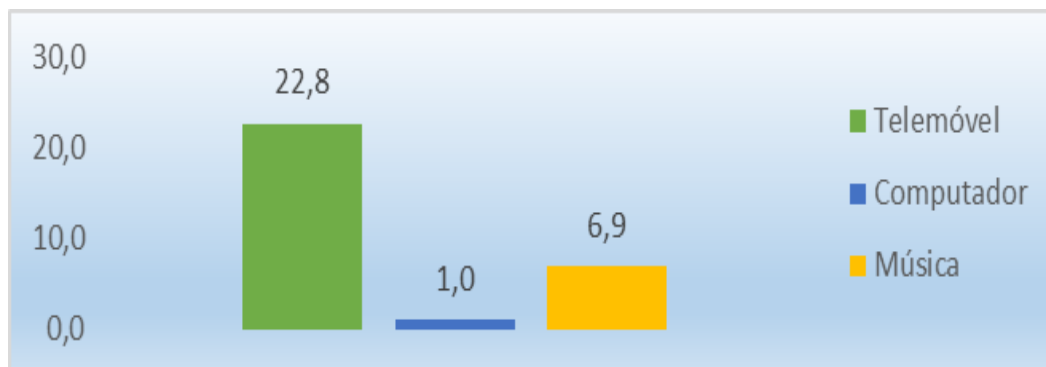


Gráfico 25: Participantes que conseguem adaptar-se às mudanças sociais (n = 101)

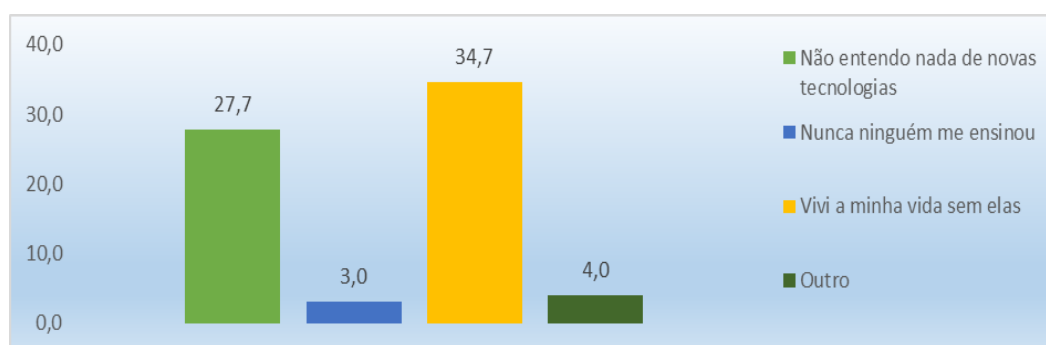


Gráfico 26: Participantes que não conseguem adaptar-se às mudanças sociais (n = 101)

4.2. Cruzamento de variáveis

Relacionando o rendimento económico com a atividade laboral verificamos que dos idosos pensionistas 5 % ainda trabalham e, 1% dos dependentes dos familiares dentro e fora do país continua trabalhando e 2% daqueles que não têm nenhum rendimento económico também trabalham. As diferenças não são estatisticamente muito significativas nos dependentes e sem nenhum rendimento, mas em relação aos pensionistas a percentagem já é um pouco mais elevada (ver anexo 8 tabela 19).

Comparando as variáveis com quem vive e sente-se solitário, averiguamos que dos idosos que vivem sozinhos 3% sentem-se solitários, percentagem igual para os que

vivem num lar de idosos. Ainda observamos uma percentagem com uma certa diferença estatística no que concerne a idosos que vivem com os filhos e outros familiares totalizando 7%. Desses a percentagem maior dos que sentem-se solitários são os que vivem com os filhos, ou seja 5% (ver anexo 8 tabela 20).

Da análise dos dados da variável com quem vive e sente-se abandonado, da tabela pode-se indicar que 3% dos idosos que vivem com filhos e outros familiares sentem-se abandonados, enquanto somente 1% dos que vivem sozinhos sentem-se nesta condição. As diferenças não são estatisticamente significativas mas são indicadores (ver anexo 8 tabela 21).

Analizando a tabela notamos que, dos idosos que vivem com os filhos, 32.7% tem liberdade para tomar as próprias decisões em sua vida, mas, 3% não tem essa liberdade. Já para aqueles que vivem num lar de idosos 9% afirmam não possuir liberdade de decisões. No total vê-se que quase 13% dos inquiridos afirmam não terem liberdade no que se refere a tomada de decisões (ver anexo 8 tabela 22).

Da relação entre a variável com quem vive e a atividade laboral constatamos que dos participantes no estudo que vivem sozinhos 2% ainda trabalham. Daqueles que vivem com os filhos 31.7% não trabalham mas 4% ainda trabalham. Também temos ainda uma percentagem de 2 % que vivem com outros familiares e continuam trabalhando (ver anexo 8 tabela 23).

Os resultados encontrados neste estudo apontam que há diferenças estatisticamente significativas entre o grau de escolaridade e a questão da adaptação as mudanças ocorridas no mundo. Da amostra em estudo 69.3% não tem conseguido adaptar-se as mudanças ocorridas no mundo, enquanto 30.7 % tem-se adaptado as mesmas (ver anexo 8 tabela 24).

4.3. Discussão de resultados

O Decreto-lei nº122/92 de 16 de Novembro, de 1992, instituiu uma pensão social por velhice aos trabalhadores das FAIMO, contudo do que apuramos com o estudo realizado, foi possível verificar que 12.9% dos idosos não possuem nenhum rendimento económico e 13.9% depende de outros familiares para a sua sobrevivência.

De acordo com a Carta de Política Nacional para a terceira idade do B.O (2011), uma parte significativa dos idosos vivem sozinhos ou em famílias desestruturadas e privadas do acesso ao conhecimento, ao saber, à informação e à comunicação. Os resultados do nosso estudo apoiam os dados anteriormente referidos, já que 12.9% dos idosos inquiridos se sentem solitários.

Quanto a serem privados do acesso ao conhecimento, saber e informação, referidos anteriormente na Carta de Política Nacional para a terceira idade, de acordo com o estudo efetuado, verificamos que 69.3% dos inquiridos não consegue se adaptar as mudanças ocorridas no mundo, enquanto 30.7% consideram que tem-se adaptado normalmente a essas mudanças, o que corrobora a hipótese 6.

O artigo 77ª da Constituição da Republica de Cabo Verde de 2012, concede aos idosos alguns direitos, nomeadamente: o direito à especial proteção da família, da sociedade e dos poderes públicos e assim “promover as condições económicas, sociais e culturais que facilitem aos idosos a participação condigna na vida familiar e social”. Em relação ao estudo realizado observamos que dos inquiridos 61.3% tem proteção da família mas existem 16.9 % que não usufruem dessa proteção familiar. Chamamos atenção ainda para uma percentagem significativa de 21.8% que vivem em lares de idosos.

O segundo ponto do artigo 77ª da Constituição da Republica de Cabo Verde de 2012, chama a atenção quanto a necessidade de “sensibilizar a sociedade e a família quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os idosos, fomentando e apoiando as respetivas organizações de solidariedade”. Os dados da pesquisa demonstram que 96.0% dos idosos sentem-se respeitados pela sociedade e família. Esses dados do nosso estudo vão de encontro a aquilo que está estipulado nesse artigo e também apoia a hipótese 2.

Ainda o mesmo artigo 77^a da Constituição da Republica de Cabo Verde de 2012 realça a importância das instituições e organizações sociais apoiarem as famílias. Os resultados da nossa pesquisa vão de encontro também com a lei estabelecida já que a maioria ou seja 54.5% pensam que existem organizações/instituições que lhes garantem os direitos.

Gostaríamos de ressaltar que a sociedade se vai organizando através de instituições e organizações tais como ACATI, Cruz Vermelha, Promoção Social e Câmara Municipal que de acordo com o mesmo artigo 77^a da Constituição da Republica de Cabo Verde de 2012, vão garantindo os direitos aos idosos tanto a nível financeiro, de direitos e solidariedade.

O Terceiro ponto do artigo, 77^a da Constituição da Republica de Cabo Verde de 2012 vem “ garantir aos idosos a prioridade no atendimento nos serviços públicos e a eliminação de barreiras arquitetónicas e outras, no acesso a instalações públicas e a equipamentos sociais”. No que diz respeito ao direito de prioridade o nosso estudo vai de encontro ao que se encontra estabelecido na lei, visto que 83.2% pensam que lhes é respeitado o direito de prioridade, apoiando assim a hipótese 7.

Quanto a eliminação de barreiras arquitetónicas desse mesmo artigo, verificamos que os resultados também corroboram a lei existente, já que 81.2% consideram não existirem barreiras que as impeçam de frequentar as instituições.

Por último quereríamos destacar que este mesmo artigo ainda salvaguarda o direito ao acesso fácil aos serviços públicos o que vai de encontro aos dados encontrados, já que 91.1% dos idosos acreditam ter fácil acesso aos serviços existentes nas instituições e organizações. Mas é de salientar que 8.9% das instituições ou organizações ainda não oferecem facilidade no atendimento aos idosos.

V. CONCLUSÃO

Com a conclusão deste trabalho, fica-se com a sentimento de realização, principalmente pela escolha do tema pois permitiu-nos abrir o horizonte de aprendizagem, confrontando a teoria com a prática. Foi assim possível conhecer mais da realidade vivida pelos idosos nesta ilha.

No decorrer do estudo foi possível constatar as privações da população em estudo, com muitos idosos a viverem em condições muito precárias, existindo uma percentagem significativa que não possui meios de sobrevivência, visto que a maioria são pensionistas auferindo de 5.000 Escudos mensais dos quais chega-lhes as mãos 4.900 Escudos montante irrisório para as suas necessidades básicas.

A família desempenha um papel primordial para o idoso visto que muitos deles vivem com os mesmos, onde participam na educação dos netos, transmitindo muita herança cultural e facilitando vidas. Verificamos contudo, que mesmo com a maioria da amostra a viverem com a família, devemos estar atentos a uma parte que sente-se solitária convivendo diariamente com a família sem mencionar aqueles que vivem sozinhos sentindo-se completamente abandonados.

A taxa de analfabetismo é também muito alta nos idosos em Cabo Verde e este estudo, assim o confirma, o que condiciona bastante a sua adaptação as mudanças ocorridas no mundo, mas podemos inferir que também deriva do fato de terem fracas condições económicas.

Um dos aspetos que mais chama a atenção neste estudo é a existência de idosos que ainda trabalham, nesta faixa etária, quando assim não deveria acontecer, demonstrando que as políticas sociais necessitam de ser revistas e melhoradas.

No que se refere aos serviços de saúde os idosos encontram-se em geral satisfeitos com os mesmos, mas não podemos esquecer-nos que existem sempre os que não estão e que também têm menos recursos, levando-nos sempre a procurar melhorar o atendimento e as ofertas dadas a estes.

Um dos aspetos positivos afirmados pelos idosos é a existência de instituições e organizações sociais que vão se formando com o intuito de dar uma melhora resposta as suas necessidades tanto financeiras, psicológica e social. Todavia alguns não possuem

esse conhecimento e assim estão privados de alguns recursos que lhes são oferecidos, complicando sua situação.

Quando analisamos a legislação cabo-verdiana, existente para a terceira idade constatamos que ela é muito abrangente no que concerne as necessidades dos idosos, todavia a realidade existente deixa ainda muitas lacunas.

Apesar dos resultados não indicarem na sua totalidade diferenças estatisticamente significativas, eles nos fornecem indicadores de que existe a necessidade de melhorar as condições sociofamiliares e económicas dos idosos.

Acreditamos que uma das potencialidades deste trabalho, a ser evidenciado, é o fato de poder vir a contribuir para que outros estudantes universitários venham a compreender melhor o processo do envelhecimento e assim esclarecer possíveis preconceitos e estereótipos melhorando a qualidade de interação com esta fase de desenvolvimento e sendo um ponto de partida para uma investigação mais aprofundada posteriormente. Acreditamos também que seria interessante analisar a evolução das melhorias socioeconómicas e políticas para a terceira idade.

Em relação às limitações deste estudo, podemos mencionar que a amostra foi de conveniência, que não representa os idosos de São Vicente e por isso não se pode retirar deste estudo, conclusões no que se refere a garantia dos direitos e a prática da cidadania.

Podemos sugerir futuramente, a realização de outros estudos com uma amostra mais representativa da população de São vicente e /ou Cabo Verde para melhor compreender as mudanças sociopolíticas que vão acontecendo, já que o envelhecimento é, atualmente, um tema dominante em muitos países, nomeadamente em países da Europa e, em Cabo Verde, começa-se a assistir a um interesse pelas questões da velhice.

Em termos globais pode-se concluir que o envelhecimento da população constitui um dos fenómenos de grande interesse a nível mundial, em consequência dos inúmeros problemas que afetam a população nesta faixa etária, o que obriga a uma reflexão sobre

questões como, a idade de reforma, os meios de subsistência na velhice, o sistema de saúde e a qualidade de vida dos idosos.

Com a realização do estudo, gostaríamos ainda de deixar outras sugestões na intenção de intervir para uma melhor qualidade de vida dos idosos e assim haver também uma participação ativa da sociedade.

- Que haja criação de centros de dia onde os idosos possam realizar várias atividades culturais e recreativas e também receber apoio emocional, psicológico e social;
- Que haja nos serviços públicos, atendimento reservado aos idosos com condições de comodidade;
- Que sejam criados mecanismos de responsabilização as famílias quanto ao cuidar mais e melhor dos idosos;
- Que a pensão social para os idosos seja revista o mais breve possível;
- Que sejam criadas comissões de fiscalização das leis existentes, ou por grupos sociais ou pelo próprio governo a fim de garantir que elas sejam cumpridas.

VII. Referências Bibliográficas

- Almeida, L.B. (2006). *A idade não perdoa? O idoso a luz da Neurologia Gerontológica*. Lisboa: Gradiva
- Amaral, F.D. (2004). *Manual de Introdução ao Direito*. Coimbra: Livraria Almedina
- Cardão, S. (2009). *O idoso institucionalizado*. Lisboa: Coisas de ler.
- Carta de Política Nacional para a Terceira Idade, *BO n° 38 de 28 de Novembro de 2011*. República de Cabo Verde.
- Carvalho, J. M. (2008). *Cidadania no Brasil o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Casagrande, J. (2014). *Apoio a implantação de núcleo de pesquisa em avaliação do desempenho organizacional e formação de recursos humanos em pesquisa científica*. Projeto 046/2014.
- Chorão, B.M. (1991). *Temas fundamentais de Direito*, Coimbra, Almedina,
- Código Penal de Cabo Verde Ministério da Justiça (2004). Gráfica da Praia, Lda.
- Constituição da República de Cabo Verde. 2ª Revisão Ordinária (2010). Presidência da República. Praia
- Dagnino, E. (1994). *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. Ed. Brasiliense, pág. 103-115). Retirado da internet no dia 3 de Novembro 2017: juventude.gov.br
- Dias, C. D. M. (2016). *Pacientes Esquizofrénicos: Uma caracterização psicossocial no Centro de Acolhimento de Doentes Mentais*. Trabalho de Monografia para a obtenção do grau de licenciatura. Universidade Lusófona.
- Figueiredo, D. (2007). *Cuidados familiares ao idoso dependente*, 1ª Edição, Lisboa: Climepsi Editores.
- Fontaine, R. (2000). *Psicologia do envelhecimento*. 1ª Edição, Lisboa: Climepsi Editores.
- Fontes, J. (2006). *Teoria geral do Estado e do Direito*, Coimbra Editora
- Instituto Nacional de Estatística Cabo verde [INE], 2000. Censo 2000
- Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde [INE], 2010. Censo 2010

La Paz, G. (s/d). *Citizenship identity and social inequality*. Retirado em 28/03/18
<http://www.civiced.org/pdfs/delaPazGabriel.pdf>

Latorre, A. (2013). *Introdução ao Direito*. Escolar Editora

Lazzarini, A. (1999). *Estudos de Direito Administrativo*. 2ª Edição, Revista dos Tribunais, São Paulo, p. 181-182. Retirado da internet em 31/03/18
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/48314/46497>

Livramento, D. R. C. (2014). *Liberdade religiosa gozada pelos adventistas do 7º dia em Cabo Verde- o caso da ilha de Santiago*. Trabalho de Monografia para obtenção do grau de licenciatura. Universidade do Mindelo

Martins, et.al. (2009). *Guia de formação para a Educação para a cidadania*. 1ª Edição, Tipografia Santos, Lda.

Oliveira, B. (2010). *Psicologia do envelhecimento e do idoso*. 4 º Edição, Revista: Edição Livpsic.

Reis, A. A. L. (2011). *Avaliação da sintomatologia Depressiva em Idosos São Vicente Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Beira Interior, Portugal

I Relatório dos Direitos Humanos, (2010). *Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania*.

Sequeira, C. (2010). *Cuidar de Idosos com Dependência Física e Mental*. Lisboa: Lidel.
Spar, J. E., La Rue, A. (2005). *Guia prático Climepsi de psiquiatria Geriátrica*. 1 º Edição. Lisboa: Climepsi Editores.

Vieira, C.I., Henriques J., Olímpio, C. (2009). *Manual de Direito e Cidadania*. Coimbra, Almedina

ANEXOS

Anexo 1: B.O - Carta de política Nacional para a terceira idade.

Segunda-feira, 28 de Novembro de 2011

I Série
Número 38



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA NACIONAL:

Lei n.º 7/VIII/2011:

Concede ao Governo autorização legislativa para, no âmbito de um novo Código do Mercado de Valores Mobiliários, definir o regime dos ilícitos criminais e de mera ordenação social, incluindo os aspectos processuais.

CONSELHO DE MINISTROS:

Resolução n.º 49/2011:

Aprova a Carta de Política Nacional para a terceira idade.

Resolução n.º 50/2011:

Autoriza o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território a realizar as despesas com a contratação pública para execução da empreitada de Construção de 50 (cinquenta) unidades de Habitações de Interesse Social em Chã de Matinho Norte, Concelho de Porto Novo, Ilha de Santo Antão, no montante de 131.770.253\$25 (cento e trinta e um milhões, setecentos e setenta mil e duzentos e cinquenta e três escudos e vinte e cinco centavos).

Resolução n.º 51/2011:

Autoriza o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território a realizar as despesas com a contratação pública para

execução da empreitada de Construção de 40 (quarenta) unidades de Habitações de Interesse Social em Pedreira, Concelho de Tarrafal, Ilha de Santiago, no montante de 116.044.796\$ (duzentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e sessenta mil e cem e sessenta e oito escudos).

Resolução n.º 52/2011:

Aprova a minuta da Convenção de Estabelecimento a celebrar entre o Estado de Cabo Verde e a "Llana Beach Hotel Lda", Sociedade Unipessoal, Lda, de direito cabo-verdiano.

Resolução n.º 53/2011:

Determina a elaboração do Esquema Regional de Ordenamento de Território, da ilha da Boa Vista, adiante designado por EROT-BV.

Resolução n.º 54/2011:

Determina a elaboração do Esquema Regional de Ordenamento de Território, da ilha do Maio, adiante designado por EROT-Maio.

Resolução n.º 55/2011:

Reintegra nos quadros permanentes das Forças Armadas nos postos que se indica, os militares desmobilizados ou passados à situação de disponibilidade.

<https://kiosk.incv.cv>

D3414B81-B900-40F0-9DFE-8DEF88EA5607

20. O Governo adapta as regras de processo previstas no regime geral das contra-ordenações às características e circunstâncias de funcionamentos dos mercados de valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros, no sentido de:

- a) Regular a competência da AGMVM para processar as contra-ordenações, aplicar as respectivas sanções e medidas cautelares;
- b) Estabelecer o dever geral de comparência das testemunhas e peritos na fase administrativa do processo, cuja violação é sancionada com uma sanção pecuniária adequada;
- c) Admitir a presença facultativa do arguido na fase administrativa do processo;
- d) Regular o regime das notificações na fase administrativa do processo;
- e) Prever a possibilidade de a AGMVM aplicar, na fase administrativa do processo de contra-ordenações, medidas cautelares de suspensão preventiva, no todo ou em parte, das actividades ou funções exercidas pelos arguidos ou, ainda, a sujeição do exercício de funções ou actividades a condições específicas, necessárias para o exercício idóneo da actividade ou função em causa, quando tal se revele necessário à salvaguarda da instrução do processo, do mercado de valores mobiliários ou dos interesses dos investidores;
- f) Prever a possibilidade de um procedimento de advertência ao infractor, na fase administrativa do processo, para sanção de irregularidades previstas como contra-ordenações;
- g) Prever a possibilidade do pagamento voluntário das coimas até ao termo do prazo para o arguido contestar, devendo neste caso a coima ser liquidada no montante correspondente a um décimo do limite máximo da coima prevista no tipo legal respectivo;
- h) Prever a possibilidade de ser aplicada, na fase administrativa do processo, um processo de transacção, de natureza facultativa e cuja decisão final é irrecurável, em função da reduzida gravidade da infracção e da culpa do agente, cuja tramitação depende do acordo do arguido quanto à sanção proposta, podendo esta ser uma admoestação escrita ou uma coima que não exceda o triplo do limite mínimo abstractamente previsto;
- i) Prever a possibilidade de a AGMVM suspender a execução da sanção, no todo ou em parte, condicionando a eficácia da decisão condenatória;
- j) Prever a possibilidade de a AGMVM proceder à apreensão de quaisquer documentos, independentemente do seu suporte, valores,

objectos relacionados com a prática de ilícitos ou proceder à selagem de objectos não apreendidos nas instalações das entidades ou pessoas sujeitas à sua jurisdição, na medida em que os mesmos se revelem necessários às averiguações ou instrução de processos da sua competência.

21. O Governo adapta as regras de processo previstas no regime geral das contra-ordenações relativas à impugnação judicial das decisões da AGMVM, no sentido de prever a possibilidade de a AGMVM recorrer autonomamente das decisões proferidas no processo de impugnação que admitam recurso.

Artigo 3º

Duração

A autorização concedida pela presente Lei tem a duração de 90 (noventa dias) dias.

Artigo 4º

Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 25 de Outubro de 2012.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*.

Promulgada em 15 de Novembro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Assinada em 21 de Novembro de 2011

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

—o—

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 49/2011

de 28 de Novembro

Cabo Verde é um país arquipelágico, com escassos recursos naturais, de desenvolvimento médio e dependente de ajuda externa. A problemática da população assume particular importância, atendendo ao contexto sócio-demográfico e às condições de vida difíceis em que vive ainda grande parte da população.

Os progressos realizados no país nas últimas décadas permitiram melhorias significativas nos principais indicadores sociais, nomeadamente na redução da taxa de mortalidade e no aumento da esperança de vida. De acordo

com os dados do último Censo, entre os anos de 2000 e 2010 registou uma taxa de crescimento médio anual 1,2% (um virgula dois por cento). Entretanto, notou-se uma diminuição da proporção da população com menos de 15 (quinze) anos (42% em 2000 contra 31% em 2010) e um crescimento da população pertencente a faixa etária entre 15 (quinze) e 64 (sessenta e quatro) anos (51% em 2000 contra 61,9% em 2010), o que irá contribuir para um aumento gradual da população idosa. Não obstante os progressos alcançados, o contexto sócio-económico do país continua marcado pela pobreza e vulnerabilidades, com reflexos e impacto, sobretudo, nas condições de vida da população idosa que constitui uma classe altamente dependente. Com efeito, a pobreza atinge particularmente os idosos, tendo em conta que grande parte, por falta de meios de subsistência, não teve, durante o seu percurso de vida, oportunidades de garantir a sua protecção social na velhice e na doença. Assim, essa protecção social tem sido assegurada e financiada pelo Estado.

A institucionalização das pensões sociais do regime não contributivo, no quadro da reforma da Protecção Social, veio conferir uma maior dignidade aos idosos em situação de pobreza, bem como a oportunidade de melhorarem sensivelmente a sua situação sócio-económica. Contudo, as respostas são ainda manifestamente insuficientes para atender à multiplicidade dos problemas apresentados por esta faixa etária a nível dos diferentes estratos sociais, constatando-se igualmente a necessidade de se encontrarem novas soluções que contribuam para a melhoria significativa das condições de vida dos idosos em geral, tanto no domínio da saúde e da segurança alimentar, como nas condições económicas, sociais e de conforto.

Embora a Constituição da República contemple os direitos dos idosos, a legislação cabo-verdiana nesta matéria é ainda incipiente e não existe uma política nacional direccionada para a terceira idade. Neste contexto, surge a necessidade de elaboração e adopção de uma política nacional para essa faixa etária, enquadrada na estratégia global de desenvolvimento do país e que contribua efectivamente para a melhoria da situação da terceira idade e para a redução sustentada das desigualdades e da exclusão social.

Daí a importância de uma Carta de Política Nacional para a Terceira Idade, enquanto instrumento de orientação de uma política nessa área que assegure a execução efectiva dos objectivos sociais, consignados no Programa do Governo da VIII Legislatura, visando o desenvolvimento de uma intervenção assente numa abordagem mais integrada e articulada dos problemas que afectam essa faixa etária.

Assim, no uso da faculdade conferida pela alínea f) do artigo 205º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Objecto

A presente Resolução aprova a Carta de Política Nacional para a Terceira Idade que baixa em anexo e dela faz parte integrante.

<https://kiosk.incv.cv>

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministro.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, José Maria Pereira Neves

CARTA DE POLÍTICA NACIONAL PARA A TERCEIRA IDADE

«Os idosos têm direito à especial protecção da família, da sociedade e dos poderes públicos.»

Artigo 77º da Constituição da República de Cabo Verde, 2010

I – ENQUADRAMENTO GERAL

1. Situação demográfica

Cabo Verde enfrenta um processo de evolução demográfica, caracterizada pela redução dos níveis de mortalidade e de fecundidade e pela redução dos movimentos migratórios para o exterior. Entre 2000 e 2010, de acordo com o último Censo a taxa anual de crescimento populacional foi de 1,2%. A população com a idade igual ou superior a 60 anos cresceu em termos absoluto, passando de 37.116 (2000) para 37.815 (2010), representando 7,7% da população total residente.

A população na faixa etária de 60 a 79 anos é mais representativa no universo da população idosa, com predominância das mulheres. Em termos proporcionais, entre os dois períodos censitários, verificou-se uma pequena redução, passando de 72,8% em 2000 para 68,2% em 2010.

Mantendo-se a actual tendência de evolução demográfica, prevê-se a duplicação da população cabo-verdiana, acentuando-se o aumento a nível da população idosa, particularmente no efectivo de população com 60 e mais anos.

Tratando-se todavia de um país de emigração, é de se considerar ainda a possibilidade de retorno de emigrantes na faixa etária a partir dos 60 anos, o que poderá aumentar o efectivo residente de pessoas da terceira idade.

2. Situação familiar

Não existe um estudo aprofundado sobre a situação da terceira idade a nível nacional: sabe-se no entanto que a maior parte dos idosos vive no seio da família, sob a protecção dos filhos ou de outros familiares, enfrentando todavia problemas que vão desde questões básicas de sobrevivência, ao isolamento, à falta de afectividade e outros resultantes do fenómeno de desestruturação familiar.

D3414B81-B900-40F0-9DFE-8DEF88EA5607

família, da sociedade e dos poderes públicos», incumbindo aos poderes públicos, designadamente: i) promover as condições económicas, sociais e culturais que facilitem aos idosos a participação condigna na vida familiar e social; ii) sensibilizar a sociedade e a família quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os idosos, fomentando e apoiando as respectivas organizações de solidariedade; iii) garantir aos idosos prioridade no atendimento nos serviços públicos e a eliminação de barreiras arquitectónicas e outras no acesso a instalações públicas e a equipamentos sociais.

A Declaração Nacional de Política da População (1995) adoptou um conjunto de recomendações para a política da Terceira Idade, destacando dois aspectos: i) a promoção da integração dos idosos no processo de desenvolvimento, em particular no campo da educação, informação, apoio e acompanhamento familiar; ii) a definição e implementação de uma política de protecção e previdência social direccionada para a terceira idade.

Conscientes das vulnerabilidades do país e das populações, particularmente dos idosos em situação de pobreza, os sucessivos governos de Cabo Verde têm manifestado uma preocupação face à situação dos idosos, bem como uma vontade política no sentido de melhorar a qualidade de vida deste grupo da população, através, nomeadamente, do desenvolvimento do sistema de protecção social e de alguns programas dirigidos às famílias e aos idosos, em parceria com outras instituições, visando o aumento do rendimento das pessoas idosas sem qualquer tipo de protecção social, bem como do desenvolvimento de equipamentos e serviços sociais, de forma a responder às necessidades sociais em vários domínios.

Os principais instrumentos de orientação estratégica do país, particularmente o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza e a Estratégia para o Desenvolvimento da Protecção Social, reflectem essa preocupação e traduzem a necessidade de adopção de medidas mais eficazes de combate à pobreza, às desigualdades e à exclusão social, enquanto elementos da coesão social.

III – CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS

Apesar das melhorias que se vêm verificando na protecção social às populações vulneráveis em Cabo Verde, designadamente a protecção social dirigida aos idosos, este grupo etário, tanto no meio urbano como nas zonas rurais, continua a enfrentar situações de carência em vários aspectos, vivendo muitos deles em situação de extrema pobreza.

Entre os problemas apresentados pelos idosos destacam-se os problemas económicos, deficientes condições habitacionais e de conforto, doenças crónicas, degenerativas e vários tipos de deficiência, isolamento e abandono, dificuldades de acesso às consultas médicas e à assistência medicamentosa, falta de acompanhamento social no meio hospitalar e ainda certa debilidade da qualidade do atendimento, (particularmente ao nível dos cuidados de saúde). Constatam-se por vezes algum desconhecimento acerca dos seus direitos, nomeadamente, em relação à pensão social.

Existe um consenso relativamente ao facto de que as respostas aos problemas da terceira idade devem proteger a família, enquanto unidade de base, com medidas específicas que beneficiem os membros nessa faixa etária. Dever-se-á, no entanto, considerar as situações de famílias disfuncionais que requerem a provisão de outro tipo de respostas sociais ao idoso. Com efeito, observa-se a emergência de preocupações que vão para além dos problemas relacionados com a luta contra a situação de pobreza dos idosos e que se prendem com a globalidade da temática do envelhecimento com dignidade, num contexto de forte aceleração das mudanças sócio-económicas, com reflexos na estrutura e funcionamento da família.

Constata-se a existência de vários intervenientes na área de protecção aos idosos (instituições públicas, incluindo as Câmaras Municipais, organizações da sociedade civil e organizações religiosas), que vêm assegurando respostas de natureza socio-económica a este grupo, constituindo-se em importantes parceiros do Governo em matéria de política social para o idoso.

Existe no entanto, uma insuficiência em termos de recursos e capacidades a nível das diferentes instituições/ organizações que trabalham nessa área, pelo que se torna necessário um maior reforço da capacidade desses organismos e a criação de uma rede alargada de intervenção a nível central e local que privilegie a complementaridade das acções a favor da terceira idade e a rentabilização dos recursos que resulte num maior impacto da acção na situação dos idosos, sobretudo os que vivem em extrema pobreza.

Com uma plataforma comum de acção, pretende-se uma intervenção mais coordenada e articulada no sector da terceira idade, através de uma congregação de esforços no âmbito de uma estratégia nacional que considere as necessidades prioritárias ao nível local, garantindo a satisfação das necessidades básicas e da saúde para os idosos e a promoção da sua inclusão social.

IV – PARA UMA POLÍTICA NACIONAL PARA A TERCEIRA IDADE

1. Fundamentos e princípios de base

O combate à pobreza e exclusão social é um dos grandes desafios de Cabo Verde, no quadro da estratégia global de desenvolvimento do país. A redução da pobreza de forma sustentável constitui um dos objectivos prioritários do Governo que subscreveu a Declaração dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento e outros instrumentos internacionais, e vem desenvolvendo esforços com vista à sua realização. Porém, importa referir que, o crescimento económico do país não tem contribuído para a redução da pobreza de uma franja importante da população, com grande parte dos idosos enfrentando situações de carência de vária ordem.

Não obstante a vontade política e as medidas que vêm sendo tomadas, no sentido de melhorar a situação desse grupo populacional, com a reforma do sistema de protecção social e a institucionalização das pensões sociais do regime não contributivo, existem ainda condições difíceis por que passam as pessoas de terceira idade, tanto no meio rural como urbano.

2. Assegurar o acesso de todos os idosos em situação de vulnerabilidade social e económica à protecção social

- a) Promover/divulgar as prestações do CNPS, através de acções de informação a nível comunitário e local, com utilização dos mais variados meios de comunicação.
- b) Facilitar o acesso atempado à pensão social e ao seu pagamento a todos os idosos que a ela têm direito, activando para tal as parcerias e redes locais necessárias.
- c) Fomentar a melhoria contínua da qualidade dos serviços por parte do CNPS.
- d) Garantir um nível de rendimento básico efectivo para todos os idosos, através do aumento gradual das pensões sociais do regime não contributivo, de acordo com a evolução do custo de vida.
- e) Criar um fundo social que permita o atendimento rápido e eficiente aos problemas urgentes apresentados pelos idosos em situação de extrema pobreza.

3. Melhorar o acesso do idoso à assistência médica e medicamentosa

- a) Realizar a extensão da cobertura médica e medicamentosa do INPS a novas categorias da população.
- b) Efectivar a implementação do Fundo Mutualista dos Pensionistas da Assistência Social, de acordo com o Decreto-Lei nº 2/2006, de 16 de Janeiro e promover a sua complementaridade com outros sistemas de segurança social formal e de base comunitária.
- c) Melhorar o acesso e a qualidade das prestações em matéria de saúde aos idosos pensionistas, através, nomeadamente, de acordos com o Ministério da Saúde e do envio da lista dos pensionistas a todos os estabelecimentos da rede hospitalar.
- d) Promover a contratualização de mecanismos de protecção social com os hospitais e farmácias privadas, visando harmonizar os procedimentos de acesso aos serviços básicos de saúde, incluindo a isenção do pagamento das taxas moderadoras em todos os estabelecimentos hospitalares do país.
- e) Elaborar uma política de prevenção e realizar acções de promoção e de prevenção no campo da saúde junto dos idosos e suas famílias.
- f) Promover as condições para o acompanhamento social do idoso, nomeadamente no meio hospitalar.

4. Prevenir e combater a pobreza através de medidas de inclusão social:

- a) Promover a melhoria do acesso dos idosos aos serviços sociais básicos (abastecimento de

saúde, água e de saneamento, etc.), em coordenação com o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza e demais programas sectoriais.

- b) Criar condições para que os idosos tenham uma habitação condigna no quadro dos programas de habitação social.
- c) Promover o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento pelos idosos.
- d) Promover a eliminação de barreiras arquitectónicas e outras no acesso a instalações públicas e a equipamentos sociais.
- e) Promover um cartão do idoso que permita o acesso facilitado do idoso a serviços comuns em diferentes áreas (saúde, desporto, transportes, etc.).
- f) Dar prioridade às situações de vulnerabilidade particulares dos idosos na sequência de desastres e calamidades naturais.

5. Promover respostas sociais de apoio ao idoso na família

- a) Atender a idosos com necessidades especiais para permitir a continuidade da sua vida na comunidade, nomeadamente as viúvas, as pessoas com invalidez, os acamados.
- b) Atender às crianças órfãs e/ou portadoras de deficiência a cargo dos idosos.

EIXO ESTRATÉGICO 2: PROMOVER UMA INTERVENÇÃO MAIS INTEGRADA E ARTICULADA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS FAVORÁVEIS A UM ENVELHECIMENTO DIGNO

O reforço da articulação e coordenação entre as diferentes políticas e programas sociais, em domínios como a educação, saúde e protecção social, segurança alimentar, habitação e saneamento irá garantir um maior impacto das políticas nas condições de vida dos idosos em particular e das famílias em geral. Neste sentido, dever-se-á promover a criação de uma rede alargada, visando uma intervenção mais integrada e articulada entre os diversos organismos públicos e parceiros sociais na implementação de políticas sociais para a terceira idade, com enfoque na família, visando a melhoria da qualidade do atendimento e das respostas às necessidades globais dos idosos.

1. Reforçar a coordenação das políticas e programas sectoriais com impacto na melhoria da situação dos idosos.

- a) Integrar as respostas aos problemas dos idosos no quadro das políticas sectoriais (Saúde, Educação, Habitação, Luta contra a Pobreza, Desporto, infra-estruturas, etc.).
- b) Criar uma rede de parceiros (a nível nacional, regional e local) para a área da terceira idade.

2. Assegurar o acesso de todos os idosos em situação de vulnerabilidade social e económica à protecção social

- a) Promover/divulgar as prestações do CNPS, através de acções de informação a nível comunitário e local, com utilização dos mais variados meios de comunicação.
- b) Facilitar o acesso atempado à pensão social e ao seu pagamento a todos os idosos que a ela têm direito, activando para tal as parcerias e redes locais necessárias.
- c) Fomentar a melhoria contínua da qualidade dos serviços por parte do CNPS.
- d) Garantir um nível de rendimento básico efectivo para todos os idosos, através do aumento gradual das pensões sociais do regime não contributivo, de acordo com a evolução do custo de vida.
- e) Criar um fundo social que permita o atendimento rápido e eficiente aos problemas urgentes apresentados pelos idosos em situação de extrema pobreza.

3. Melhorar o acesso do idoso à assistência médica e medicamentosa

- a) Realizar a extensão da cobertura médica e medicamentosa do INPS a novas categorias da população.
- b) Efectivar a implementação do Fundo Mutualista dos Pensionistas da Assistência Social, de acordo com o Decreto-Lei nº 2/2006, de 16 de Janeiro e promover a sua complementaridade com outros sistemas de segurança social formal e de base comunitária.
- c) Melhorar o acesso e a qualidade das prestações em matéria de saúde aos idosos pensionistas, através, nomeadamente, de acordos com o Ministério da Saúde e do envio da lista dos pensionistas a todos os estabelecimentos da rede hospitalar.
- d) Promover a contratualização de mecanismos de protecção social com os hospitais e farmácias privadas, visando harmonizar os procedimentos de acesso aos serviços básicos de saúde, incluindo a isenção do pagamento das taxas moderadoras em todos os estabelecimentos hospitalares do país.
- e) Elaborar uma política de prevenção e realizar acções de promoção e de prevenção no campo da saúde junto dos idosos e suas famílias.
- f) Promover as condições para o acompanhamento social do idoso, nomeadamente no meio hospitalar.

4. Prevenir e combater a pobreza através de medidas de inclusão social:

- a) Promover a melhoria do acesso dos idosos aos serviços sociais básicos (abastecimento de

saúde, água e de saneamento, etc.), em coordenação com o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza e demais programas sectoriais.

- b) Criar condições para que os idosos tenham uma habitação condigna no quadro dos programas de habitação social.
- c) Promover o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento pelos idosos.
- d) Promover a eliminação de barreiras arquitectónicas e outras no acesso a instalações públicas e a equipamentos sociais.
- e) Promover um cartão do idoso que permita o acesso facilitado do idoso a serviços comuns em diferentes áreas (saúde, desporto, transportes, etc.).
- f) Dar prioridade às situações de vulnerabilidade particulares dos idosos na sequência de desastres e calamidades naturais.

5. Promover respostas sociais de apoio ao idoso na família

- a) Atender a idosos com necessidades especiais para permitir a continuidade da sua vida na comunidade, nomeadamente as viúvas, as pessoas com invalidez, os acamados.
- b) Atender às crianças órfãs e/ou portadoras de deficiência a cargo dos idosos.

EIXO ESTRATÉGICO 2: PROMOVER UMA INTERVENÇÃO MAIS INTEGRADA E ARTICULADA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS FAVORÁVEIS A UM ENVELHECIMENTO DIGNO

O reforço da articulação e coordenação entre as diferentes políticas e programas sociais, em domínios como a educação, saúde e protecção social, segurança alimentar, habitação e saneamento irá garantir um maior impacto das políticas nas condições de vida dos idosos em particular e das famílias em geral. Neste sentido, dever-se-á promover a criação de uma rede alargada, visando uma intervenção mais integrada e articulada entre os diversos organismos públicos e parceiros sociais na implementação de políticas sociais para a terceira idade, com enfoque na família, visando a melhoria da qualidade do atendimento e das respostas às necessidades globais dos idosos.

1. Reforçar a coordenação das políticas e programas sectoriais com impacto na melhoria da situação dos idosos.

- a) Integrar as respostas aos problemas dos idosos no quadro das políticas sectoriais (Saúde, Educação, Habitação, Luta contra a Pobreza, Desporto, infra-estruturas, etc.).
- b) Criar uma rede de parceiros (a nível nacional, regional e local) para a área da terceira idade.

- c) Reforçar a capacidade institucional e técnica de todos os intervenientes na área da terceira idade.
- d) Elaborar planos nacionais de intervenção conjunta que permitam a resolução dos problemas globais da terceira idade.
- e) Promover e zelar pela segurança dos idosos, entre outros, a criação de uma linha SOS-Idosos.
- f) Incluir nos programas a favor da terceira idade acções que visem a prevenção de situações de emergência, a serem desenvolvidas com o apoio dos diversos parceiros.

2. Responder, de forma articulada às necessidades do idoso

- a) Agir em rede, articulando com as instituições de solidariedade social para a prevenção e resolução de problemas de carência e superação das suas principais manifestações no quadro de vida do idoso, particularmente para aqueles que se encontrem em situação de desvantagem sócio-económica (handicap, invalidez, doentes acamados), ou de problemas relacionados com o género (estado social/marital – como a viuvez, entre outros).
- b) Prosseguir e concluir acordos intersectoriais nacionais com implicação ao nível local.
- d) Desenvolver a função de apoio e assistência técnica aos parceiros locais.
- e) Capacitar os parceiros locais para trabalhar em rede e parceria.
- f) Estruturar planos de intervenção locais participativos que permitam a concentração dos esforços de toda a sociedade civil e autarquias e identifiquem as necessidades locais sem resposta a esse nível.
- g) Estabelecer protocolos inter-serviços/instituições com implicação a nível local para a prestação de um serviço de qualidade a favor da terceira idade, de acordo com as necessidades e as novas exigências sociais.
- h) Promover a criação de redes de apoio domiciliar para idosos em situação especial, nomeadamente doentes e acamados sem famílias.
- i) Elaborar e partilhar bancos de dados com identificação/localização de idosos.
- j) Promover a realização de acções que visem a troca de conhecimento e experiências entre as pessoas/instituições que trabalham na área da terceira idade.
- k) Adoptar e reproduzir as boas práticas em matérias de desenvolvimento de programas da terceira idade.

EIXO ESTRATÉGICO 3: PROMOVER A INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS E SUA PARTICIPAÇÃO ACTIVA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O combate ao isolamento social dos idosos, nos diferentes estratos sociais, constitui uma preocupação da sociedade cabo-verdiana. O desenvolvimento de estratégias que visem o aproveitamento das suas capacidades e experiências constitui uma condição de base para a sua efectiva participação no desenvolvimento do país, em particular, nos campos da educação e da informação.

As acções intersectoriais, por natureza, devem contribuir para uma maior inclusão social do idoso na família e na sociedade, abrangendo as diversas áreas, desde questões ligadas à sexualidade e à informação e prevenção do VIH/SIDA, às questões do desporto e do lazer, etc.

1. Desenvolver programas que visem combater o isolamento do idoso:

- a) Sensibilizar e capacitar as famílias, visando a sua responsabilização na inserção familiar e nos cuidados aos idosos;
- b) Desenvolver de acções tendentes ao aconselhamento e ao acompanhamento emocional pelos pares;
- c) Promover a criação de centros de dia que permitam apoiar as famílias activas com idosos e ao entretenimento dos idosos;
- d) Promover a criação de lares e centros de apoio a idosos, próximos das comunidades para atender em especial às situações de idosos sem família ou pertencentes a famílias disfuncionais ou incapacitadas para cuidar dos idosos;
- e) Promover a melhoria das condições de funcionamento dos centros e lares existentes;
- f) Promover o trabalho associativo dos idosos, incentivando a criação de associações de idosos.
- g) Promover espaços de lazer e ocupação dos tempos livres dos idosos (turismo sénior interno/ colónias de férias, nomeadamente através do trabalho de parcerias entre câmaras municipais, desporto e outras actividades físicas).

2. Promover o reforço dos laços de solidariedade e respeito para com as pessoas idosas

A melhoria da situação dos idosos e a sua participação na sociedade deverá passar igualmente pelo desenvolvimento de acções que promovam uma consciência nacional para o respeito e solidariedade devidos às pessoas idosas e o reconhecimento das suas capacidades e experiências, através da promoção de uma imagem do envelhecimento com dignidade. Concretamente, deve-se:

- a) Promover a criação do Estatuto do Idoso.

- b) Promover, no âmbito da educação para a cidadania, o respeito e a valorização dos idosos através do desenvolvimento de campanhas de sensibilização nas comunidades e nas escolas a favor da terceira idade.
- c) Incentivar parcerias público-privadas e patrocínios de iniciativas da sociedade civil a favor da terceira idade.
- d) Apoiar iniciativas que visem a melhoria da situação dos idosos mais vulneráveis (ex: apadrinhamento de idosos, criação de um Banco Alimentar para apoio aos idosos com carências alimentares).
- e) Promover o voluntariado de forma organizada na prestação de serviços a favor dos idosos, em particular, os dependentes e acamados.
- f) Promover, junto dos serviços, a aplicação da legislação que concede prioridade no atendimento aos idosos.
- g) Promover e dinamizar intercâmbios entre gerações, nomeadamente, os idosos e as gerações mais jovens.

3. Valorizar a experiência e a capacidade dos idosos

- a) Incluir nos programas para a terceira idade o desenvolvimento de actividades inovadoras que visem a valorização do papel do idoso, o aproveitamento das suas capacidades e experiências, mormente, envolvimento do idoso em actividades ligadas à educação, cultura, desporto e lazer, educação para a cidadania, prevenção da saúde, incluindo o VIH/SIDA e actividades de animação sócio-comunitária.
 - b) Desenvolver programas de educação de adultos que visem aumentar o nível académico dos idosos e o aproveitamento dos aspectos culturais.
 - c) Promover o voluntariado na terceira idade.
 - d) Promover espaços de troca de experiência inter-profissionais, envolvendo pessoas da terceira idade.
 - e) Promover intercâmbios entre idosos em diferentes comunidades.
4. Valorizar a participação dos idosos nas instâncias de decisão
- a) Estimular o associativismo na terceira idade.
 - b) Implicar as associações de idosos nos órgãos de consulta das políticas públicas locais e nacionais.
 - c) Promover a participação dos idosos nos eventos e nos debates sobre assuntos de interesse da sua comunidade.
 - d) Promover o envolvimento dos idosos em programas de animação social e comunitária.

III. IMPLEMENTAÇÃO, COORDENAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

A implementação do previsto na Carta de Política para a Terceira Idade exige a congregação de esforços de toda a sociedade cabo-verdiana e dos actores sociais, em particular, cabendo ao Estado e aos poderes públicos promover os mecanismos necessários para a consecução dos objectivos pretendidos no quadro das políticas sociais.

Para tal, torna-se necessário um quadro institucional que incentive as iniciativas de solidariedade social para com os idosos e atenda com rigor ao seguimento dos esforços de todos os actores sociais (público, privado e da sociedade civil), garantindo que as intervenções se orientem efectivamente para as necessidades globais dos idosos e sua inclusão social.

Partindo do pressuposto que a resolução dos problemas dos idosos passam por uma política estruturada no domínio da família, considera-se que o primeiro passo já foi dado com a criação, em Dezembro de 2009 da Nova Lei Orgânica do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social que cria o Conselho Nacional da Família e os Centros de Desenvolvimento Social, em torno dos quais se poderão articular as políticas para a terceira idade com as demais políticas sectoriais (infância, juventude, etc.) no plano nacional e local.

No entanto, é de se prever a constituição de um núcleo central especificamente ligada às questões da terceira idade, que enquadre a acção dos diferentes parceiros e assegure a coordenação e o seguimento das acções neste sector.

É importante antes de mais, aprofundar o conhecimento sobre a terceira idade, através de estudos circunstanciados sobre as suas condições de vida, que integrem as questões e dimensões que preocupam e afectam essa camada da população expressas nas diversas fontes estatísticas e questionar, de forma contínua, essas estatísticas. Importa igualmente conhecer todas as instituições que desenvolvem programas a favor dos idosos e estabelecer normas e regulamentos para o sector.

É recomendável a criação de bases de dados sobre os idosos beneficiários da solidariedade social no plano local que poderão ser consolidadas ao nível nacional. Dever-se-á também explorar melhor a base de dados do CNPS, nomeadamente através das informações que poderão fornecer elementos importantes sobre o agregado familiar do idoso.

As orientações previstas na presente Carta deverão ser traduzidas em planos (nacionais, regionais e locais) a serem desenvolvidos em estreita articulação com as políticas sociais e cujo seguimento estará a cargo do referido núcleo central acima referido.

O seguimento deverá ser um processo constante e regular de supervisão e execução das actividades relacionadas com a terceira idade, sendo a avaliação dos avanços registados em matéria de política para a terceira idade feita através de:

- Encontros periódicos de acordo com os recursos, sendo no âmbito local com maior frequência, no regional duas vezes por ano e no nacional uma vez por ano.

- Reuniões regulares de coordenação.
- Ateliers de discussão técnica de temáticas específicas da terceira idade, com o envolvimento dos diferentes intervenientes e de idosos.
- Relatórios anuais das acções desenvolvidas produzidos a nível regional (municipal) e nacional.
- Estudos sobre as diversas problemáticas ligadas ao sector, a fim de se avaliar os avanços registados em matéria de política para a terceira idade.

Recomenda-se o seguimento das iniciativas sobre a problemática da Terceira Idade a nível mundial, a participação em eventos internacionais e o estabelecimento de cooperação internacional nesta matéria, bem como a participação de Cabo Verde em instâncias e/ou instituições internacionais que se ocupam das questões relativas à terceira idade.

Por fim, na senda do processo participativo encetado com as primeiras consultas, recomenda-se a difusão desta Carta pelos parceiros sociais e a sociedade civil, bem como a continuação da concertação alargada no âmbito da Plataforma de Acção Integrada para a Terceira Idade, cuja primeira etapa teve lugar aquando das consultas realizadas nos dias 1 e 6 Outubro 2009 nas cidades da Praia e Mindelo, respectivamente.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 50/2011

de 28 de Novembro

A construção das habitações de interesse social está enquadrada no Programa Casa para todos, no âmbito do projecto habitar CV, e tem como meta contribuir significativamente para a redução do grande “deficit” de habitações próprias e condignas no país, a preços acessíveis aos mais carenciados.

O défice habitacional em Cabo Verde situa-se em torno de 40.000 habitações, e como forma de combate ao défice, o Governo de Cabo Verde declarou o ano de 2009 como ano da Habitação e lançou o programa Casa Para Todos, cujo objectivo é a construção de cerca 8.500 fogos para minimizar o problema e habitar Cabo Verde com mais dignidade. Para conseguir este propósito, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território terá despesas com a contratação pública da execução da empreitada de Construção das habitações de interesse social em Porto Novo, Ilha do Santo Antão.

Tendo sido adjudicados os trabalhos de Construção de 50 (cinquenta) Habitações de Interesse Social em Porto Novo, Santo Antão, na sequência do concurso público sob denominação Porto Novo 01 – 02/SA/2010 realizado para o efeito, torna-se necessário proceder aos desembolsos contratuais para a realização das obras.

<https://kiosk.incv.cv>

Assim,

Ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 42º do Regulamento da Lei das Aquisições Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro; e

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Autorização

É autorizado o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território a realizar as despesas com a contratação pública para execução da empreitada de Construção de 50 (cinquenta) unidades de Habitações de Interesse Social em Chã de Matinho Norte, Concelho de Porto Novo, Ilha de Santo Antão, no montante de 131.770.253\$25 (Cento e trinta e um milhões, setecentos e setenta mil e duzentos e cinquenta e três escudos e vinte e cinco centavos).

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 51/2011

de 28 de Novembro

A construção das habitações de interesse social está enquadrada no Programa Casa para todos, no âmbito do projecto habitar CV, e tem como meta contribuir significativamente para a redução do grande “deficit” de habitações próprias e condignas no país, a preços acessíveis aos mais carenciados.

O défice habitacional em Cabo Verde situa-se em torno de 40.000 habitações, e como forma de combate ao défice, o Governo de Cabo Verde declarou o ano de 2009 como ano da Habitação e lançou o programa Casa Para Todos, cujo objectivo é a construção de cerca 8.500 fogos para minimizar o problema e habitar Cabo Verde com mais dignidade. Para conseguir este propósito, o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território terá despesas com a contratação pública da execução da empreitada de Construção das habitações de interesse social em Tarrafal, Ilha do Santiago.

Tendo sido adjudicados os trabalhos de Construção de 40 (quarenta) Habitações de Interesse Social em Tarrafal, Santiago, na sequência do concurso público sob

D3414B81-B900-40F0-9DFE-8DEF88EA5607

Anexo 2 : Instrumento - Questionário.

Universidade do Mindelo
Departamento de Ciências Humanas Jurídicas e Sociais
Questionário

No âmbito da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Mindelo, pretende-se levar a cabo uma investigação cujo objetivo é avaliar o Direito e a cidadania em idosos de São Vicente, Cabo Verde. Por favor, preencha este questionário. Ele é anónimo e confidencial. Muito obrigada pela colaboração.

1. Sexo: ☐ 1. Masculino ☐ 2. Feminino

2. Idade: _____ Anos

3. Escolaridade:

- ☐ 1. Analfabeto (a) ☐ 2. Sabe ler e escrever
☐ 3. Instrução Primária (4ª classe)
☐ 4. Curso médio ☐ 5. Curso superior

4. Estado Civil:

- ☐ 1. Casado (a) ☐ 2. Solteiro (a)
☐ 3. Viúvo (a) ☐ 4. Divorciado (a)/Separado (a)
☐ 5. União de facto

5. Rendimento (Económico)

- ☐ 1. Pensionista
☐ 2. Dependente de familiares (dentro ou fora)
☐ 3. Reformado ☐ 4. Sem nenhum rendimento
☐ 5. Outro

6. Com quem vive?

- ☐ 1. Sozinho ☐ 2. Filhos
☐ 3. Outros familiares ☐ 4. Num lar de idosos
☐ 5. Outro

7. Atividade laboral:

- ☐ 1. Trabalha ☐ 2. Não trabalha

8. Tem quem cuide de si? ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

8.1. Se sim, quem?

- ☐ 1. Filhos ☐ 2. Outros Familiares
☐ 3. Vizinhos/amigos ☐ 4. Instituições/Associações
☐ 5. Outro

8.2. Se não, porquê?

- ☐ 1. Não tenho filhos
☐ 2. Não tenho outros familiares
☐ 3. Meus filhos e familiares não se interessam
☐ 4. Por falta de tempo
☐ 5. Por viverem longe ☐ 6. Outro

9. Já foi vítima de violência doméstica?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

9.1 Por quem? ☐ 1. Filhos ☐ 2. Vizinhos

- ☐ 3. Amigos ☐ 4. Outros familiares ☐ 5. Outro

10. Sente-se abandonado? ☐ 1. Sim ☐ 2. Não
- 10.1 Por quem? ☐ 1. Filhos ☐ 2. Vizinhos
☐ 3. Amigos ☐ 4. Outros familiares ☐ 5. Outro
11. Sente-se solitário?
☐ 1. Sim ☐ 2. Não
- 11.1 Porquê?
☐ 1. Não tenho com quem conversar
☐ 2. A vida não tem sentido
☐ 3. Não sou visitado por familiares
☐ 4. Não tenho amigos
☐ 5. Não consigo fazer novas amizades
☐ 6. Outro
12. Tem acesso fácil aos serviços de saúde?
☐ 1. Sim ☐ 2. Não
- 12.1 Se sim, quais? ☐ 1. Consultas ☐ 2. Análises
☐ 3. Outro
- 12.2 Se não, porquê?
☐ 1. Os serviços de saúde ficam longe da minha zona de residência
☐ 2. Não consigo deslocar-me
☐ 3. Não tenho ninguém que me ajude
☐ 4. São de difícil acesso ☐ 5. Outro
13. Em relação ao atendimento na área da saúde, está satisfeito com o que lhe é oferecido no local onde mora? ☐ 1. Sim ☐ 2. Não
- 13.1 Se não, porquê?
☐ 1. As consultas médicas são difíceis
☐ 2. O serviço é muito caro para a nossa realidade
☐ 3. Ficamos muito tempo à espera de ser atendidos
☐ 4. Outro
14. Sente que há uma ou mais organizações/instituições que lhe garanta os direitos? ☐ 1. Sim ☐ 2. Não
- 14.1 Se sim, quais?
☐ 1. ACATI ☐ 2. Cruz Vermelha
☐ 3. Promoção social ☐ 4. Câmara Municipal
☐ 5. A PONTE ☐ 6. Outro
- 14.2 Se não, porquê?
☐ 1. Não existem
☐ 2. Não conheço
☐ 3. Ninguém preocupa-se com os idosos
☐ 4. Outro

15. Sente-se respeitado pela sociedade?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

15.1. Se sim, como?

- ☐ 1. As pessoas respeitam-me
☐ 2. As pessoas me cumprimentam
☐ 3. As pessoas me escutam
☐ 4. As pessoas respeitam as minhas crenças
☐ 5. Outro

15.2. Se não, porquê?

- ☐ 1. Não respeitam a minha opinião
☐ 2. As pessoas não respeitam as minhas crenças
☐ 3. Me consideram inútil
☐ 4. Ninguém me escuta
☐ 5. Outro

16. É-lhe respeitado o direito de prioridade?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

16.1 Em que locais? ☐ 1. Bancos ☐ 2. Hospital

- ☐ 3. Delegacia de saúde ☐ 4. Centro de saúde
☐ 5. Autocarro ☐ 6. Correios ☐ 7. Electra
☐ 8. Outras repartições públicas

17. Acha boa ideia a criação de espaços para idosos nos serviços públicos? ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

17.1 Se sim, porquê?

- ☐ 1. Um espaço com assentos confortáveis
☐ 2. Cadeiras com assentos para idosos
☐ 3. Outro

18. As organizações/instituições têm condições de acessibilidade? ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

18.1 Se não, porquê? ☐ 1. Não possuem rampas

- ☐ 2. Possuem escadas ☐ 3. Ficam em andares
☐ 4. Outro

19. Está satisfeito com as condições de transporte público oferecido no local onde mora?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

19.1 Se não, porquê?

- ☐ 1. Não esperam pelos idosos
☐ 2. Não possuem condições de acessibilidade
☐ 3. São desconfortáveis ☐ 4. Outro

20. Tem liberdade para tomar as próprias decisões em sua vida? ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

20.1 Se não, porquê?

- ☐ 1. Dependo dos meus filhos ☐ 2. Vivo num lar
☐ 3. Sou acamado ☐ 4. Dependo de outros familiares
☐ 5. Outro

21. Está satisfeito com as oportunidades de lazer que tem na sua comunidade? ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

21.1 Se não porquê?

- ☐ 1. Não existem ☐ 2. Não são interessantes
☐ 3. Ficam longe ☐ 4. Não tenho condições de ir
☐ 5. Outro

22. O que é mais importante para si?

- ☐ 1. Ter controlo sobre a própria vida
☐ 2. Ter capacidade de tomar decisões

23. Nas relações sociais:

- ☐ 1. É visitado ou visita familiares?
☐ 2. É visitado ou visita amigos e vizinhos?
☐ 3. Participa de festas, reuniões, grupos da terceira idade?
☐ 4. Tem lazer/recreação?
☐ 5. Outro

24. Sente-se uma pessoa útil socialmente?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

24.1 Se não, porquê?

- ☐ 1. Sou doente
☐ 2. Não participo de nenhuma atividade na comunidade
☐ 3. Ninguém quer saber dos idosos
☐ 4. Outro

25. Tem conseguido adaptar-se as mudanças ocorridas no mundo?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

25.1 Se sim, quais?

- ☐ 1. Telemóvel ☐ 2. Computador
☐ 3. Caixa eletrónica ☐ 4. Moda
☐ 5. Música ☐ 6. Costumes ☐ 7. Outro

25.2 Se não, porquê?

- ☐ 1. Não entendo nada de novas tecnologias
☐ 2. Nunca ninguém me ensinou
☐ 3. Vivi a minha vida sem elas
☐ 4. Outro

Adaptado de Paschoal, 2000 e Reis, 2011

Anexo 3: Termo de consentimento livre e esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Dados de Identificação

Título do Projeto – Direito e Cidadania dos idosos em São Vicente - Cabo verde

Pesquisador/Responsável – Joceline Dilma Ramos Duarte Medina

Telefone – 9841554/2317991

E-mail – jocy.duarte.medina@gmail.com

Orientadora - Mestre Arminda Andrade Lima dos Reis

Telefone - 2321940/9867741

E-mail – armylima@gmail.com

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável – Universidade do Mindelo

Caro Participante:

Gostaria de convidá-lo a participar como voluntário na pesquisa intitulada *Direito e Cidadania na Terceira Idade: o Caso de São Vicente*, que refere-se a um projeto de trabalho de conclusão de Licenciatura o qual pertence ao Curso de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Mindelo.

O objetivo deste estudo é compreender se os direitos dos idosos são garantidos; perceber até que ponto os seus direitos estão alicerçados na constituição da República; identificar se os agentes envolvidos com a terceira idade garantem os direitos adquiridos; compreender o papel dos idosos no exercício da cidadania; averiguar se existe diferença entre a teoria e a prática dos direitos dos cidadãos da terceira idade.

É necessário avaliar para conhecer e conhecer para intervir. As informações serão recolhidas através de um questionário. Sua forma de participação consiste em responder a algumas perguntas. Para cada uma das perguntas existem respostas possíveis. Responda de forma que está mais de acordo com aquilo que sente, a fim da mesma ser anotada. Não há respostas certas nem erradas, apenas respostas que mostram opiniões sinceras.

Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa o que garante o seu anonimato, portanto todas as respostas que vier a dar serão tratadas de forma confidencial, não pondo em causa a sua identidade. Assim, o seu nome não deverá aparecer em nenhuma das páginas deste trabalho.

Não será cobrado nada, não haverá gastos nem riscos na sua participação neste estudo, não estão previstos ressarcimentos ou indenizações, não haverá benefícios imediatos na sua participação.

Os resultados permitirão procurar e propor soluções para minimizar o sofrimento daqueles que são afetados por estes fenómenos, como também poderão servir para propor programas as instituições que trabalham com idosos, dinamizar grupos de apoio principalmente para aqueles que se encontram institucionalizados, encorajar o suporte social etc.

Gostaria de deixar claro que a sua participação é voluntária e que poderá se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar a sua participação se assim preferir.

Desde já agradeço a sua atenção e participação e me coloco à sua disposição para maiores informações. Em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa, poderá contar comigo como o responsável para os esclarecer.

Observação: Não assine este termo se ainda tiver dúvida a respeito

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo. Eu confirmo que o pesquisador explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li/ouvi e compreendi este termo de consentimento, portanto eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário nesta pesquisa.

Nome do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Anexo 4: Autorização da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE S.VICENTE
Câmara Municipal de São Vicente

TÍTULO: CREDENCIAL

SUBTÍTULO: autorização para recolha de dados nos lares de idosos

*Em atendimento ao disposto no subtítulo acima referenciado, e com autorização da Vereadora do Pelouro Social da Camara Municipal de São Vicente, credenciamos a estudante **Joceline Dilma Ramos Duarte Medina**, 4ºano do Curso de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Mindelo, a utilizar os lares de Idosos para recolha de Informações, no âmbito do estudo sobre Direito e Cidadania dos Idosos em São Vicente, com o compromisso de utilizar os dados para fins académicos.*

Câmara Municipal de São Vicente, aos 23 de Abril de 2018

Direção dos Assuntos Sociais



/Risolinda Mendes/

Anexo 5: Autorização do Lar de Idosos da Cruz Vermelha



Conselho Local de São Vicente

Rua Senador Vera Cruz – Nº36 – Mindelo
C.P. 196 – Mindelo – Cabo Verde

Email: cruzvermelhasv@hotmail.com

Tel: (238) 231.13.01
Fax: (238) 231.24.87

Exma. Senhora
Joceline Dilma R. D. Medina

N/Refº Nº7/CLSV/2018

Mindelo, 22 Maio de 2018

Em referência ao pedido formulado no dia 14 de Março 2018, informo que a Senhora está autorizada a realizar o estudo sobre Direito e Cidadania dos Idosos em S.Vicente, com a aplicação de um questionário sobre esta temática, destinados aos idosos do Lar da 3ª Idade da Cruz Vermelha São Vicente.

Com os melhores cumprimentos.

Responsável Gabinete Secretária


/Margarete Martins Cardoso/

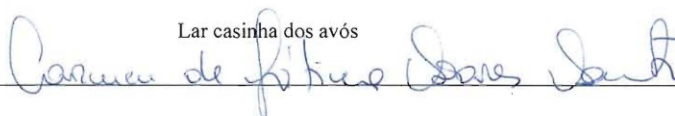
Anexo 6: Autorização do Lar Casinha dos Avós.

Assunto: Autorização para recolha de informações.

Mindelo, 10 de maio de 2018

Em atendimento ao pedido formulado, autorizamos a estudante do 4º ano do Curso de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Mindelo, **Joceline Dilma Ramos Duarte Medina**, a utilizar o lar casinha dos avós para recolha de informações no âmbito do estudo sobre Direito e Cidadania dos idosos em São Vicente.

Lar casinha dos avós



Anexo 7: Autorização ACATI



ACATI - Associação Caboverdiana para Apoio à Terceira Idade

Chã de Marinha (Sede Administrativa) – Mindelo – S. Vicente - Cabo Verde

Organização sem fins lucrativos sob Registo Notarial: LE/31SLS80

B.O. N.º 27 III Série de 13/07/2007 - NIF: 553088998

Exma. sra.

3 de Maio de 2018

Jocelene Dilma Ramos Duarte Medina

Assunto: Autorização

Mindelo

São Vicente

Na sequência do seu pedido de autorização para realizar o seu trabalho com os idosos, beneficiários directos e regulares das acções de ACATI, Associação Caboverdiana para apoio à Terceira Idade, temos a informar-lhe que será uma honra saber que pensou na temática da Terceira Idade, particularizando o **Direito e cidadania dos idosos em São Vicente**, matéria que realmente ainda precisa ser trabalhada.

Sendo a ACATI a privilegiada, até onde nos compete, autorizamos a estudante **Joceline Medina** a aplicar o seu questionário entre os idosos, levando em conta a vontade de cada um decidir a sua colaboração.

Agradecemos a gentileza de uma cópia do seu trabalho para os arquivos de ACATI disponibilizando-nos para assumir o custo que a mesma possa implicar.

Com votos de que seja muito bem sucedida na elaboração do seu trabalho e na apresentação do mesmo, lhe indereçamos os nossos respeitosos cumprimentos .

P'ela ACATI Apoio a Terceira Idade
Jorge Manuel Lopes
(Presidente)
ACATI

Telefone fixo (238) 2329119 Móvel 5939288 (Pres.) 9816726 (tes.) 9972093 (c. Área Soc.) 9986357 (Sec.)

E-mail: acaticv@hotmail.com – CP 797

Conta nº 77971317 (BCA),

nº 15020584 (CECV),

nº 5838356 (BCN)

nº 023205 (BAI)

nº 6174536 (BI)

NIB (BCA) 000300007797131710176

000400000583835610195

Anexo 8: Tabelas**Tabela 2:** Estatísticas descritivas

N	Válidos	101
	Perdidos	0
Media		78,71
Mediana		80
Moda		78 ^a
Desv. típ.		7,501
Mínimo		65
Máximo		94

Tabela 3: Escolaridade, Estado Civil e Rendimento Económico dos sujeitos em estudo (n=101)

Escolaridade	Frequência	Percentagem
Analfabeto(a)	61	60.4%
Sabe ler e escrever	20	19.8%
Instrução Primária (4 ^a classe)	19	18.8%
Curso médio	1	1.0%
Total		
Estado Civil	Frequência	Percentagem
Casado(a)	10	9.9%
Solteiro (a)	44	43.6%
Viúvo(a)	35	34.7%
Divorciado (a)/Separado(a)	8	7.9%
União de fato	4	4.0%
Rendimento Económico	Frequência	Percentagem
Pensionista	68	67.3%
Dependente de familiares (dentro ou fora)	14	13.9%
Reformado	6	5.9%
Sem nenhum rendimento	13	12.9%

Tabela 4: Atividade laboral dos sujeitos em estudo (n=101)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
	Trabalha	8	7.9	7.9	7.9
Válido	Não trabalha	93	92.1	92.1	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Direito e Cidadania dos Idosos em São Vicente Cabo - Verde

Tabela 5: Tem quem cuide de si? (n=101)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	77	76.2	76.2	76.2
	Não	24	23.8	23.8	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Tabela 6: Resultados dos sujeitos em estudo vítimas de violência doméstica, por quem? (n=101)

		Frequência	Porcentagem		Frequência	Porcentagem
Válido	Sim	1	1.0%	Outro	1	1.0%
	Não	100	99.0%	Sistema	100.0	99.0%
	Total	101	100.0%		101	100.0%

Tabela 7: Sente-se abandonado? (n=101)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	4	4.0	4.0	4.0
	Não	97	96.0	96.0	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Tabela 8: Tem acesso fácil aos serviços de saúde? (n=101)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	92	91.1	91.1	91.1
	Não	9	8.9	8.9	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Tabela 9: Em relação ao atendimento na área de saúde, está satisfeito com o que lhe é oferecido no local onde mora? (n=101)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	97	96.0	96.0	96.0
	Não	4	4.0	4.0	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Direito e Cidadania dos Idosos em São Vicente Cabo - Verde

Tabela 10: Sente que há uma ou mais organizações/instituições que lhe garanta os direitos?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	55	54.5	55.0	55.0
	Não	45	44.6	45.0	100.0
	Total	100	99.0	100.0	
Omisso	Sistema	1	1.0		
Total		101	100.0		

Tabela 11: Sente-se respeitado pela sociedade?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	97	96.0	96.0	96.0
	Não	4	4.0	4.0	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Tabela 12: Se não, porquê?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Ninguém me escuta	1	1.0	25.0	25.0
	Outro	3	3.0	75.0	100.0
	Total	4	4.0	100.0	
Omisso	Sistema	97	96.0		
Total		101	100.0		

Tabela 13: Acha boa ideia a criação de espaços para idosos nos serviços públicos?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	88	87.1	87.1	87.1
	Não	13	12.9	12.9	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Direito e Cidadania dos Idosos em São Vicente Cabo - Verde

Tabela 14: Está satisfeito com as condições de transporte público oferecido no local onde mora?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	90	89.1	90.0	90.0
	Não	10	9.9	10.0	100.0
	Total	100	99.0	100.0	
Omisso	Sistema	1	1.0		
Total		101	100.0		

Tabela 15: Tem liberdade para tomar para as próprias decisões em sua vida? (n=101)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	88	87.1	87.1	87.1
	Não	13	12.9	12.9	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Tabela 16: Está satisfeito com as oportunidades de lazer que tem na sua comunidade? (n=101)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	57	56.4	57.6	57.6
	Não	42	41.6	42.4	100.0
	Total	99	98.0	100.0	
Omisso	Sistema	2	2.0		
Total		101	100.0		

Tabela 17: Sente-se uma pessoa útil socialmente? (n=101)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	89	88.1	88.1	88.1
	Não	12	11.9	11.9	100.0
	Total	101	100.0	100.0	

Direito e Cidadania dos Idosos em São Vicente Cabo - Verde

Tabela 18: Tem conseguido adaptar-se as mudanças ocorridas no mundo? (n=101)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Sim	31	30.7	30.7	30.7
Válido Não	70	69.3	69.3	100.0
Total	101	100.0	100.0	

Tabela 19: Relação entre rendimento económico e atividade laboral.

			Atividade laboral		Total
			Trabalha	Não trabalha	
Rendimento Económico	Pensionista	Recuento	5	63	68
		% del total	5,0%	62,4%	67,3%
	Dependente de familiares (dentro ou fora)	Recuento	1	13	14
		% del total	1,0%	12,9%	13,9%
	Reformado	Recuento	0	6	6
		% del total	0,0%	5,9%	5,9%
	Sem nenhum rendimento	Recuento	2	11	13
		% del total	2,0%	10,9%	12,9%
	Total	Recuento	8	93	101
		% del total	7,9%	92,1%	100,0%

Tabela 20: Relação entre a variável com quem vive e sente-se solitário.

			Sente-se solitário?		Total
			Sim	Não	
Com quem vive?	Sozinho	Recuento	3	12	15
		% del total	3,0%	11,9%	14,9%
	Filhos	Recuento	5	31	36
		% del total	5,0%	30,7%	35,6%
	Outros familiares	Recuento	2	24	26
		% del total	2,0%	23,8%	25,7%
	Num lar de idosos	Recuento	3	19	22
		% del total	3,0%	18,8%	21,8%
	Outro	Recuento	0	2	2
		% del total	0,0%	2,0%	2,0%
	Total	Recuento	13	88	101
		% del total	12,9%	87,1%	100,0%

Direito e Cidadania dos Idosos em São Vicente Cabo - Verde

Tabela 21: Relação entre a variável com quem vive e sente-se abandonado

			Sente-se abandonado?		Total
			Sim	Não	
Com quem vive?	Sozinho	Recuento	1	14	15
		% del total	1,0%	13,9%	14,9%
	Filhos	Recuento	2	34	36
		% del total	2,0%	33,7%	35,6%
	Outros familiares	Recuento	1	25	26
		% del total	1,0%	24,8%	25,7%
	Num lar de idosos	Recuento	0	22	22
		% del total	0,0%	21,8%	21,8%
	Outro	Recuento	0	2	2
		% del total	0,0%	2,0%	2,0%
	Total	Recuento	4	97	101
		% del total	4,0%	96,0%	100,0%

Tabela 22: Relação entre a variável com quem vive e tem liberdade para tomar as próprias decisões em sua vida.

			Tem liberdade para tomar as próprias decisões em sua vida?		Total
			Sim	Não	
Com quem vive?	Sozinho	Recuento	15	0	15
		% del total	14,9%	0,0%	14,9%
	Filhos	Recuento	33	3	36
		% del total	32,7%	3,0%	35,6%
	Outros familiares	Recuento	25	1	26
		% del total	24,8%	1,0%	25,7%
	Num lar de idosos	Recuento	13	9	22
		% del total	12,9%	8,9%	21,8%
	Outro	Recuento	2	0	2
		% del total	2,0%	0,0%	2,0%
	Total	Recuento	88	13	101
		% del total	87,1%	12,9%	100,0%

Direito e Cidadania dos Idosos em São Vicente Cabo - Verde

Tabela 23: Relação entre a variável com quem vive e atividade laboral.

			Atividade laboral		Total
			Trabalha	Não trabalha	
Com quem vive?	Sozinho	Recuento	2	13	15
		% del total	2,0%	12,9%	14,9%
	Filhos	Recuento	4	32	36
		% del total	4,0%	31,7%	35,6%
	Outros familiares	Recuento	2	24	26
		% del total	2,0%	23,8%	25,7%
	Num lar de idosos	Recuento	0	22	22
		% del total	0,0%	21,8%	21,8%
	Outro	Recuento	0	2	2
		% del total	0,0%	2,0%	2,0%
	Total	Recuento	8	93	101
		% del total	7,9%	92,1%	100,0%

Tabela 24: Relação entre a variável escolaridade e tem conseguido adaptar-se as mudanças ocorridas no mundo.

			Tem conseguido adaptar-se as mudanças ocorridas no mundo?		Total
			Sim	Não	
Escolaridade	Analfabeto(a)	Recuento	18	43	61
		% del total	17,8%	42,6%	60,4%
	Sabe ler e escrever	Recuento	7	13	20
		% del total	6,9%	12,9%	19,8%
	Instrução Primária(4ª classe)	Recuento	5	14	19
		% del total	5,0%	13,9%	18,8%
	Curso médio	Recuento	1	0	1
		% del total	1,0%	0,0%	1,0%
	Total	Recuento	31	70	101
		% del total	30,7%	69,3%	100,0%